A História do actual Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e a sua ligação ao espaço que a Monarquia Liberal lhe destinou e a República lhe confirmou no sector oitocentista do Mosteiro dos Jerónimos constituem um caso de estudo da museologia e do património portugueses.

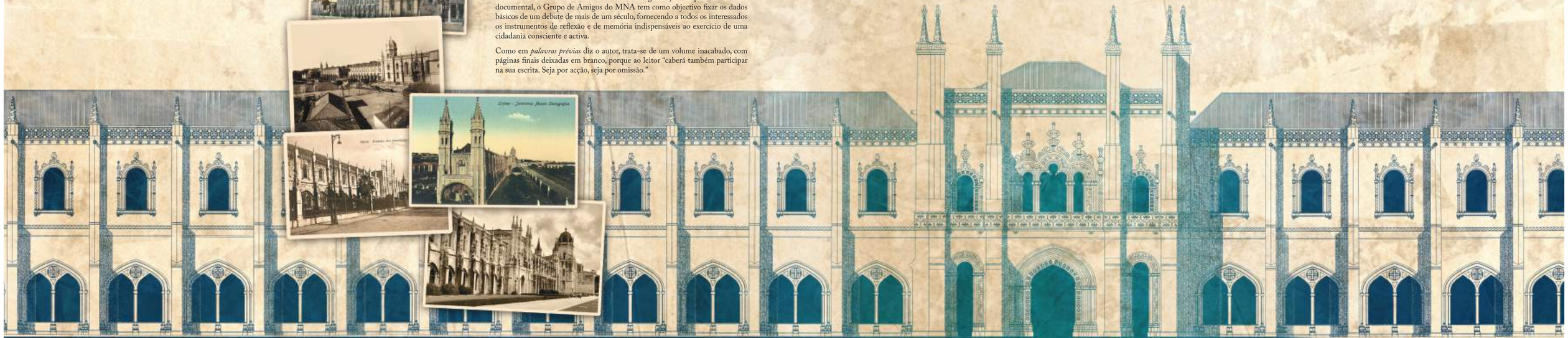
Acresce que, se todos os museus constituem desígnios cívicos, o conhecimento do passado e a construção do futuro do único projecto de Museu Nacional globalizante que Portugal teve até hoje deve constituir motivo especial de mobilização cidadã.

Ao ter solicitado ao Director do Museu a organização da presente recolha documental, o Grupo de Amigos do MNA tem como objectivo fixar os dados básicos de um debate de mais de um século, fornecendo a todos os interessados os instrumentos de reflexão e de memória indispensáveis ao exercício de uma cidadania consciente e activa.

Como em *palavras prévias* diz o autor, trata-se de um volume inacabado, com páginas finais deixadas em branco, porque ao leitor "caberá também participar na sua escrita. Seja por acção, seja por omissão."

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PERCURSOS E DESAFIOS DE UMA CASA CENTENÁRIA NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DOS JERÓNIMOS



Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Março de 2012

LUÍS RAPOSO

“A liberdade cívica depende essencialmente do progresso social dos povos” - afirmação de António Cândido, usada como epígrafe no artigo de *O Occidente – Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro* (nº 531, ano de 1893) acerca da Exposição Industrial Portuguesa (na imagem desenho da primeira página da revista citada), base do Museu com o mesmo nome, inaugurada no sector oitocentista do Mosteiro dos Jerónimos, em 28 de Julho de 1893. O espírito do progresso científico e tecnológico, entendido como base libertadora da pessoa humana, tinha levado aos Jerónimos os primeiros museus, de que esta exposição constitui exemplo, exactamente no mesmo ano em que é criado o Museu Etnográfico Português, provisoriamente instalado na Academia das Ciências de Lisboa, o qual menos de uma década depois viria a ocupar o mesmo espaço, adoptando a mesma mensagem cívica de base, embora despida das tutelas do capital externo e ancorada nas raízes do “ser português”.

FICHA TÉCNICA

Edição
Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Autor:
Luís Raposo

Concepção Gráfica:
Rita Cruz Neves

Impressão e Acabamento:
Textype - Aretes Gráficas, Lda.

Tiragem: 1500 exemplares

ISBN:

Depósito Legal:

A presente obra resulta de conferência proferida pelo autor na Universidade Nova de Lisboa, em 17 de Fevereiro de 2012, actualizada com os dados sobrevindos até Março de 2012.

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PERCURSOS E DESAFIOS DE UMA CASA CENTENÁRIA NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DOS JERÓNIMOS

Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Março de 2012

Luís Raposo

Director do Museu Nacional de Arqueologia

Palavras Prévias 5

ANTECEDENTES

Portugal na primeira metade do século XIX 8

A Regeneração e a bancarrota de 1892 9

O PROJECTO CÍVICO DO MUSEU ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS

A acção de Bernardino Machado 11

O programa patriótico do MEP 12

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

O Mosteiro dos Jerónimos 14

O impacte da Regeneração no Mosteiro dos Jerónimos 16

O colapso da torre central em 1878 20

Programas museológicos para os Jerónimos Oitocentistas 21

Um Museu Nacional nos Jerónimos: o "Museu do Homem Português" 22

Um Museu da Monarquia Liberal, promovido pela República 25

O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

Os Jerónimos e a celebração do Império Colonial 29

As primeiras tentativas de transferência do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos para a Fábrica da Cordoaria Nacional 36

Um Museu novo, na Cidade Universitária 38

Bom senso e realismo: Dois museus no mesmo complexo monumental 42

EM DEMOCRACIA…

Alteram-se os regimes, mantêm-se os problemas, repetem-se as soluções 44

De novo, bom senso e realismo: Ampliação e remodelação do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos nos Jerónimos 48

Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia? 54

O Estado Novo desenterrado… da surpresa às primeiras reacções 62

A Democracia em acção… 70

Memória histórica: Condição de cidadania 98

Palavras Últimas 117

Palavras Prévias

Depois de um período de desenvolvimento intenso, suportado por capitais estrangeiros, principalmente ingleses, Portugal foi obrigado a declarar bancarrota em 1892. Este facto, acrescido da submissão a *ultimatum* inglês apresentado dois anos antes, provocou reacções inflamadas em amplas camadas sociais e suscitou fortes sentimentos patrióticos. É neste contexto que Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas no Governo então constituído, consegue ver concretizado o projecto da criação de um "Museu do Homem Português", há anos acalentado por José Leite de Vasconcelos. Provisoriamente, o Museu ficou instalado na Academia das Ciências de Lisboa. Poucos anos depois, entre 1897 e 1900, o então designado Museu Etnológico Português foi reconhecido como *Museu Nacional*, passando a ser o único museu português colocado directamente sob a tutela da Comissão dos Monumentos Nacionais e sendo transferido em definitivo para o sector oitocentista do Mosteiro dos Jerónimos. Fazia então vencimento a tese que pretendia consagrar o principal monumento português, na sua parte de edificação contemporânea, à narrativa das origens do ser português, em detrimento de várias outras propostas, entre as quais a da presença de Portugal no Mundo.

Nas primeiras décadas do século XX, especialmente durante a Primeira República, o Museu cumpriu nos Jerónimos o seu programa cívico, tornando-se no mais visitado museu português. Mas com a instauração do Estado Novo e uma nova apropriação urbanística e simbólica da zona de Belém, dedicada então à celebração do Império Colonial, ressurgiu a intenção de dedicar os Jerónimos oitocentistas à narrativa da Expansão Portuguesa, agora servida pelo suporte museográfico do Museu de Marinha, como seria de esperar em regime de cunho militarista.

Num primeiro momento procuraram-se novas instalações para o Museu Etnológico, que passara a ser um *mal amado* nos Jerónimos. A Fábrica da Cordoaria Nacional foi a mais estudada, mas após parecer técnico contrário de comissão criada para o efeito, parecer que o Governo acatou, foi decidida opção mais arrojada: a construção de raiz de um novo Museu Etnológico, no perímetro da Cidade Universitária, então emergente. Dele se fez estudo prévio e ante-projecto – mas quando terminou o Primeiro Plano de Fomento e a crise financeira se agudizava, não houve meios para a construção e tudo acabou em decisão de bom senso e realismo: a partilha do complexo monumental oitocentista dos Jerónimos pelos dois museus, Marinha e Etnológico, que entretanto se passa a designar por Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

Com a instauração da Democracia, regressa outra vez, na fase mais cesarista do novo regime, a intenção de expurgar os Jerónimos da narrativa das origens, como se documenta por decreto do Conselho da Revolução de Janeiro de 1976, no qual se determina que todos os espaços do Mosteiro dos Jerónimos não afectos ao culto devem ser entregues ao Museu de Marinha - intenção não passou do papel, mas deu origem ao relançamento da procura de novos locais para o Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos (assim chamado desde 1980). Emerge novamente a hipótese da Fábrica da Cordoaria Nacional; e volta a ser abandonada, por razões idênticas às dos anos de 1950, passando-se década e meia (1980 a 1995) à procura de terrenos adequados para construção de raiz, alguns dos quais seriam reservados em plano director municipal.

Chegados a 1996, aquando da tomada de posse do signatário como director do Museu, era de todo evidente que a construção *ex novo* de um novo Museu Nacional de Arqueologia, devidamente localizado, de ideal estava a converter-se em quimera irrealizável em horizonte vislumbrável. Foi assim proposta superiormente a opção por investir nas instalações dos Jerónimos, permitindo remodelá-las e ampliá-las, debaixo do princípio da coexistência de dois museus e sem prejuízo da construção de raiz permanecer sempre uma alternativa, a prazo médio ou longo, dependendo das disponibilidades financeiras e sobretudo da vontade política quanto ao programa de ocupação a dar ao sector oitocentista dos Jerónimos. Por outro lado, dava-se por adquirido que a valorização que se fizesse nos Jerónimos deveria servir o conjunto monumental, quaisquer que fossem os seus usos a longo prazo. Esta opção técnica foi sufragada politicamente por sucessivos governos, de orientações políticas diferenciadas. Em 2002 foi formalmente anunciada pelo PM da altura, José Manuel Durão Barroso, que lhe encontrou os meios financeiros necessários e lhe definiu calendário de execução.

A opção política acabada de referir confrontou-se com dificuldades colocadas pelo Instituto de tutela do património classificado, na altura o IPPAR, que começaram por ser apresentadas em plano estritamente técnico, com base em argumentos de inadequação de "pormenores" dos sucessivos estudos prévios e ante-projectos de arquitectura apresentados… Mas tornava-se cada vez mais patente que tal obstrução radicava em razões de natureza política, muito mais do que técnica, sendo elas as de sempre, ou seja, as do uso a dar ao sector oitocentista dos Jerónimos. Pouco a pouco, tomou dimensão ofensiva a anterior resistência defensiva dos patrocinadores da velha tese do Museu Naval e Colonial, rebaptizado de Marinha e/ou Descobrimentos. Em 2006, depois da divulgação de um plano do novo Governo (tendo como PM José Sócrates) para a zona de Belém ("Belém Redescoberta"), omisso quanto ao MNA, e de o Grupo de Amigos do Museu ter feito publicar na imprensa *Manifesto* subscrito por centenas de personalidades (*Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia ?*), o jogo de forças tornou-se mais claro, sendo o velho projecto de transferência do

Museu para a Fábrica da Cordoaria Nacional "desenterrado", na sua versão inicial e maximalista, por quem o conhecia bem, o então Presidente do IPPAR, com longa relação profissional, e mesmo familiar, à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade à qual nos anos de 1950 e inícios de 1960 tinha sido cometida a execução dos sucessivos planos do Estado Novo.

Pode dizer-se que se entrou desde aí na fase em que ainda hoje nos encontramos.

O Poder Político pretendeu resolver o assunto rapidamente, como foi próprio do tempo de arrogância e aparente abundância financeira que se viveu até ao reconhecimento da gravidade da situação económica e social do País, de novo confrontado com o fantasma de bancarrota. Um Ministro da Cultura (que nunca visitou o Museu) chegou a afirmar no Parlamento, em Abril de 2009, que estávamos perante um pequeno museu, quase sem colecções e facilmente encaixotável.

Face a este "regresso ao passado", o signatário fez tudo o que a responsabilidade do cargo obriga – e nunca menos daquilo que no passado empreenderam os seus antecessores, nomeadamente aquele que meio século antes, em regime de Ditadura, teve a coragem de colocar a defesa da Casa Centenária à frente de quaisquer outras considerações, calculismos ou afeições. Mas como é próprio da vida em Democracia, seria mister que em volta do Museu se manifestassem as associações profissionais e de património (a começar pela Associação dos Arqueólogos Portugueses) e os cidadãos, organizados estes em Grupo de Amigos, um dos maiores e certamente o mais activo dos museus portugueses – e deve-se em grande medida à sua iniciativa a forte acção de resistência cívica que percorreu os últimos anos e ficará para a história como exemplo até aqui sem paralelo na defesa de um museu. O próprio Poder Legislativo, alertado por este movimento cidadão, interessou-se pelo assunto, tendo os deputados da respectivas comissões parlamentares visitado por duas vezes o Museu e acabado por aprovar em plenário da Assembleia da República, em 28 de Maio de 2010, uma *Resolução* que recomendou ao Governo a suspensão da intenção de transferência do MNA para a Fábrica da Cordoaria Nacional.

No momento actual, reconhecida a gravidade da situação económica e social portuguesa, esfumados os cabedais europeus tidos por inesgotáveis, dir-se-á que estão de novo reunidas as condições para que o futuro do Museu Nacional de Arqueologia seja discutido com a seriedade e a profundidade que o assunto requer. É este, e só este, o desejo do signatário e a intenção da presente recolha documental. Entenda-a pois, o leitor como ferramenta posta ao serviço da sua reflexão, como obra inacabada na qual as últimas páginas ficam em branco, porque lhe caberá também participar na sua escrita. Seja por acção, seja por omissão.

1807
27 de Novembro
Primeira Invasão Napoleónica e partida da Família Real para o Brasil

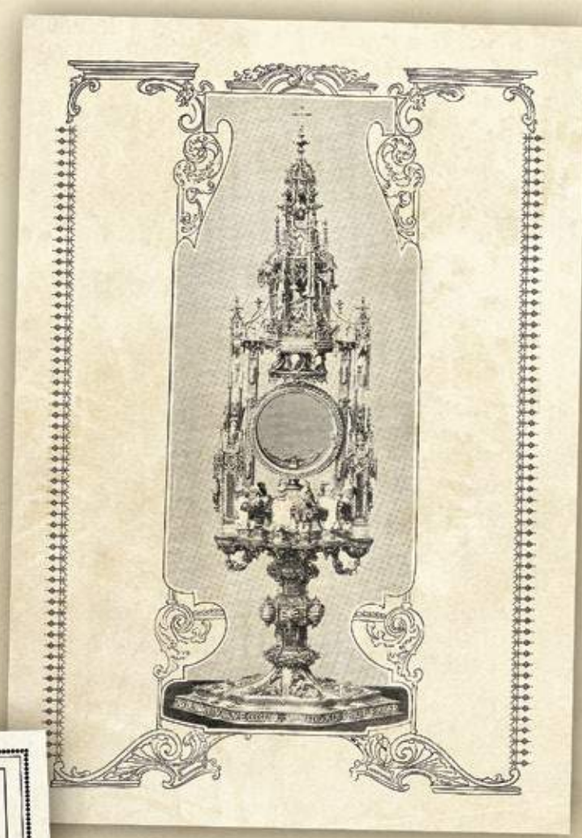
1810
27 de Setembro
Vitória Aliada (Portugal e Inglaterra); fim das Invasões Francesas

1820
24 de Agosto
Primeira Revolução Liberal

1822
7 de Setembro
Independência do Brasil; Constituição Liberal

1824 a 1834
Guerra Civil

1834
30 de Maio
Extinção das Ordens religiosas; nacionalização do respectivo património

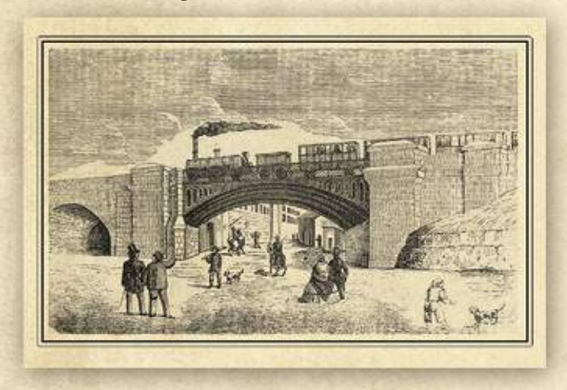


Custódia de Belém, segundo desenho da *Ilustração Portugueza*, nº 182, pág. 22, 1909. A chamada "Custódia de Belém", uma das principais jóias da ourivesaria portuguesa, pertencente ao acervo do Mosteiro dos Jerónimos, foi levada para França pelas tropas napoleónicas em 1808, mais tarde readquirida pelo Estado português, sendo um dos principais ícones, no plano dos bens móveis, dos saques e destruições por que passou Portugal na primeira metade do século XIX.

Entrada das tropas francesas em Lisboa.

Aterros na zona de Cordoaria ou Junqueira (etimologicamente, "terreno pantanoso, coberto por juncos") para modernização do porto, com grandes ganhos de terras ao rio.

Comboio em Xabregas.



1851
11 de Maio
Revolta do Duque de Saldanha, depois primeiro-ministro, com Fontes Pereira de Melo sucessivamente Ministro das Finanças e da Obras Públicas

1851 a 1868
FONTISMO ou REGENERAÇÃO: estradas, caminhos-de--ferro, telégrafo, recursos geológicos e hidrotermais, modernização da agricultura, comércio e indústria, novo Código Civil, extinção da escravatura, proletarização. Economia de comércio livre, com recurso intensivo a capitais externos, principalmente ingleses.

ANTECEDENTES

A Regeneração e a bancarrota de 1892

O *Ultimatum* inglês, em caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro

1880
Tricentenário da Perda da Independência e da morte de Camões; IX Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas

1880 a 1890
Dívida externa insustentável; falta de desenvolvimento interno; balança comercial muito negativa

1889
Implantação da República no Brasil; crise financeira do capital especulativo internacional; falta de renovação dos empréstimos externos, especialmente ingleses.

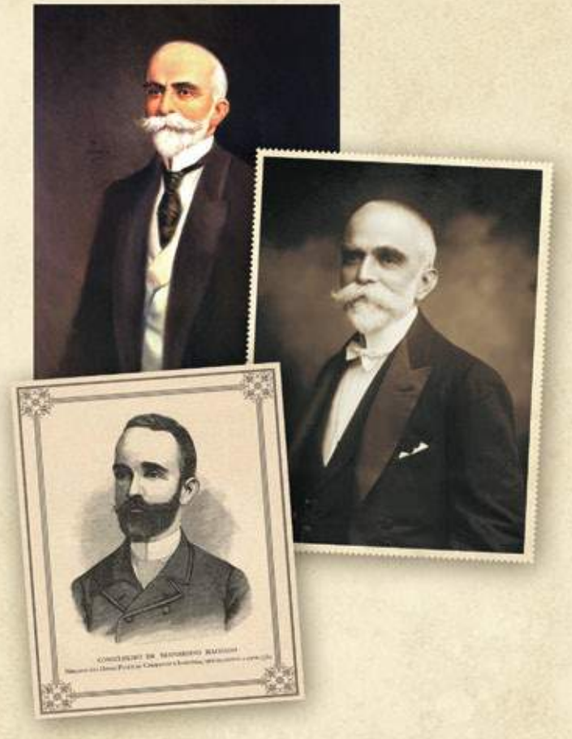
1890
11 de Janeiro
Ultimatum Britânico; exigência de abandono da política do "mapa cor de rosa"; forte reacção popular contra a capitulação do Governo e da Casa Real

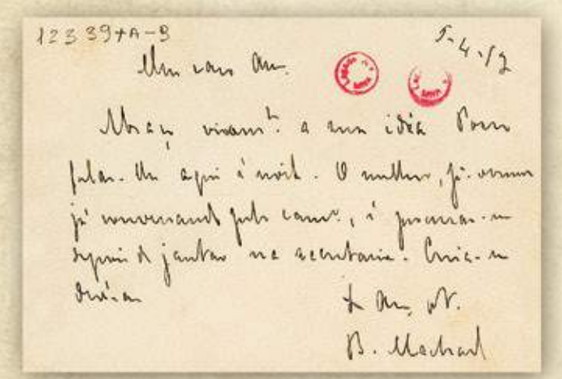
1891
31 de Janeiro
Primeira revolta republicana no Porto

1892
13 de Junho
Declaração de Bancarrota (pela quarta vez no século XIX); regresso ao proteccionismo; agravamento dos impostos; concentração industrial; desenvolvimento do mercado interno e do mercado colonial

O PROJECTO CÍVICO DO MUSEU ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS

A acção de Bernardino Machado



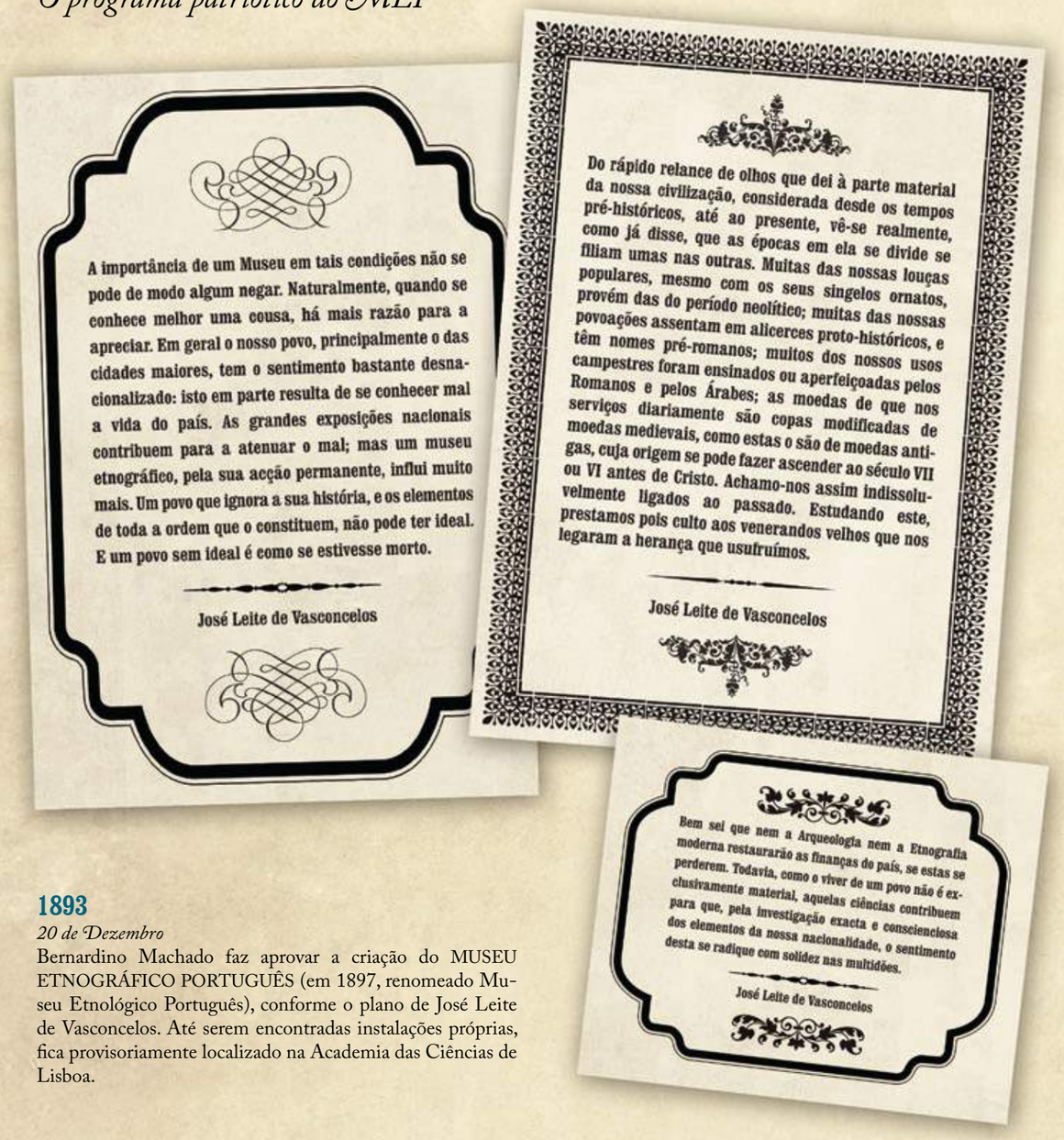


Cartão de Bernardino Machado a Leite de Vasconcelos apoiando-o na intenção de criar o Museu Etnográfico Português. 5 de Abril de 1892.

1893
Governo de Hintze Ribeiro, com monárquicos críticos. Um deles é Bernardino Machado, professor de antropologia na Universidade de Coimbra, onde fundou os museus universitários. Ministro das Obras Públicas, será mais tarde duas vezes Presidente da República (1915-1917 e 1925-1926).

O PROJECTO CÍVICO DO MUSEU ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS

O programa patriótico do MEP



A importância de um Museu em tais condições não se pode de modo algum negar. Naturalmente, quando se conhece melhor uma cousa, há mais razão para a apreciar. Em geral o nosso povo, principalmente o das cidades maiores, tem o sentimento bastante desnacionalizado: isto em parte resulta de se conhecer mal a vida do país. As grandes exposições nacionais contribuem para a atenuar o mal; mas um museu etnográfico, pela sua acção permanente, influi muito mais. Um povo que ignora a sua história, e os elementos de toda a ordem que o constituem, não pode ter ideal. E um povo sem ideal é como se estivesse morto.

José Leite de Vasconcelos

Do rápido relance de olhos que dei à parte material da nossa civilização, considerada desde os tempos pré-históricos, até ao presente, vê-se realmente, como já disse, que as épocas em ela se divide se filiam umas nas outras. Muitas das nossas louças populares, mesmo com os seus singelos ornatos, provém das do período neolítico; muitas das nossas povoações assentam em alicerces proto-históricos, e têm nomes pré-romanos; muitos dos nossos usos campestres foram ensinados ou aperfeiçoadas pelos Romanos e pelos Árabes; as moedas de que nos serviços diariamente são copas modificadas de moedas medievais, como estas o são de moedas antigas, cuja origem se pode fazer ascender ao século VII ou VI antes de Cristo. Achamo-nos assim indissoluvelmente ligados ao passado. Estudando este, prestamos pois culto aos venerandos velhos que nos legaram a herança que usufruímos.

José Leite de Vasconcelos

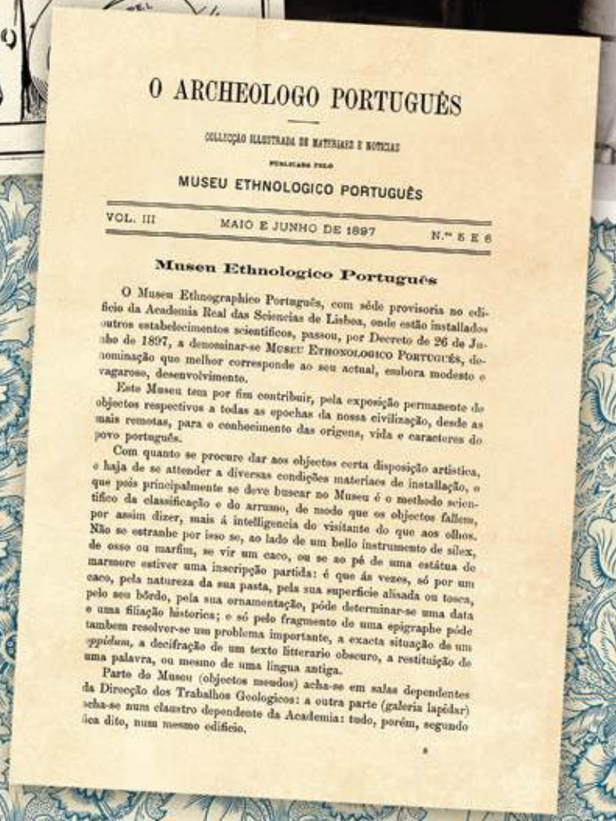
Bem sei que nem a Arqueologia nem a Etnografia moderna restaurarão as finanças do país, se estas se perderem. Todavia, como o viver de um povo não é exclusivamente material, aquelas ciências contribuem para que, pela investigação exacta e conscienciosa dos elementos da nossa nacionalidade, o sentimento desta se radique com solidez nas multidões.

José Leite de Vasconcelos

1893

20 de Dezembro

Bernardino Machado faz aprovar a criação do MUSEU ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS (em 1897, renomeado Museu Etnológico Português), conforme o plano de José Leite de Vasconcelos. Até serem encontradas instalações próprias, fica provisoriamente localizado na Academia das Ciências de Lisboa.



O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTICIAS

PUBLICADO PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

VOL. III — MAIO E JUNHO DE 1897 — N.os 5 E 6

Museu Ethnologico Português

O Museu Ethnographico Português, com séde provisoria no edificio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, onde estão installados outros estabelecimentos scientificos, passou, por Decreto de 26 de Junho de 1897, a denominar-se Museu Ethnologico Português, denominação que melhor corresponde ao seu actual, embora modesto e vagaroso, desenvolvimento.

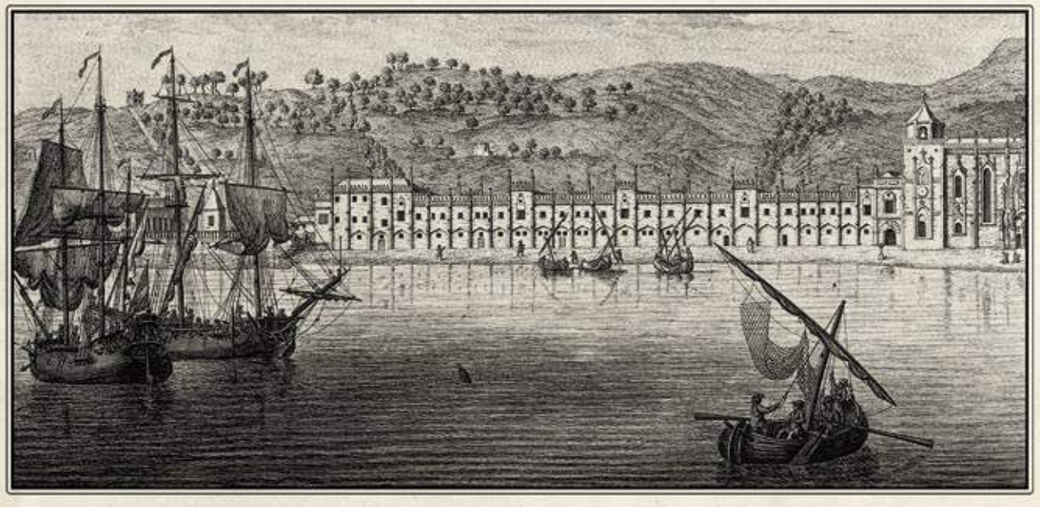
Este Museu tem por fim contribuir, pela exposição permanente de objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português.

Com quanto se procure dar aos objectos certa disposição artistica, e haja de se attender a diversas condições materiaes de installação, o que pois principalmente se deve buscar no Museu é o methodo scientifico da classificação e do arranjo, de modo que os objectos fallem, por assim dizer, mais á intelligencia do visitante do que aos olhos. Não se estranhe por isso se, ao lado de um bello instrumento de silex, de osso ou marfim, se vir um caco, ou se ao pé de uma estátua de marmore estiver uma inscripção partida: é que ás vezes, só por um caco, pela natureza da sua pasta, pela sua superficie alisada ou tosca, pelo seu bôrdo, pela sua ornamentação, póde determinar-se uma data e uma filiação historica; e só pelo fragmento de uma epigraphe póde tambem resolver-se um problema importante, a exacta situação de um oppidum, a decifração de um texto litterario obscuro, a restituição de uma palavra, ou mesmo de uma lingua antiga.

Parte do Museu (objectos mesdos) acha-se em salas dependentes da Direcção dos Trabalhos Geologicos: a outra parte (galeria lapidar) acha-se num claustro dependente da Academia: tudo, porém, segundo fica dito, num mesmo edificio.

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

O Mosteiro dos Jerónimos



1496
23 de Junho
Bula Papal autorizando a construção; D. Manuel I tinha subido ao trono em 27 de Outubro de 1495 e admite-se que o Mosteiro deveria ser consagrado a Panteão Real

1499
29 de Agosto
Regresso de Vasco da Gama da Índia; celebração da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia

1501
Inicia-se a construção do Mosteiro

1521
13 de Dezembro
Morre D. Manuel I

1551
Transladação dos restos mortais de D. Manuel e outros membros da Família Real para o nova igreja do Mosteiro, acabada de construir

SÉCS. XVII e XVIII
Piso superior: dormitórios dos monges; piso térreo: arcaria aberta ou precariamente fechada, visando o apoio às actividade marítima e comercial; alguns espaços fechados eram usados para armazéns, alugados e fornecendo renda aos monges; depois do terramoto de 1755: Alfândega e mais tarde Tanoaria Real

1808 A 1813
Hospital Militar do exército inglês (tropas de Wellington)

1817 A 1833
Tanoraria Real e 1º Regimento de Infantaria

1833
28 de Dezembro
Secularização dos Mosteiro dos Jerónimos; expulsão dos monges (seriam já apenas cerca de uma dúzia) e entrega de todo o monumento (excepto a igreja) à Casa Pia de Lisboa; depois das anteriores ocupações militares e civis o monumento estava profundamente degradado.

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

O impacte da Regeneração no Mosteiro dos Jerónimos

ACHILLES RAMBOIS

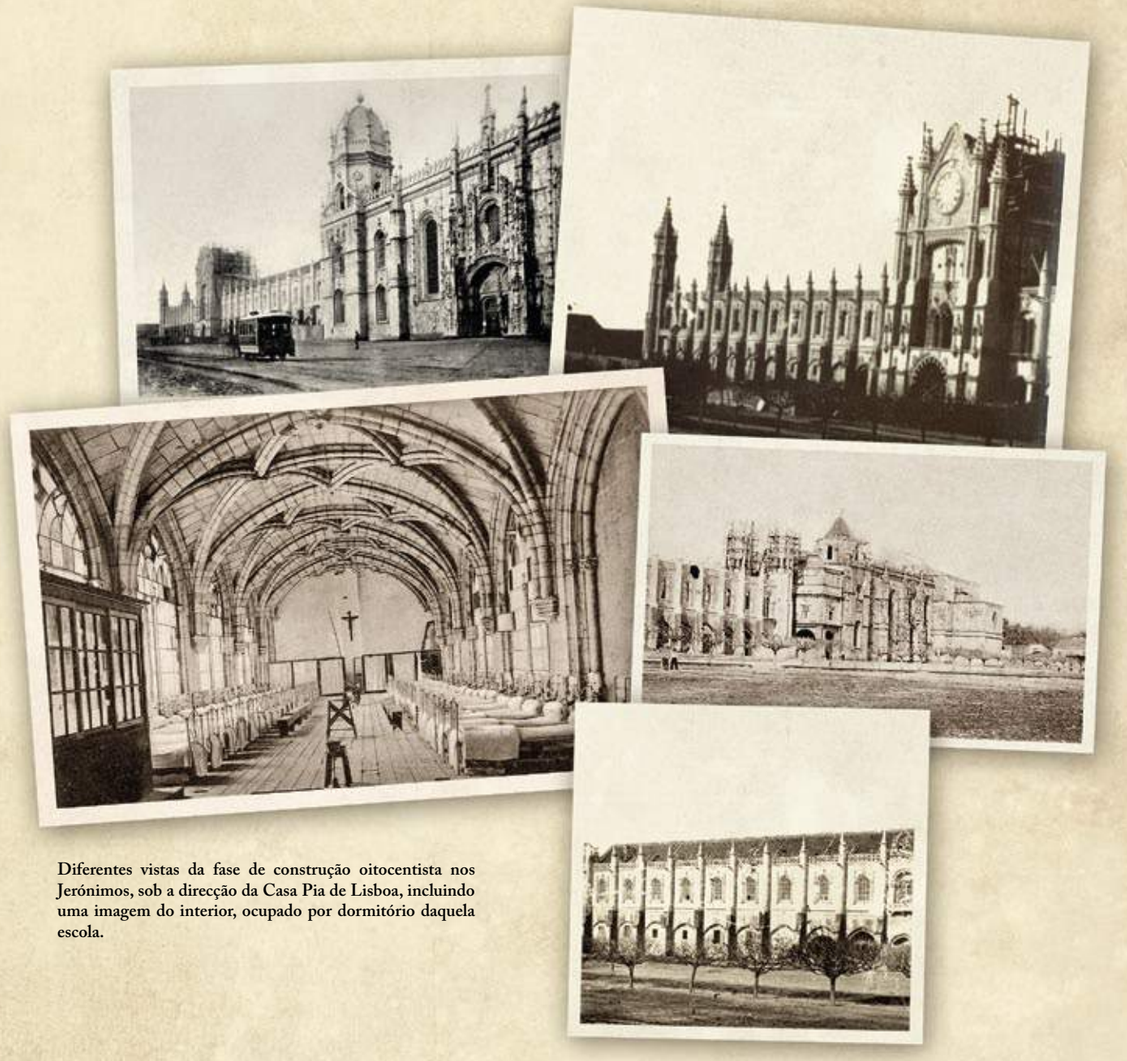
JOSÉ CINATTI

1860

Início de um programa de restauro e reconstrução profundo, conduzido por José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista português, nomeado por Fontes Pereira de Melo como Provedor da Casa Pia de Lisboa; aterro em frente ao Mosteiro, com significativo afastamento de linha de costa; a ala dos antigos dormitórios é transformada profundamente, praticamente substituída por uma construção ao estilo e ao gosto do Gótico Revivalista, ou Neo-Manuelino

1874

Giuseppe Cinatti e Achille Rambois, dois cenógrafos de ópera com algum trabalho anterior em arquitectura, são nomeados responsáveis pela continuidade e completamento da obra; acentuam o estilo cenográfico do novo edificado: zimbório, pináculos e torre de relógio monumental com quase 100 metros de altura, no eixo central da ala reconstruída.



Diferentes vistas da fase de construção oitocentista nos Jerónimos, sob a direcção da Casa Pia de Lisboa, incluindo uma imagem do interior, ocupado por dormitório daquela escola.

(em baixo)
Um dos vários projectos de construção da conjunto oitocentista dos Jerónimos (não executado).

Ilustração da revista *O Ocidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 2º ano, vol. II, nº 26, pág. 12, mostrando o estado de construção da torre central, ou torre do relógio, em vésperas do colapso que a destruiu.

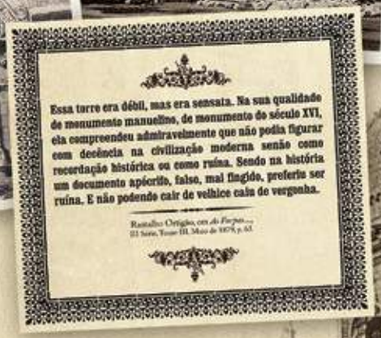
A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

O colapso da torre central em 1878

1878

18 de Dezembro

Colapso da torre monumental em construção, com grande alarme e escândalo nacional. O Governo toma directamente conta das obras nos Jerónimos, através da Comissão dos Monumentos Nacionais.



Essa torre era débil, mas era sensata. Na sua qualidade de monumento manuelino, de monumento do século XVI, ela compreendeu admiravelmente que não podia figurar com decência na civilização moderna senão como recordação histórica ou como ruína. Sendo na história um documento apócrifo, falso, mal fingido, preferiu ser ruína. E não podendo cair de velhice caiu de vergonha.

Rastalho Ortigão, em *As Farpas*...
III Série, Tomo III, Maio de 1878, p. 65.

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Programas museológicos para os Jerónimos Oitocentistas

1878 a 1899

Primeiras ocupações por museus das alas remanescentes, de um lado e do outro da torre colapsada: Museu da Indústria e Comércio (cf. Regeneração), Museu Agrícola e Estação Agronómica Nacional, Museu Escolar da Casa Pia de Lisboa; discussão de sucessivos projectos de reconstrução da torre central.

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Um Museu Nacional nos Jerónimos: o "Museu do Homem Português"

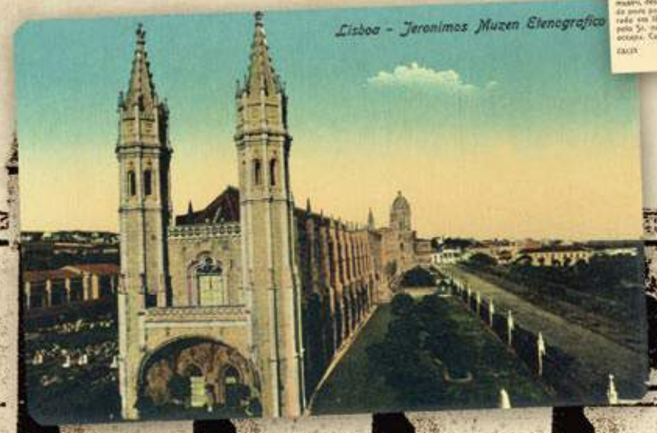
1895 a 1899
Rejeição do uso dos Jerónimos para o tipo de museus que aí vinham existindo; propostas alternativas: Arquivo Nacional, Arquivo e Museu dos Descobrimentos; Museu de Belas Artes…

1897
José Leite de Vasconcelos torna-se membro da Comissão dos Monumentos Nacionais.

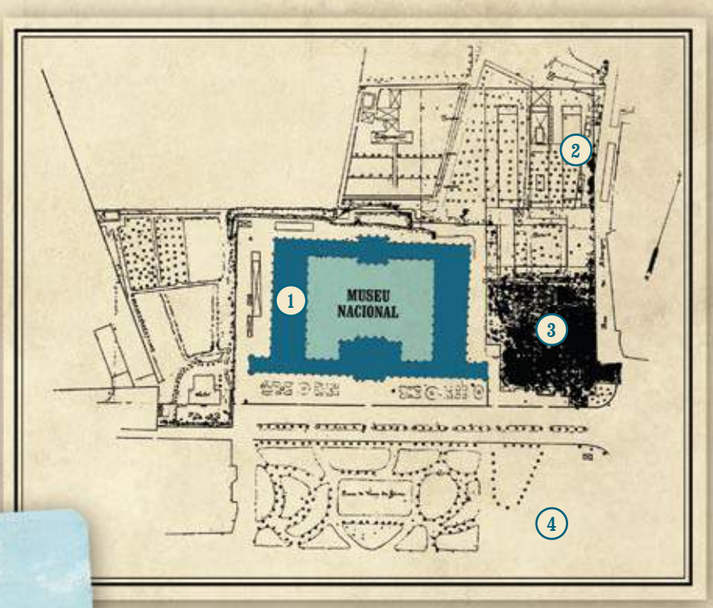
1899
Decisão final: MUSEU NACIONAL, conforme a teorização de Leite de Vasconcelos.

1899
23 de Dezembro
O Museu Etnológico Português torna-se o único museu português a ficar sob a alçada directa da Comissão dos Monumentos Nacionais.

1900
20 de Novembro
Por decisão governamental, o espaço oitocentista dos Jerónimos é entregue ao Museu Etnológico Português.



Planta geral do programa construtivo oitocentista nos Jerónimos, prevendo a edificação de quatro alas envolventes de um grande pátio central. Destas, no século XIX, apenas se encontrava finalizada a ala Sul (ainda assim com a torre central colapsada). De notar a indicação no centro do pátio de "Museu Nacional", dando conta da intenção de consagrar a tal finalidade todo o complexo monumental.



1. Projecto de acrescentamento do conjunto monumental dos Jerónimos (parcialmente executado).
2. Projecto de novas instalações para a Casa Pia.
3. Mosteiro dos Jerónimos (espaços antigos).
4. Jardim e Praça Vasco da Gama (actual Praça do Império)

Projecto do arquitecto Henrique Parente da Silva (1898), aprovado pela Comissão dos Monumentos Nacionais, para reconstrução da torre central (antiga Torre do Relógio) da construção oitocentista dos Jerónimos. De notar a inscrição cimeira, "Museu Nacional", dando conta da opção então tomada por dedicar o novo conjunto monumental ao projecto de "Museu do Homem Português" de José Leite de Vasconcelos. Um ano antes, este Museu tinha mudado de nome de "Etnográfico" para "Etnológico", para, como dizia Leite de Vasconcelos, se adequar melhor à natureza totalizante da instituição, onde deveriam convergir passado (Arqueologia) e presente, sendo este físico (Antropologia) e cultural (Etnografia).

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Um Museu da Monarquia Liberal, promovido pela República

Visita do chefe do estado ao museu arqueologico:
O sr. dr. Manuel d'Arriaga
com o diretor do museu dr. Leite
de Vasconcelos

Museu arqueologico.—O Museu arqueologico de Belem em que superintende o sr. dr. Leite de Vasconcelos é uma instalação modelar tendo o seu ilustre diretor trabalhado sempre ativamente em enriquecer as soberbas coleções d'aquele museu presidindo a excavações na provincia, visitando as ruinas que se descobrem com um grande e sabio criterio.

O chefe de Estado visitou o museu em 23 de janeiro.

Illustração Portugueza, 5.II.1912

Visita de Manuel Arriaga, primeiro Presidente da República eleito, em 23 de Janeiro de 1912, ao Museu Etnológico Português, onde foi recebido por Leite de Vasconcelos. Ilustração Portuguesa, 5.2.1912.

1903
22 de Abril
Início da transferência do Museu Etnológico Português da Academia das Ciências de Lisboa para o Mosteiro dos Jerónimos

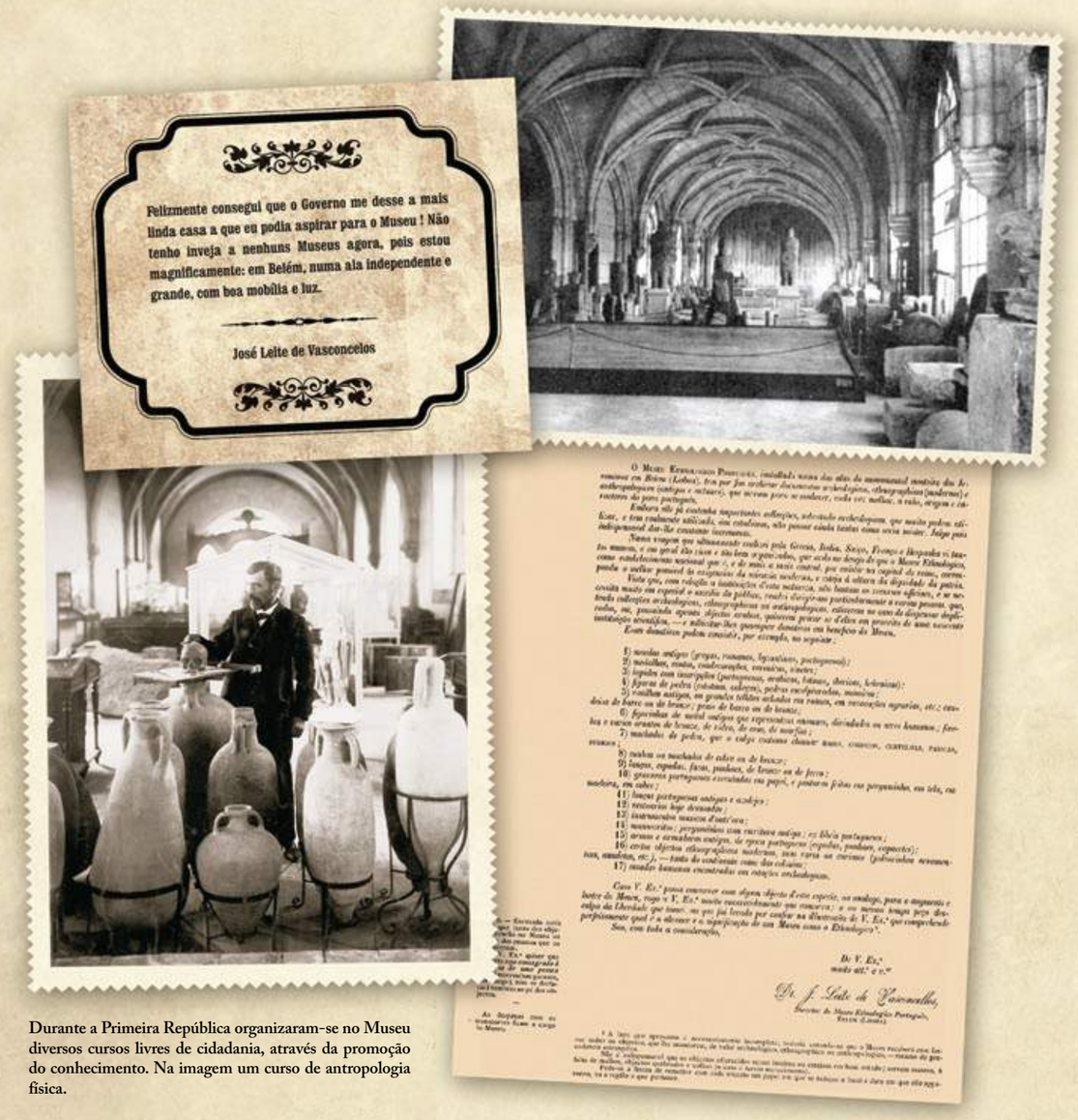
1906
22 de Abril
Abertura ao público nos Jerónimos.

1906 a 1913
Subordinação sucessiva do Museu ao Ministério do Fomento, ao Ministério do Interior e à Universidade de Lisboa (esta última subordinação viria a prolongar-se até 1979)

1914
1 de *Junho*
Novo Regulamento do MEP (Decreto 559).

A INSTALAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS NAS CONSTRUÇÕES OITOCENTISTAS DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Um Museu da Monarquia Liberal, promovido pela República



Durante a Primeira República organizaram-se no Museu diversos cursos livres de cidadania, através da promoção do conhecimento. Na imagem um curso de antropologia física.

"Planta do Anexo do Monumento dos Jerónimos, Museu Etnológico", datada de 1927, quando ainda se mantinha o programa construtivo e funcional definido em finais do século XIX.

O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

Os Jerónimos e a celebração do Império Colonial

1926

28 de Maio

Golpe Militar que estabelece a Ditadura

1929

18 de Março

Atingindo o limite de idade, Leite de Vasconcelos reforma-se e é nomeado "director honorário"; o Museu passa a designar-se "Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos"; Manuel Heleno é nomeado "Director interino" (passando a efectivo em 13 de Agosto de 1930).

1930

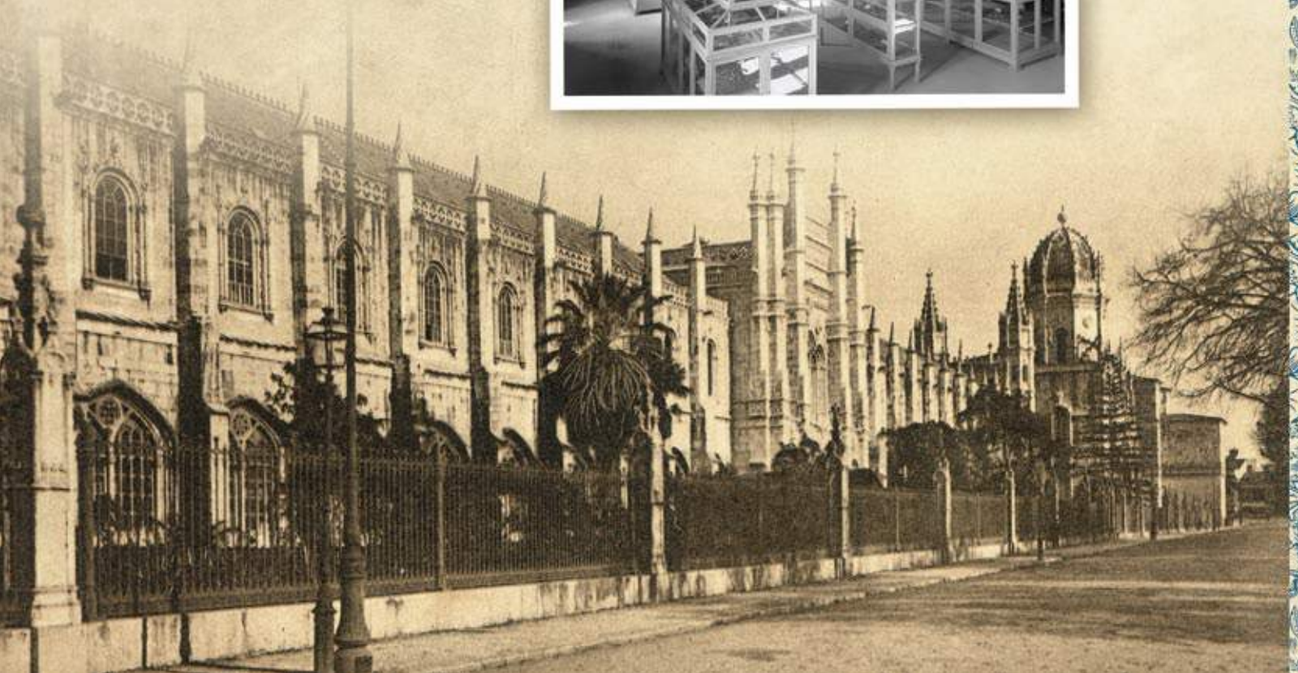
23 de Abril

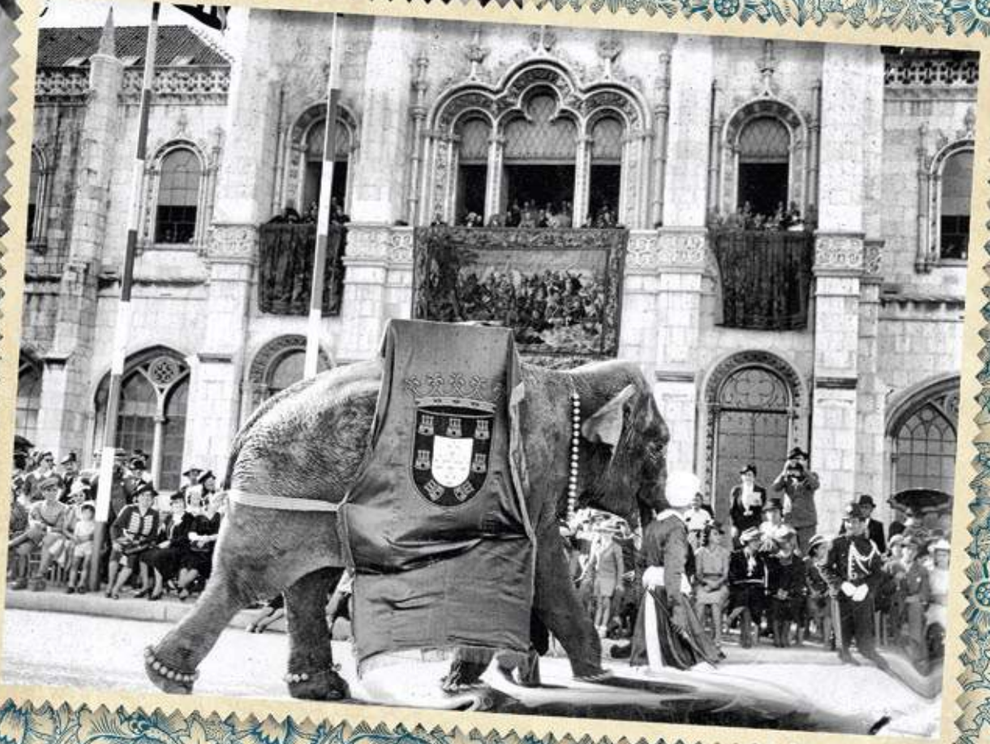
Regulamento do Museu Etnológico do Dr. Leite Vasconcelos (Decreto nº18237); início de um processo de reorganização profunda do Museu, que se prolongou ao longo da década, com a progressiva ocupação da toda a galeria neo-manuelina, logo que a reconstrução da torre central o permitiu e transferência da entrada da extremidade potente para a extremidade nascente (fronteira à entrada da Igreja).

Estado geral da construção oitocentista dos Jerónimos, tal como se apresentava desde finais do século XIX até finais da década de 1920.

O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

Os Jerónimos e a celebração do Império Colonial





O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

Os Jerónimos e a celebração do Império Colonial

1933

19 de Março

Aprovação em *referendum* da nova Constituição

1934-1935

Primeiras referências à instalação de um "Museu Colonial e Naval" nos Jerónimos

1939

Finalização da reconstrução da torre central, refazendo parcialmente a volumetria exterior já edificada (tornando-a ainda mais simples) e concluindo estruturalmente o interior (que ficou em tosco até ao presente); alteração do arranjo exterior, retirando o gradeamento envolvente do monumento.

1940

23 de Junho

Abertura em Belém da Exposição do Mundo Português; toda a zona é urbanisticamente remodelada e simbolicamente apropriada em nome do Portugal Imperial; constrói-se uma Praça do Império em frente ao Mosteiro dos Jerónimos; a torre reconstruída é o lugar central para as mais altas individualidades (Chefe do Estado, Óscar Carmona, e Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar) assistirem ao Cortejo Histórico celebrativo da portugalidade.

O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

As primeiras tentativas de transferência do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos para a Fábrica da Cordoaria Nacional

1953

Intensificação da pressão política para instalar nos Jerónimos a narrativa da grandeza do Império Colonial; no ambiente militarista e ditatorial da época, o mais óbvio suporte para a mesma deveria ser o Museu de Marinha, um museu militar, tutelado pelo Almirante / Ministro Américo Thomaz

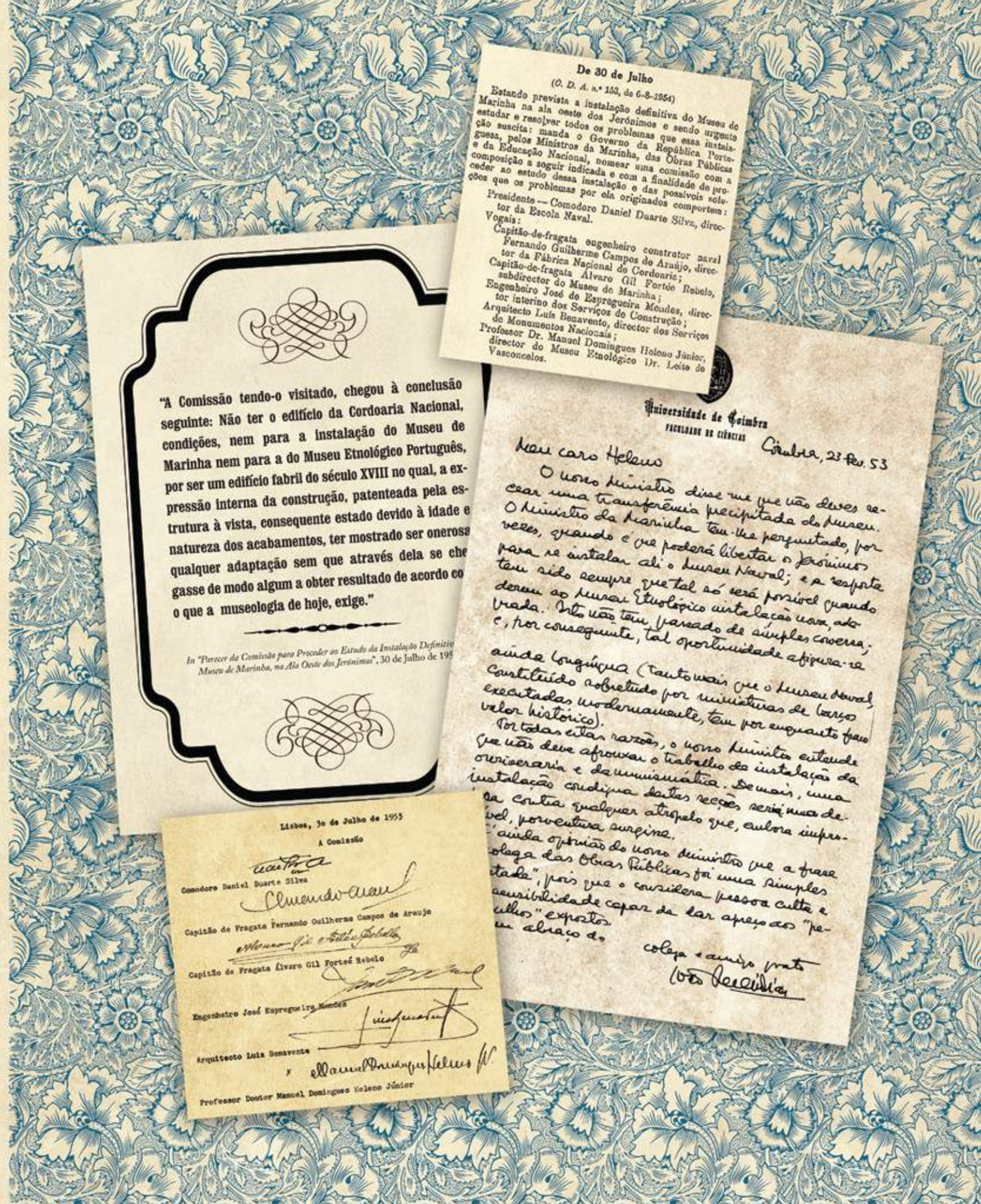
1954

30 de Julho

Para dar cumprimento às orientações do Governo é criada uma Comissão sob presidência do Comodoro Daniel Duarte Silva

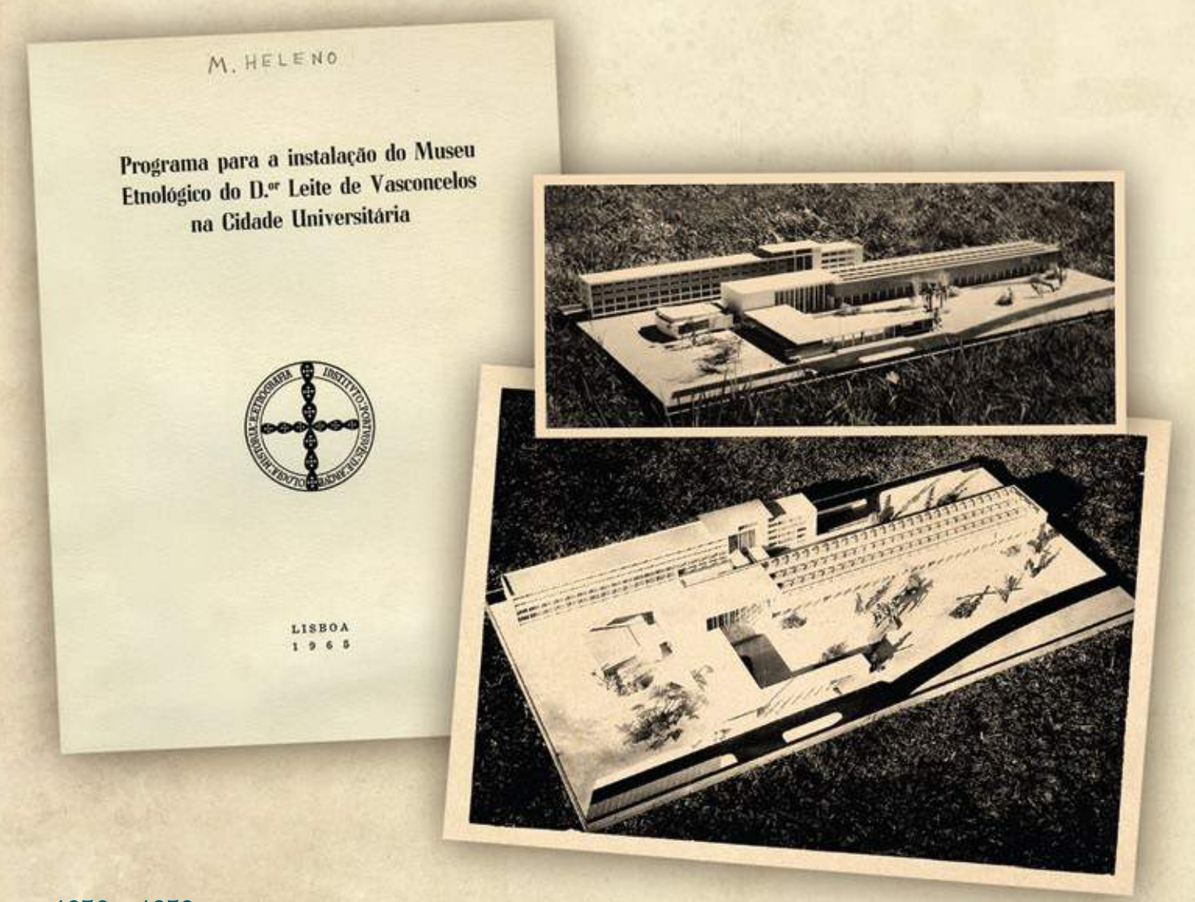
1955 e 1956

Estudo de possíveis locais para a transferência do Museu Etnológico: a primeira opção, a Fábrica da Cordoaria Nacional, é abandonada por manifesta falta de condições, preservação do edifício e custo insuportável da adaptação necessária; outras opções foram consideradas, mas todas se mostraram inadequadas



O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

Um Museu novo, na Cidade Universitária



1956 a 1959

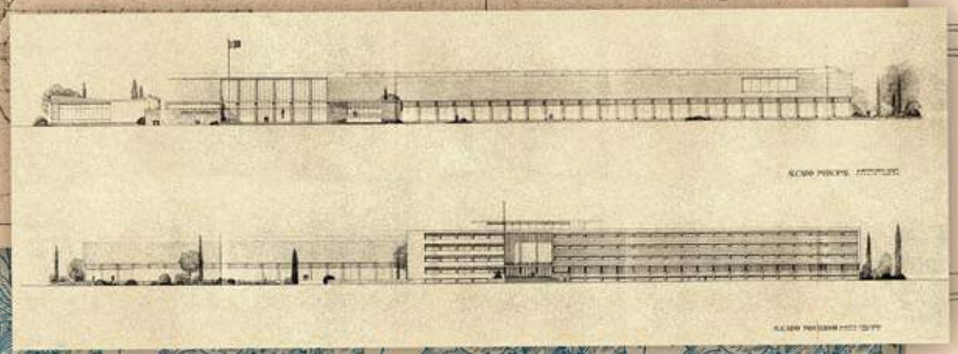
Em face da inexistência de pré-edificações adequadas, o Governo decide-se pela construção de raiz e pela colocação do Museu no perímetro da Cidade Universitária então emergente. Manuel Heleno, director do Museu, elabora um programa museológico muito exigente e avançado para a época. É contratado o arquitecto Alberto Cruz, que faz estudo prévio e ante-projecto, mas não é executado por falta de verba.

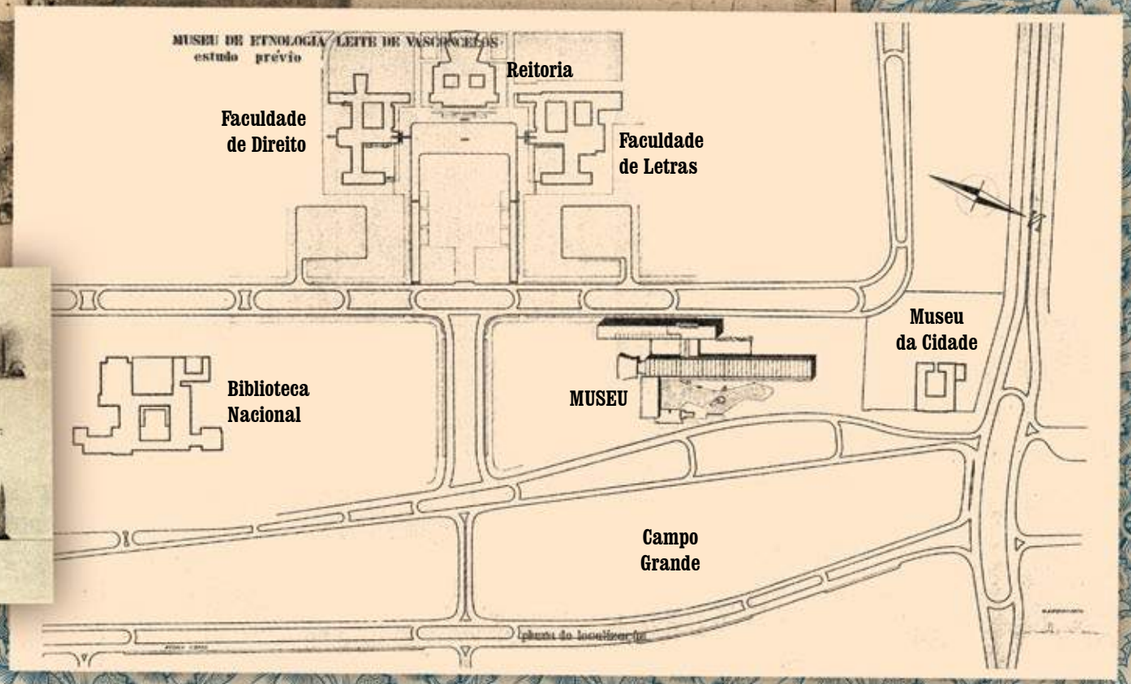
(à direita)
Primeira página do semanário humorístico "Sempre Fixe", com ilustração de Francisco Valença, na qual algumas peças do Museu se rebelam não querendo ser transferidas para Telheiras, ou seja, para as novas instalações previstas para a Cidade Universitária.

MUSEU DE ETNOLOGIA · LEITE DE VASCONCELOS ·
· estudo prévio ·

A EXPOSIÇÃO PERMANENTE
C SALÃO DE CONFERÊNCIAS
D SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
E SERVIÇOS CENTRAIS
G BIBLIOTECA ARQUIVO

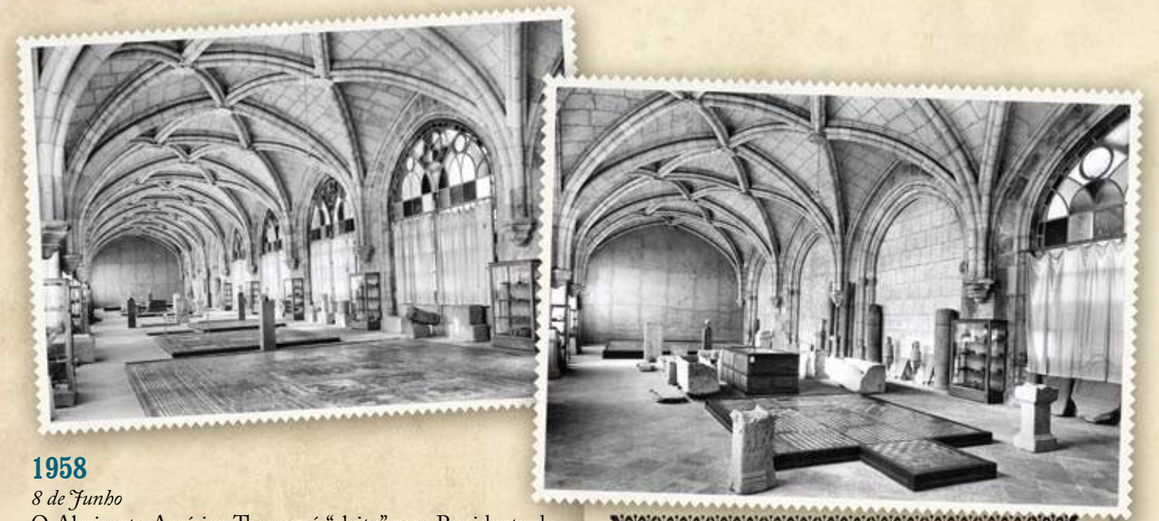
ESCALA 1:500





O PROGRAMA DO ESTADO NOVO PARA BELÉM E JERÓNIMOS

Bom senso e realismo: Dois museus no mesmo complexo monumental



1958

8 de Junho

O Almirante Américo Thomaz é "eleito" para Presidente da República

1961

12 de Dezembro

O Conselho Superior das Obras Públicas emite parecer muito crítico acerca do ante-projecto de Aberto Cruz, elogiando o programa de Manuel Heleno e recomendando revisão profunda com a sua colaboração.

1961 e 1962

Em face da impossibilidade de transferir o Museu Etnológico a curto prazo, força-se a desanexação da extremidade poente para a aí instalar "uma entrada condigna" para o Museu de Marinha. A DGEMN é encarregada da obra, sendo nomeados quatro técnicos para o efeito: Cruz Azevedo (engenheiro electrotécnico), Elísio Summavielle Soares e Castro Lobo (arquitectos), José Conceição Vaz (agente técnico de engenharia). Em 15 de Dezembro de 1961, o Director de Serviços dos Monumentos Nacionais, arquitecto João Vaz Martins, queixa-se de que, querendo os técnicos da DGEMN dar início aos trabalhos, defrontaram-se com a falta de cooperação do Director do Museu, que nem sequer recebeu o primeiro dos dois arquitectos nomeados quando, acompanhado pelo agente técnico, se deslocou ao museu.

Tendo sido cedido ao Museu da Marinha uma parte do Salão ocidental do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos (...) deslocaram-se ao Mosteiro dos Jerónimos os técnicos desta Direcção-Geral, arqtº Elísio Summavielle e agente técnico José da Conceição Vaz, os quais foram recebidos, em substituição do director, pelo conservador do referido Museu (...) Como era natural e desejável (...) foi lembrado ao referido conservador a grande vantagem em que o Museu pudesse de qualquer modo colaborar nas tarefas a empreender

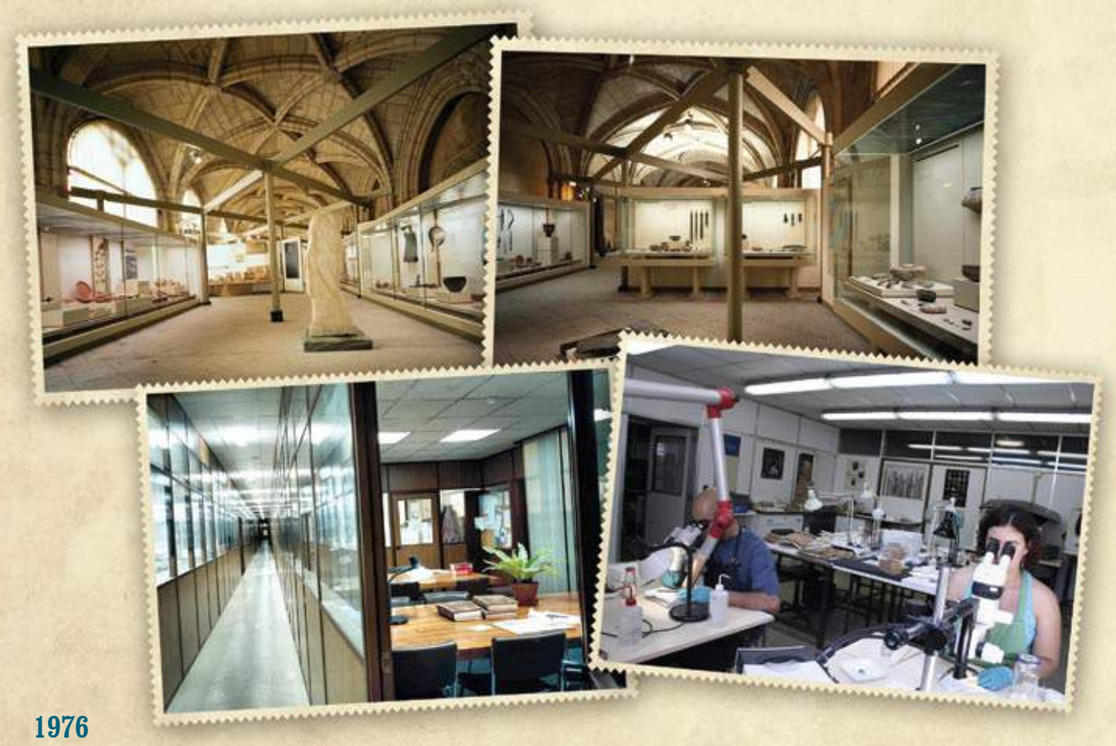
(...)

Contudo – e não sem grande surpresa –, foi declarado que o Director do Museu Etnológico se considerava inteiramente desligado do assunto, e que de forma alguma se contasse com a sua assistência ou qualquer espécie de colaboração do Museu ou do seu pessoal, pretendendo, ao mesmo tempo que se ficasse com a certeza de que só a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a partir daquele momento, assumiria toda a responsabilidade por tudo o que pudesse acontecer ali dentro, no decorrer dos trabalhos.

Excerto de ofício dirigido ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelo Director de Serviços da Direcção dos Serviços e dos Monumentos Nacionais, em 15 de Dezembro de 1961.

EM DEMOCRACIA...

Alteram-se os regimes, mantêm-se os problemas, repetem-se as soluções.



Em 1980, o Museu foi profundamente remodelado interiormente, com a montagem de uma nova galeria de exposição no rés-do chão e a instalação de serviços em gabintes amovíveis em todo o piso superior.

1976

14 de Janeiro

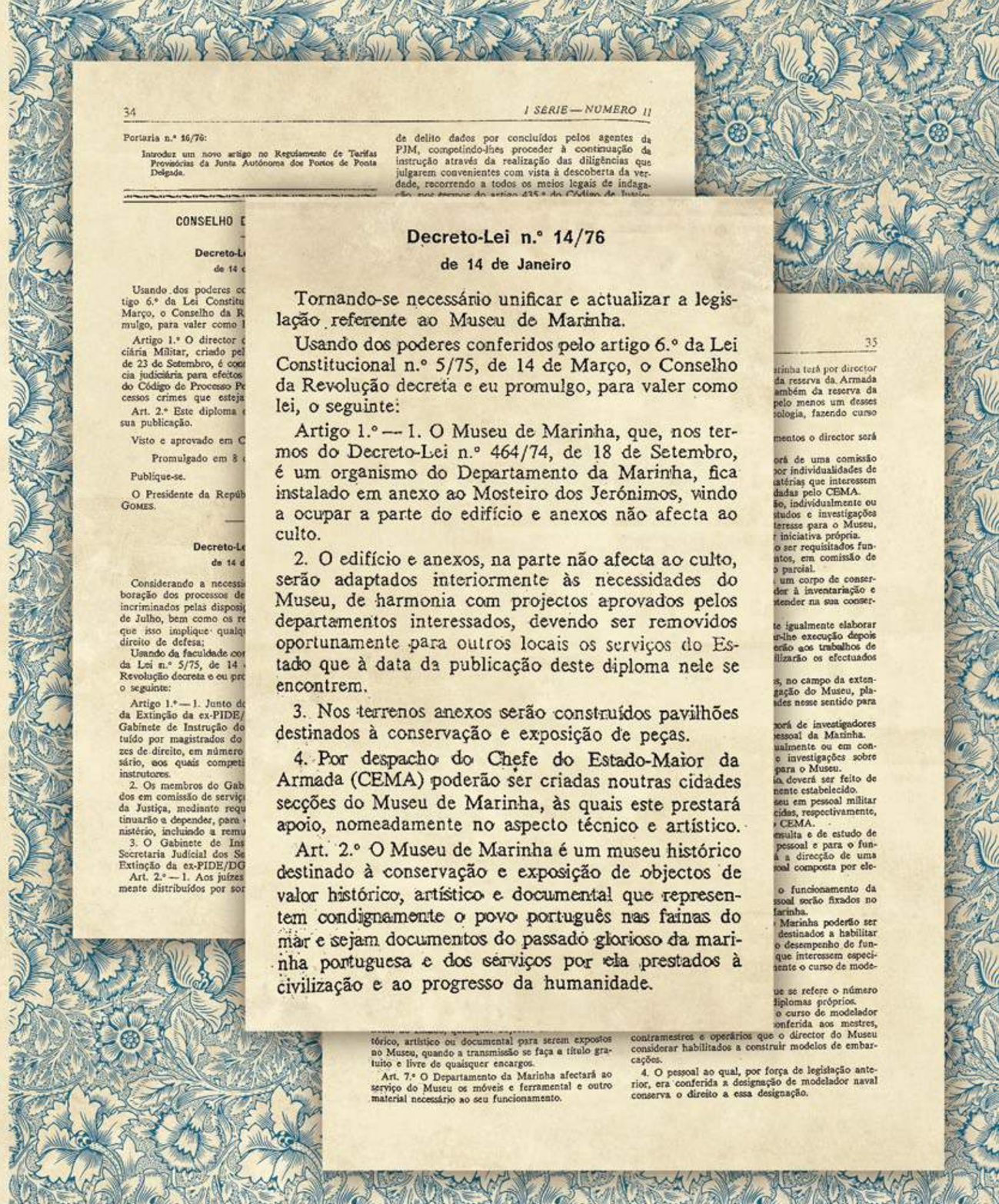
O Conselho da Revolução determina que todos os espaços do Mosteiro dos Jerónimos não afectos ao culto devem ser entregues ao Museu de Marinha e que os serviços aí existentes "devem ser removidos oportunamente para outros locais";

1976 a 1979

Propostas de instalação do MNA no Parque do Monteiro-Mór, onde se pretendia vir a instalar um "Centro Cultural que englobará os Museus de Arte Moderna e contemporânea, de Arqueologia, Centro de Comunicação Visual, Cinema e Teatro de ensaio, Oficinas, etc.", conforme sugestão de Natália Correia Guedes, em 11 de Fevereiro de 1976 (de todos os museus e equipamentos propostos, apenas os Museus Nacionais do Teatro e do Traje se viriam a instalar neste local); nestas datas o MNA esteve por duas vezes fechado ao público, para remodelação interna

1980 a 1982

Reabertura ao público, tomada de posse de novo director (Francisco Alves) e nova tentativa de oferecimento da Fábrica da Cordoaria Nacional para instalação do MNA; após a consulta de vários especialistas (museóloga Adília Alarcão, arqto. Pedro Vieira de Almeida, designer Victor Manaças), que visitaram o local, o director conclui pela "inviabilidade dessa transferência, com base na inadequação total do edifício da Cordoaria para o fim pretendido".



34 I SÉRIE — NÚMERO 11

Portaria n.º 16/76:

Introduz um novo artigo no Regulamento de Tarifas Provisórias da Junta Autónoma dos Portos de Ponta Delgada.

CONSELHO D

Decreto-L

de 14 d

Usando dos poderes co
tigo 6.º da Lei Constitu
Março, o Conselho da R
mulgo, para valer como l

Artigo 1.º O director d
ciária Militar, criado pel
de 23 de Setembro, é com
cia judiciária para efeitos
do Código de Processo Pe
cessos crimes que esteja

Art. 2.º Este diploma e
sua publicação.

Visto e aprovado em C

Promulgado em 8 d

Publique-se.

O Presidente da Repúb
GOMES.

Decreto-L

de 14 d

Considerando a necessi
boração dos processos de
incriminados pelas disposi
de Julho, bem como os re
que isso implique qualq
direito de defesa;

Usando da faculdade con
da Lei n.º 5/75, de 14
Revolução decreta e eu pr
o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Junto d
da Extinção da ex-PIDE/
Gabinete de Instrução do
tuído por magistrados do
zes de direito, em número
sário, aos quais competi
instrutores.

2. Os membros do Gab
dos em comissão de serviç
da Justiça, mediante requ
tinuarão a depender, para
nistério, incluindo a remu

3. O Gabinete de Ins
Secretaria Judicial dos Se
Extinção da ex-PIDE/DG

Art. 2.º — 1. Aos juízes
mente distribuídos por sor

de delito dados por concluídos pelos agentes da PJM, competindo-lhes proceder à continuação da instrução através da realização das diligências que julgarem convenientes com vista à descoberta da verdade, recorrendo a todos os meios legais de indagação, nos termos do artigo 435.º do Código de Justiç

Decreto-Lei n.º 14/76

de 14 de Janeiro

Tornando-se necessário unificar e actualizar a legislação referente ao Museu de Marinha.

Usando dos poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. O Museu de Marinha, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 464/74, de 18 de Setembro, é um organismo do Departamento da Marinha, fica instalado em anexo ao Mosteiro dos Jerónimos, vindo a ocupar a parte do edifício e anexos não afecta ao culto.

2. O edifício e anexos, na parte não afecta ao culto, serão adaptados interiormente às necessidades do Museu, de harmonia com projectos aprovados pelos departamentos interessados, devendo ser removidos oportunamente para outros locais os serviços do Estado que à data da publicação deste diploma nele se encontrem.

3. Nos terrenos anexos serão construídos pavilhões destinados à conservação e exposição de peças.

4. Por despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) poderão ser criadas noutras cidades secções do Museu de Marinha, às quais este prestará apoio, nomeadamente no aspecto técnico e artístico.

Art. 2.º O Museu de Marinha é um museu histórico destinado à conservação e exposição de objectos de valor histórico, artístico e documental que representem condignamente o povo português nas fainas do mar e sejam documentos do passado glorioso da marinha portuguesa e dos serviços por ela prestados à civilização e ao progresso da humanidade.

35

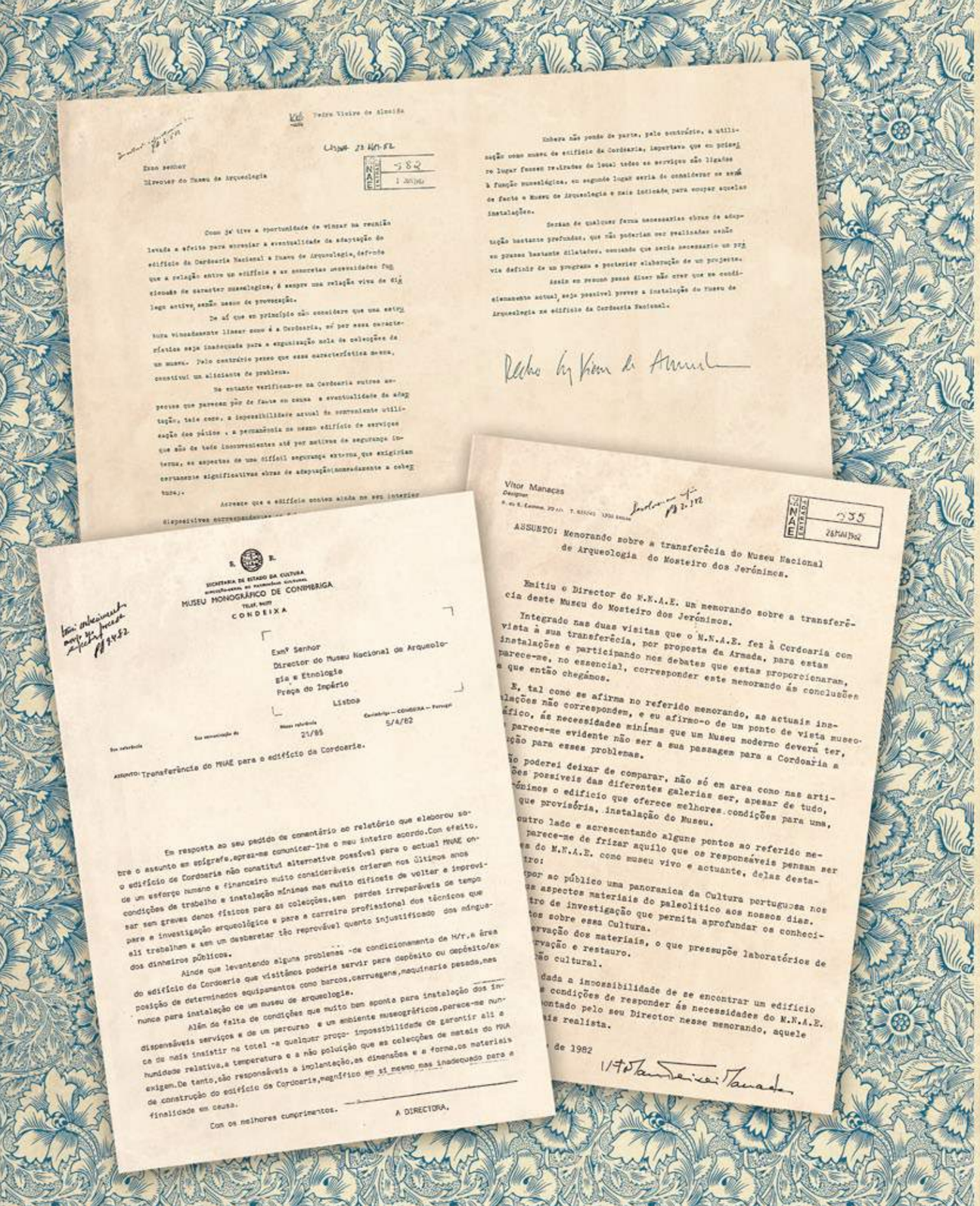
tório, artístico ou documental para serem expostos no Museu, quando a transmissão se faça a título gratuito e livre de quaisquer encargos.

Art. 7.º O Departamento da Marinha afectará ao serviço do Museu os móveis e ferramental e outro material necessário ao seu funcionamento.

contramestres e operários que o director do Museu considerar habilitados a construir modelos de embarcações.

4. O pessoal ao qual, por força de legislação anterior, era conferida a designação de modelador naval conserva o direito a essa designação.

Alteram-se os regimes, mantêm-se os problemas, repetem-se as soluções.



Pedro Vieira de Almeida

Exmo senhor
Director do Museu de Arqueologia

Como já tive a oportunidade de vincar na reunião levada a efeito para mostrar a eventualidade da adaptação do edifício da Cordoaria Nacional a Museu de Arqueologia, defendo que a relação entre um edifício e as concretas necessidades funcionais de carácter museológico, é sempre uma relação viva de diálogo activo, senão mesmo de provocação.

De aí que eu principio não considere que uma estrutura virtualmente linear como é a Cordoaria, só por essa característica seja inadequada para a organização nela de colecções de um museu. Pelo contrário penso que essa característica possa constituir um aliciante de problema.

No entanto verifiquem-se na Cordoaria outros aspectos que parecem pôr de fazer-se a eventualidade da adaptação, tais como, a impossibilidade actual de convenientemente utilização dos pátios, a permanência no mesmo edifício de serviços que não de todo inconvenientes até por motivos de segurança interna, os aspectos de uma difícil segurança externa que exigiriam certamente significativas obras de adaptação(nomeadamente a cobertura).

Acresce que o edifício contem ainda no seu interior dispositivos correspondentes [illegible]

Embora não ponha de parte, pelo contrário, a utilização como museu do edifício da Cordoaria, importava que os poderes locais fossem revelados do local todos os serviços não ligados à função museológica, em segundo lugar seria de considerar se será de facto o Museu de Arqueologia o mais indicado para ocupar aquelas instalações.

Seriam de qualquer forma necessárias obras de adaptação bastante profundas, que não poderiam ser realizadas senão em prazos bastante dilatados, contando que seria necessário um prévio definir de um programa e posterior elaboração de um projecto.

Assim eu pessoalmente penso dizer não crer que no condicionalismo actual, seja possível prever a instalação do Museu de Arqueologia no edifício da Cordoaria Nacional.

Pedro Vieira de Almeida

Vítor Manaças

ASSUNTO: Memorando sobre a transferência do Museu Nacional de Arqueologia do Mosteiro dos Jerónimos.

Emitiu o Director do M.N.A.E. um memorando sobre a transferência deste Museu do Mosteiro dos Jerónimos.

Integrado nas duas visitas que o M.N.A.E. fez à Cordoaria com vista à sua transferência, por proposta da Armada, para estas instalações e participando nos debates que estas proporcionaram, parece-me, no essencial, corresponder este memorando às conclusões a que então chegámos.

E, tal como se afirma no referido memorando, as actuais instalações não correspondem, e eu afirmo-o de um ponto de vista museográfico, às necessidades mínimas que um Museu moderno deverá ter, parece-me evidente não ser a sua passagem para a Cordoaria a solução para esses problemas.

Não poderei deixar de comparar, não só em área como nas artes possíveis dum diferentes galerias ser, apesar de tudo, Jerónimos o edifício que oferece melhores condições para uma, que provisória, instalação do Museu.

Outro lado e acrescentando alguns pontos ao referido me- parece-me de frizar aquilo que os responsáveis pensam ser do M.N.A.E. como museu vivo e actuante, delas destaro:

por ao público uma panorâmica da Cultura portuguesa nos aspectos materiais do paleolítico aos nossos dias.
tro de investigação que permita aprofundar os conhecitos sobre essa Cultura.
ervação dos materiais, o que pressupõe laboratórios de rvação e restauro.
ão cultural.

dada a impossibilidade de se encontrar um edifício condições de responder às necessidades do M.N.A.E. ontado pelo seu Director nesse memorando, aquele is realista.

de 1982

S. E.
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONIMBRIGA
CONDEIXA

Exmº Senhor
Director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia
Praça do Império
Lisboa

Museu Monográfico — CONDEIXA — Portugal
5/4/82

Assunto: Transferência do MNAE para o edifício da Cordoaria.

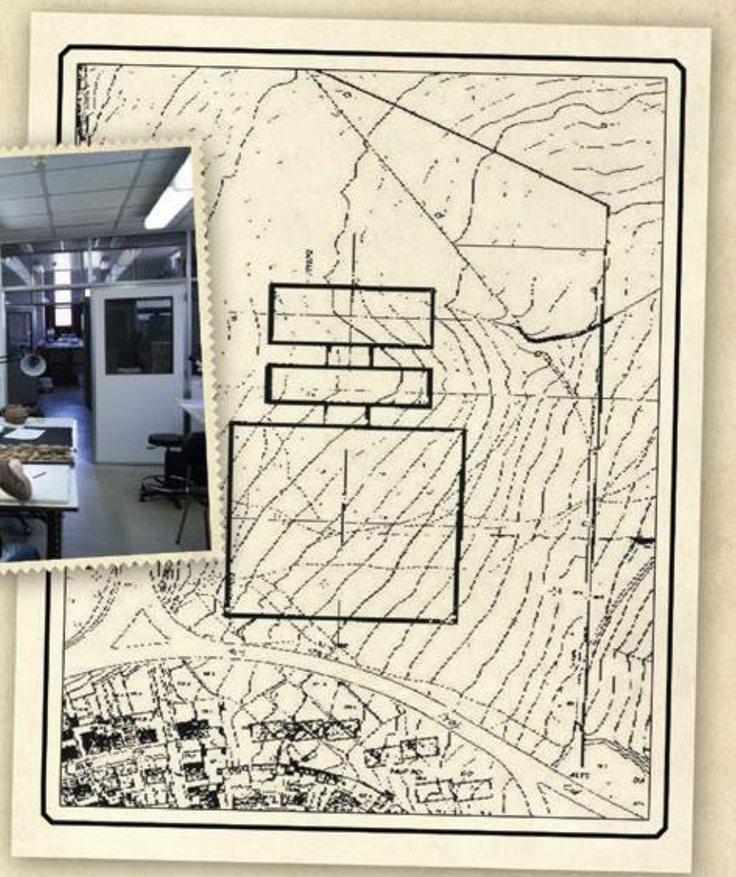
Em resposta ao seu pedido de comentário ao relatório que elaborou sobre o assunto em epígrafe,apraz-me comunicar-lhe o meu inteiro acordo.Com efeito, o edifício da Cordoaria não constitui alternativa possível para o actual MNAE onde um esforço humano e financeiro muito consideráveis criaram nos últimos anos condições de trabalho e instalação mínimas mas muito difíceis de voltar e improvisar sem graves danos físicos para as colecções,sem perdas irreparáveis de tempo para a investigação arqueológica e para a carreira profissional dos técnicos que ali trabalham e sem um desbaretar tão reprovável quanto injustificado dos dinheiros públicos.

Ainda que levantando alguns problemas -de condicionamento de H/r,a área do edifício da Cordoaria que visitámos poderia servir para depósito ou depósito/exposição de determinados equipamentos como barcos,carruagens,maquinaria pesada,mas nunca para instalação de um museu de arqueologia.

Além da falta de condições que muito bem aponta para instalação dos indispensáveis serviços e de um percurso e um ambiente museográficos,parece-me nunca de mais insistir no total -a qualquer preço- impossibilidade de garantir all a humidade relativa,a temperatura e a não poluição que as colecções de metais do MNA exigem.De tanto,são responsáveis a implantação,as dimensões e a forma,os materiais de construção do edifício da Cordoaria,magnífico em si mesmo mas inadequado para a finalidade em causa.

Com os melhores cumprimentos.

A DIRECTORA.



Sugestão de volumes para a instalação do Museu no Alto da Ajuda (em terrenos actualmente ocupados pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa).

1982 a 1994

Várias tentativas de relançar a perspectiva de construção de raiz para o MNA; chegam a existir espaços previstos para o novo Museu, considerados em Planos Directores Municipais: Alto do Restelo, Alto da Ajuda.

EM DEMOCRACIA...

De novo, bom senso e realismo: Ampliação e remodelação do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos nos Jerónimos

1994
4 de Janeiro
Entrega da chamada "Torre Ôca" ao MNA, em cumprimento de despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada de 3 de Novembro de 1993.

1995
Julho
"Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia", de Luís Raposo e Ana Isabel Santos

1995
Outubro a Dezembro
"Estudo Global para a Remodelação do Museu Nacional de Arqueologia: possibilidades, impossibilidades e discussão de estratégias", de Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro; seguido de "Hipóteses de distribuição de espaços...", dos mesmos autores, e de "Observações sobre o documento de trabalho Hipóteses...", de Luís Raposo

1996
16 de Outubro
Tomada de posse do actual director; elaboração do documento de reflexão estratégica "Situação actual e perspectivas futuras do Museu Nacional de Arqueologia à data da tomada de possa do novo director", onde se adopta definitivamente a ampliação nos Jerónimos.

EXPOSIÇÕES REALIZADAS PELO MUSEU NACIONAL DA ARQUEOLOGIA NA "TORRE ÔCA", ENTRE 1994 E 2010

10-11-1994 a 18-12-1994
Mulher Rebelde na Mitologia, na História e no Drama

06-07-1995 a 22-10-1995
Vale do Côa - Lugar

04-04-2000 a 16-07-2000
Pera Guerreiar:
Armamento medieval no espaço português

08-09-2000 a 01-12-2000
Acampamentos paleolíticos do sul da Europa

19-12-2000 a 23-03-2001
O Espaço Grego: 150 anos de escavações da Escola Francesa de Atenas

10-04-2001 a 20-10-2001
Alcalar: A Pré-história em Portimão

06-11-2001 a 06-01-2002
Garb: Sítios Islâmicos do Sul Peninsular

12-03-2002 a 18-05-2003
Deuses e Heróis na Antiguidade:
"O Mosaico das Musas de Torre de Palma"

18-06-2003 a 11-01-2004
Um mergulho na História - Arqueologia Subaquática no Rio Arade

29-01-2004 a 02-05-2004
Do Nilo a Roma: Arquitectura antiga, realidade virtual

17-05-2004 a 31-10-2004
Tesouros da China.
As 100 maiores descobertas arqueológicas no século XX

28-01-2005 a 22-01-2006
A Presença Romana em Cascais - Um território da Lusitânia Ocidental

22-03-2005 a 01-06-2005
AQUAE LIBERAE - Fragmentos para a classificação do Aqueduto das Águas Livres como Património

09-02-2006 a 21-05-2006
KEYSTONES por Stephen Sack

05-06-2006 a 31-12-2006
Um mergulho na História - O navio do século XV - Ria de Aveiro

26-01-2007 a 09-09-2007
Vasos gregos em Portugal - Aquém das colunas de Hércules

20-09-2007 a 18-11-2007
Charters de Almeida "A Arqueologia como medida do tempo - Portas passagens, cidades imaginárias"

03-12-2007 a 01-08-2008
Ouro Tradicional de Viana do Castelo. Da Pré-história à Actualidade

07-07-2008 a 31-03-2009
Impressões do Oriente. De Eça de Queiroz a Leite de Vasconcelos

15-05-2009 a 15-10-2009
Vaso Campaniforme. A Europa do 3.º milénio antes de Cristo

11-11-2009 a 30-04-2010
"Vita Vitri" - O Vidro Antigo em Portugal

18-11-2004 a 09-01-2005
Concurso Público para a elaboração do proiecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa

Entre 1994 e 2010 realizaram-se na Torre Oca mais de duas dezenas de exposições, num ritmo que foi especialmente intenso na década de 2000 (mais de duas exposições por ano). Às exposições haverá que adicionar uma vasta gama de actividades diversas realizadas neste espaço: congressos (por exemplo, o 1º Encontro Nacional de Museus com Colecções de Arqueologia), conferências, concertos, actos comemorativos, festas e animações educativas e culturais em sentido amplo, etc. promovidas algumas em parceria com entidades exteriores. A Torre Ôca adquiriu neste período um estatuto de espaço polivalente, ao serviço de Cultura e da Cidade.

EM DEMOCRACIA...

De novo, bom senso e realismo: Ampliação e remodelação do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos nos Jerónimos

1996 a 1999

Estudos técnicos visando a ampliação do MNA; ante-projectos dos arqtos. Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro; em 1999 é tomada pelo Ministro Manuel Maria Carrilho a decisão política de ampliação do MNA no Mosteiro dos Jerónimos.

1999

28 de Dezembro

Criação do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia (GAMNA).

(à direita)

Diário de Notícias | 19 de Maio de 1999
Diário de Notícias | 28 de Junho de 2002
Jornal Público | 19 de Maio de 1999
Diário de Notícias | 29 de Junho de 2002

EM DEMOCRACIA...

De novo, bom senso e realismo: Ampliação e remodelação do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos nos Jerónimos

2000
Março a Julho
Programa de sondagens nos espaços do MNA nos Jerónimos (torre ôca e pátio interior), dirigidos pelo LNEC e seguindo normativo legal para este tipo de avaliações, que concluíram pela inexistência de contra-indicações geológicas ou geotécnicas (estabilidade das pré-existências, escavabilidade do subsolo e características do lençol freático) para a concretização do projecto de ampliação do MNA.

2000
4 de Dezembro
Parecer do IPPAR (DRL) aprovando o "estudo geológico para a remodelação do MNA" e concluindo que se poderia passar à fase de ante-projecto.

2002
27 de Junho
A decisão do Governo anterior é confirmada, aprofundada e publicamente assumida pelo novo PM, José Manuel Durão Barroso, em visita ao MNA.

EM DEMOCRACIA...

Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia?

'BELÉM REDESCOBERTA' COM MAIS-VALIAS PARA TURISMO EQUESTRE

Publituris, 19-5-2006

MUSEUS DESCONHECEM RECUPERAÇÃO DE BELÉM

Diário de Notícias, 19-4-2006

2002 a 2005

Reuniões sucessivas envolvendo as tutelas dos museus (IPM) e do património (IPPAR), o conselho consultivo do IPPAR, a DG das Infra-Estruturas da Marinha e os directores dos Museus de Marinha e de Arqueologia, visando a aprovação do ante-projecto de arquitectura para a ampliação do MNA (que conheceu diferentes versões) e o estabelecimento de sinergias entre ambos os museus.

2006

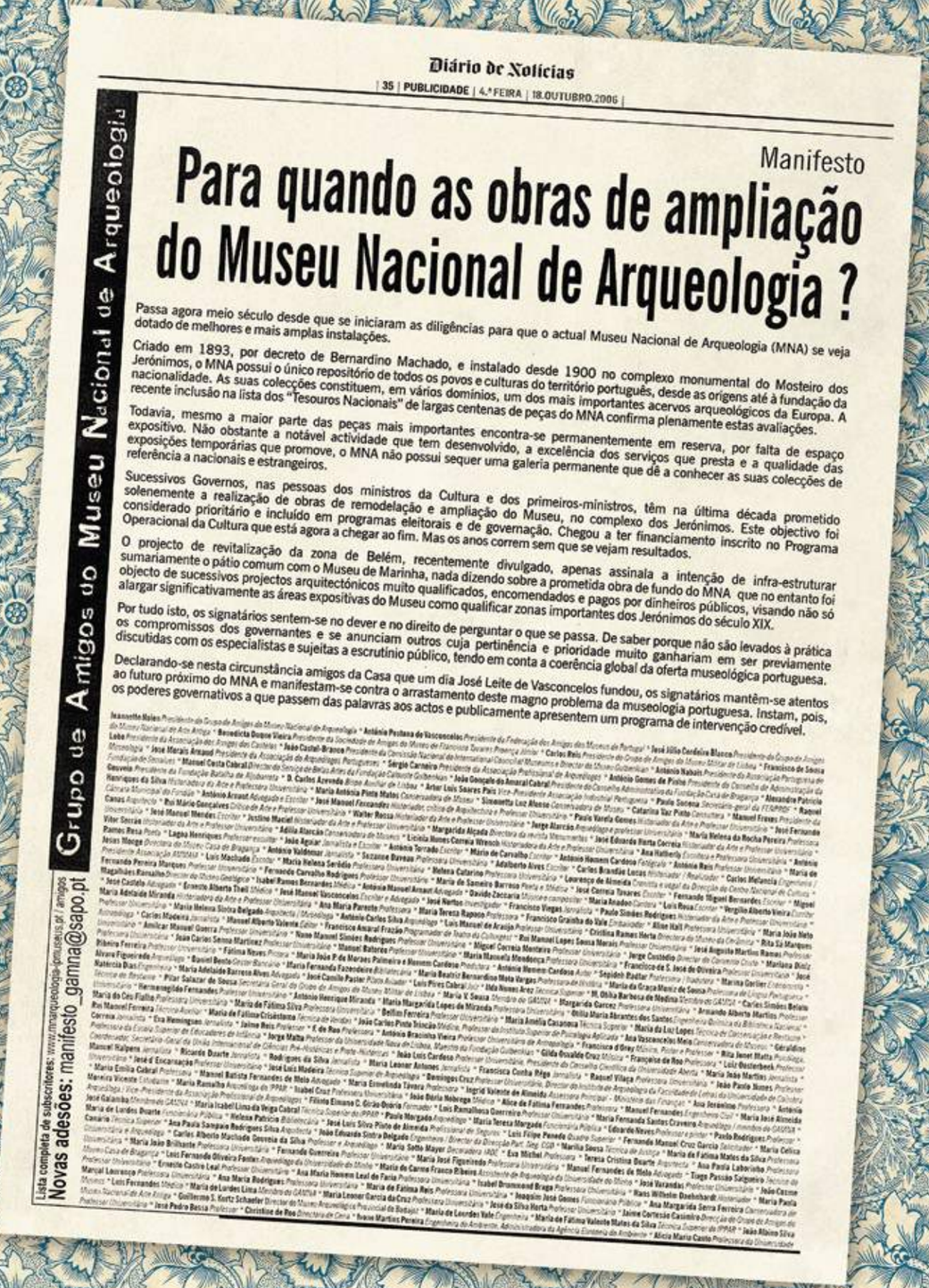
19 de Abril

Divulgação pública do projecto "Belém Redescoberta", pelo qual se estabelecia como contra-partidas de verbas do Casino de Lisboa um conjunto de intervenções em museus e monumentos de Belém, sem especial referência à obra do MNA e assinalando somente a "infra-estruturação do pátio comum entre o Museu de Marinha e Museu de Arqueologia".

2006

Maio a Setembro

Promoção do Manifesto do GAMNA intitulado "Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia?". Publicado na imprensa, como anúncio de página inteira, em Outubro, contando com várias centenas de subscritores dos meios culturais, académicos e associativos.



Diário de Notícias

| 35 | PUBLICIDADE | 4.ª FEIRA | 18.OUTUBRO.2006 |

Manifesto

Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia ?

Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Passa agora meio século desde que se iniciaram as diligências para que o actual Museu Nacional de Arqueologia (MNA) se veja dotado de melhores e mais amplas instalações.

Criado em 1893, por decreto de Bernardino Machado, e instalado desde 1900 no complexo monumental do Mosteiro dos Jerónimos, o MNA possui o único repositório de todos os povos e culturas do território português, desde as origens até à fundação da nacionalidade. As suas colecções constituem, em vários domínios, um dos mais importantes acervos arqueológicos da Europa. A recente inclusão na lista dos "Tesouros Nacionais" de largas centenas de peças do MNA confirma plenamente estas avaliações.

Todavia, mesmo a maior parte das peças mais importantes encontra-se permanentemente em reserva, por falta de espaço expositivo. Não obstante a notável actividade que tem desenvolvido, a excelência dos serviços que presta e a qualidade das exposições temporárias que promove, o MNA não possui sequer uma galeria permanente que dê a conhecer as suas colecções de referência a nacionais e estrangeiros.

Sucessivos Governos, nas pessoas dos ministros da Cultura e dos primeiros-ministros, têm na última década prometido solenemente a realização de obras de remodelação e ampliação do Museu, no complexo dos Jerónimos. Este objectivo foi considerado prioritário e incluído em programas eleitorais e de governação. Chegou a ter financiamento inscrito no Programa Operacional da Cultura que está agora a chegar ao fim. Mas os anos correm sem que se vejam resultados.

O projecto de revitalização da zona de Belém, recentemente divulgado, apenas assinala a intenção de infra-estruturar sumariamente o pátio comum com o Museu de Marinha, nada dizendo sobre a prometida obra de fundo do MNA que no entanto foi objecto de sucessivos projectos arquitectónicos muito qualificados, encomendados e pagos por dinheiros públicos, visando não só alargar significativamente as áreas expositivas do Museu como qualificar zonas importantes dos Jerónimos do século XIX.

Por tudo isto, os signatários sentem-se no dever e no direito de perguntar o que se passa. De saber porque não são levados à prática os compromissos dos governantes e se anunciam outros cuja pertinência e prioridade muito ganhariam em ser previamente discutidas com os especialistas e sujeitas a escrutínio público, tendo em conta a coerência global da oferta museológica portuguesa.

Declarando-se nesta circunstância amigos da Casa que um dia José Leite de Vasconcelos fundou, os signatários mantêm-se atentos ao futuro próximo do MNA e manifestam-se contra o arrastamento deste magno problema da museologia portuguesa. Instam, pois, os poderes governativos a que passem das palavras aos actos e publicamente apresentem um programa de intervenção credível.

Lista completa de subscritores: www.mnarqueologia-gmuseus.pt/amigos

Novas adesões: manifesto_gamna@sapo.pt

EM DEMOCRACIA...

Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia?

PROJECTO

Museu de Arqueologia parado

A ampliação das instalações foi reprovada. A proposta alternativa é procurar um novo espaço num palácio devoluto

O Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) reprovou o projecto de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia. Um processo que estava à espera de aprovação há mais de cinco anos.

A funcionar numa das alas do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, a maior necessidade do Museu prende-se com a falta de espaço para apresentar a sua colecção permanente. Mas os técnicos do IPPAR consideraram que a sua ampliação poria em risco a sustentabilidade do edifício e que oferecia enormes problemas em termos da consolidação das paredes.

Na mesma reunião, os arquitectos presentes — Tomás Taveira, Vasco Massapina, Alcino Soutinho — e o arqueólogo conselheiro Cláudio Torres, dirigentes da Direcção-Geral do Património do Estado e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foram ainda mais longe e concordaram, por unanimidade, que é preciso retirar aquele museu do Mosteiro dos Jerónimos.

"A solução não pode passar nunca por remendos e mais remendos. O local onde o Museu de Arqueologia se encontra é um símbolo da Expansão Portuguesa que pode ser ainda mais potenciado nessa sua temática específica", explicou Cláudio Torres ao Expresso.

O arqueólogo considera que é mais conveniente dinamizar aquela zona e apostar nomeadamente num maior aproveitamento do Museu da Marinha do que continuar a "sobreviver" com as actuais condições expositivas do espaço: um imenso corredor, onde só há praticamente possibilidade de preparar mostras temporárias.

"A nossa luta é desde já por um novo espaço digno para o Museu de Arqueologia", continua Cláudio Torres. A ideia é tentar encontrar um espaço livre, um palácio devoluto, por exemplo, que possa vir a ser adaptado faseadamente às necessidades do Museu, numa outra zona da cidade. "Vamos iniciar imediatamente essa discussão, quer haja dinheiro ou não", garante o arqueólogo.

O passo mais imediato é arranjar uma equipa que possa pensar e preparar um projecto na íntegra, que depois seja apresentado ao Instituto Português de Museus (IPM).

O reduzido orçamento do Ministério da Cultura para o próximo ano não preocupa os arqueólogos, que preferem esperar por uma solução sólida e dignificante, mas definitiva.

Contactado pelo Expresso, o director do IPM, Manuel Bairrão Oleiro, mostrou-se indisponível para comentar as ambições dos arqueólogos.

A.C.

ABAIXO-ASSINADO

Museu de Arqueologia espera há 11 anos por obras

O Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) entregou à ministra da Cultura e aos dirigentes dos grupos parlamentares um manifesto contra o arrastamento do projecto de remodelação e ampliação daquele museu, projecto que está por executar há mais de dez anos.

"Sucessivos Governos, nas pessoas dos ministros da Cultura e dos primeiros-ministros, têm na última década prometido solenemente a realização de obras de remodelação e ampliação do MNA" – lê-se no documento, subscrito por 250 pessoas, muitas delas ligadas ao meio académico –, "sem que se vejam resultados", não obstante essa intervenção de fundo "constitui[r] talvez a maior prioridade da política museológica portuguesa na actualidade".

Figurando entre as mais antigas instituições museológicas do País, sendo também o terceiro mais visitado, o MNA continua a ver-se obrigado a manter "a maioria das suas peças mais notáveis permanentemente em reserva", recordam os subscritores, e a adiar o "reforço das condições de conservação preventiva do seu vasto acervo". Nas actuais circunstâncias afectados são, também, todos os seus serviços, caso da biblioteca, uma das mais importantes na sua área de especialização. ∎

Jornal Expresso
08 de Agosto de 2006

Diário de Notícias
18 de Outubro de 2006

2006

15 de Novembro

Reunião do Conselho Consultivo do IGESPAR (pela primeira vez sem a participação da tutela dos museus e do director do MNA), em que é dado parecer negativo ao projecto de obra do MNA, qualquer que fosse, porque doutrinariamente se entende que o MNA não deve permanecer nos Jerónimos; a existência e resultado desta reunião são dados pela primeira a conhecer em notícia do jornal *Expresso* de 8 de Dezembro, visivelmente baseada em fontes internas e citando o parecer de um dos membros do Conselho, Cláudio Torres, que afirma: "o local onde o Museu de Arqueologia se encontra é um símbolo da Expansão portuguesa que pode ser ainda mais potenciado nessa sua temática específica".

2006

23 de Dezembro

Artigo de opinião do director do Museu no jornal PÚBLICO, com o título "Que futuro para o Museu Nacional de Arqueologia ?". Dias depois (Janeiro de 2007) surgem na imprensa indicações de que o MNA poderia ser transferido para outro local, indeterminado.

(à direita)

Jornal Público | 23 de Dezembro de 2006

Jornal Público | 17 de Outubro de 2006

Diário de Notícias | 16 de Janeiro de 2007

Que futuro para o Museu Nacional de Arqueologia?

A OPINIÃO DE
LUÍS RAPOSO

Aquilo que verdadeiramente está em causa não são problemas técnicos, mas sim uma questão doutrinária bem mais importante: qual o melhor uso a dar ao sector neomanuelino dos Jerónimos?

Dizem os jornais que o conselho consultivo (CC) do Ippar chumbou a última versão do projecto de obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), nos Jerónimos. Para chegar a tal conclusão foram necessárias várias centenas de assinaturas a pedir publicamente uma tomada de posição, depois de quase um ano de espera nesta fase e de cinco anos de sucessivas aprovações de princípio, acompanhadas por elogios ao contributo que as obras perspectivadas poderiam dar à valorização do conjunto monumental e de reservas apenas quanto a opções de implantação e volumetrias.

Os fundamentos desta posição, desdizendo as anteriores, parecem radicar em argumentos técnicos que pretensamente inviabilizariam a obra (estabilidade do edifício, níveis freáticos, etc.). Importa verificar qual o fundamento de tal opinião, porque existem no processo pareceres e relatórios técnicos em sentido contrário, um dos quais subscrito pelo LNEC. Acrescentam-se também considerações de ordem museológica quanto à adequação do espaço dos Jerónimos a museu de arqueologia, as quais não somente transcendem o quadro de competências daquele órgão, como invadem a esfera da decisão política (e todos os sucessivos governos, sem excepção, têm na última década considerado prioritário o projecto de ampliação do MNA nos Jerónimos), que assim se vê cerceada através de prévia "marcação de terreno" ilegítima e supostamente técnica.

Ora aquilo que verdadeiramente está em causa não são problemas técnicos, mas sim uma questão doutrinária bem mais importante: qual o melhor uso a dar ao sector neomanuelino dos Jerónimos?

Existem sobre o assunto duas concepções de cidadania e de país, vincadamente diversas, senão opostas. Uma é a que desde finais do século XIX foi conduzida até aos anos 1930, tendo especialmente eco durante a vigência da I República: os espaços novos em construção nos Jerónimos deveriam ser consagrados a um museu que contasse a história do nosso território, em toda a profundidade temporal. Era o Museu do Homem Português de Leite de Vasconcelos, promovido entre outros por Bernardino Machado. Pensava-se que para compreender o país que somos era necessário possuir um espaço onde se mostrasse como os sucessivos passados se encadeiam uns nos outros, de tal sorte que poderia assim remontar-se às origens. Mesmo hoje, ainda que parcialmente, é esse o desiderato do actual MNA, incapaz, todavia, de o cumprir por manifesta falta de espaço para instalar a sua tão desejada galeria permanente principal (Portugal, das origens à fundação da nacionalidade).

A outra opção é a que foi protagonizada pelo Estado Novo, concebida desde a Exposição do Mundo Português e executada *manu militari* no início dos anos 1960 (na ressaca da captura da Presidência da República por parte do almirante Américo Thomaz), quando se concretizou a desanexação de um sector do espaço ocupado pelo MNA para aí instalar a entrada nobre do Museu de Marinha, acabado de transferir para Belém. Pouco a pouco, insidiosamente, foi ganhando forma em certos meios a ideia de uma transferência total do MNA para outro local, cabendo finalmente ao Conselho da Revolução determinar em 1979 que todo o espaço dos Jerónimos não afecto ao culto (incluindo, portanto, o claustro e zonas adjacentes) deveria ser entregue à Marinha.

É esta segunda opção que defende o actual CC do Ippar. Se o não fosse, nada lhe impediria, como aliás ainda hoje fazem numerosos académicos, defender a tese contrária, a saber: a da ampliação do MNA a todo espaço em apreço, encontrando alternativas para o Museu da Marinha e retomando plenamente o programa cívico e museológico do final da monarquia e da I República.

Dito isto, importa esclarecer que não considero o MNA obrigatoriamente vinculado ao local onde está instalado desde 1900, nem entendo ser este "o" espaço ideal para o museu. O que acima de tudo pretendo é esclarecer o significado profundo da inefável leveza com que se tomam certas posições; e já agora, porque tudo nos é apresentado cheio de boas intenções, como se os arqueólogos estivessem ganhos para novas causas, desejo também não ser assimilado à figura do "ingénuo útil".

Nenhum edifício antigo é o ideal para instalar um museu moderno; o complexo dos Jerónimos coloca problemas especialmente desafiantes, porém resolúveis. Seria melhor possuir outro espaço? Talvez, tudo dependendo de onde e quando. Dou dois exemplos, ambos apresentados em debates recentes sobre uma política museológica para Lisboa e para o país: a construção de um edifício novo para o MNA no espaço livre ainda existente junto do CCB; ou a instalação numa Praça do Comércio livre de ministérios de uma espécie de "ilha dos museus", transferindo para o local os acervos dos dois principais museus históricos nacionais, arte antiga e arqueologia, que deveriam ocupar cada um uma ala daquela emblemática praça.

Haverá, porém, força anímica e meios financeiros suficientes para sequer perspectivar soluções deste tipo? Duvido grandemente. E, sendo assim, o que subsiste é a dramática realidade com que me confrontei, quando há uma década tomei posse da direcção do MNA: vimos colectivamente passar sucessivas gerações de portugueses e estrangeiros, e de estudantes em especial, impedidas da aprendizagem cívica que uma galeria permanente do MNA lhes poderia proporcionar. E pergunto-me quantas mais gerações os defensores das teses dos "amanhãs que cantam" (novos espaços ideais) estarão dispostos a ver passar diante deles no futuro.

Quero crer que, com bom senso, a recente posição do CC do Ippar será ultrapassável, seja no plano da reflexão estratégica (que, aliás, tem o efeito positivo de relançar), seja no plano das soluções de curto e médio prazo, que existem e podem ser adoptadas. A mim, na qualidade de sétimo director da casa mais do que centenária fundada por Leite de Vasconcelos (de quem em 2008 se comemorará o 150º aniversário do nascimento), compete-me dar testemunho e estar disponível para todos os compromissos, no duplo pressuposto da boa fé dos intervenientes e dos ganhos reais que, através de concretização do projecto de ampliação do MNA, podem advir para todas as instituições envolvidas e para o conjunto monumental dos Jerónimos. É o que farei, com a determinação que me está na índole e o lugar que ocupo me obriga, mas também com o respeito que me merecem as muitas dezenas de milhares de visitantes que anualmente se dirigem ao MNA, com especial relevo neste contexto para as centenas de amigos do museu que recentemente subscreveram um manifesto em defesa da sua ampliação nos Jerónimos, nos quais tive o grato prazer de ver incluídos vários dos anteriores membros do CC do Ippar. ∎

DIRECTOR DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Manifesto do museu de arqueologia pede fim de impasse de sete anos

IPM diz que recurso contínuo a ser prioridade. Grupo de amigos diz que "vontade política" não chega

O projecto

POLÍTICA CULTURAL

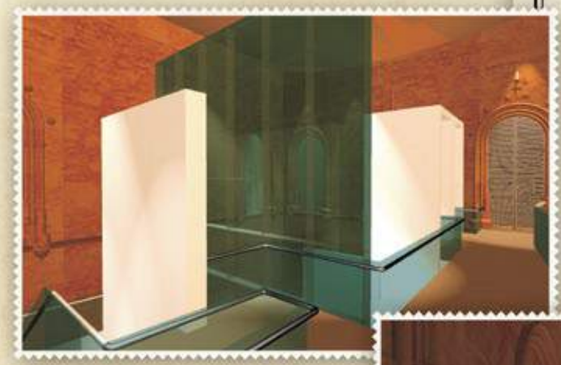
"Ampliação" do MNA avança mas poderá ser noutro local

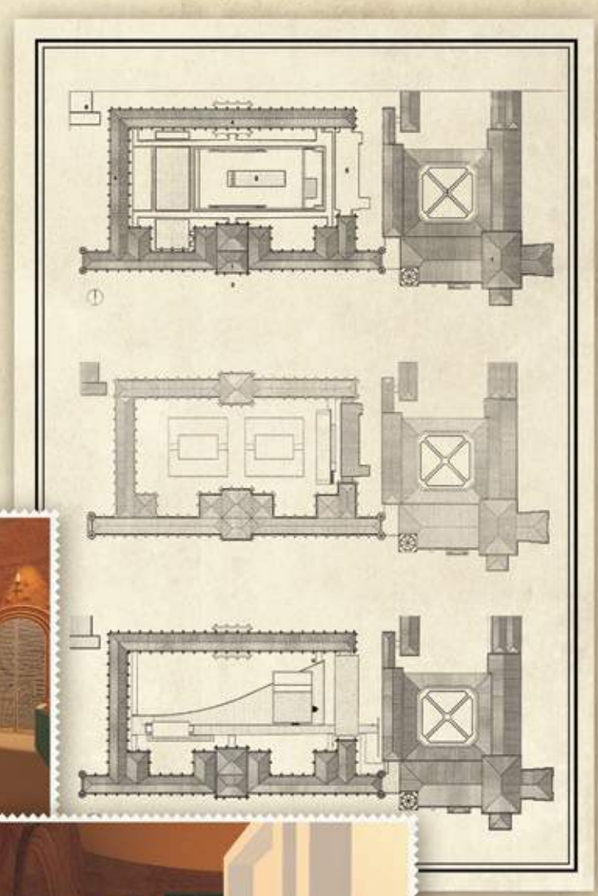
Ampliar o museu nos Jerónimos, instalar reservas noutro local ou abrir pólo noutra zona da cidade são algumas das hipóteses

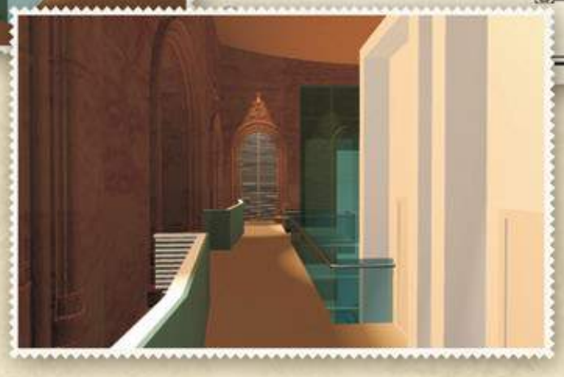
PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Carlos Guimarães, o único arquitecto com doutoramento em arquitectura de museus em Portugal (na capa da edição comercial da sua tese a imagem dos Jerónimos e da torre oca), com Luís Soares Carneiro, foram os autores dos sucessivos estudos prévios e ante-projecto de arquitectura para a ampliação do MNA.

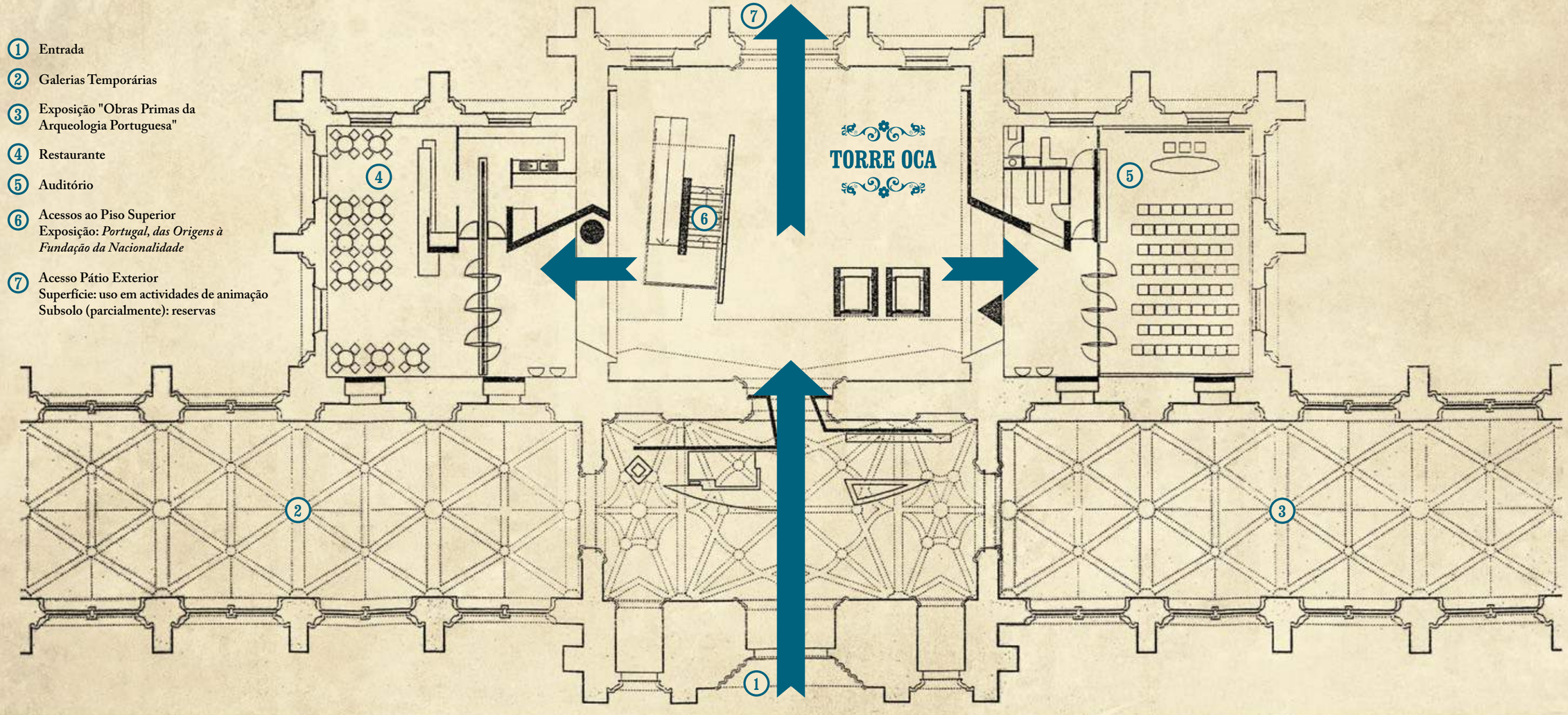
Versões de estudos prévios do projecto de ampliação do MNA nos Jerónimos, nos quais o pátio interior partilhado com o Museu de Marinha adquiria um lugar de relevo, passando a ser usufruído publicamente e a incluir, subterraneamente e à superfície, alguns equipamentos do MNA (reservas) ou partilhados entre ambos os museus (cafetaria, auditório e espaços de animação cultural). A chamada torre oca, situada axialmente, tornava-se a peça-chave de todo o fluxo de visitantes, quer em termos de distribuição horizontal (acessos às exposições e equipamentos do MNA, assim como ao pátio interior), quer em movimentações verticais (acesso ao piso superior do MNA, dedicado à galeria de base, "Portugal, das Origens à Fundação da Nacionalidade"). Mediante acordo das instituições envolvidas poderia perspectivar-se a possibilidade de uma gestão articulada dos fluxos de visitantes (entradas e saídas para o exterior, movimentações internas, bilhética comum, etc.).

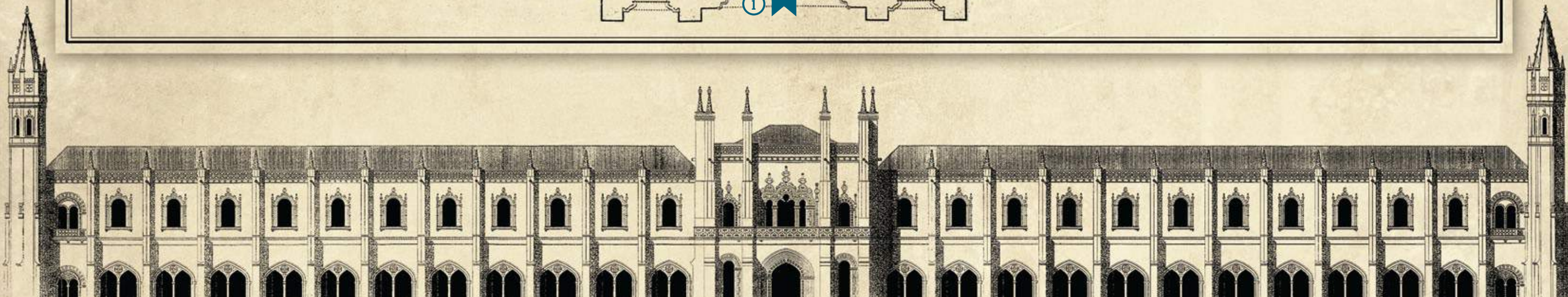






1. Entrada
2. Galerias Temporárias
3. Exposição "Obras Primas da Arqueologia Portuguesa"
4. Restaurante
5. Auditório
6. Acessos ao Piso Superior
   Exposição: *Portugal, das Origens à Fundação da Nacionalidade*
7. Acesso Pátio Exterior
   Superfície: uso em actividades de animação
   Subsolo (parcialmente): reservas





EM DEMOCRACIA...

O Estado Novo desenterrado… da surpresa às primeiras reacções

2008

2 de Fevereiro

Início do Programa comemorativo do 150º aniversário de nascimento de José Leite de Vasconcelos, correspondente a uma fase de grande afirmação pública do Museu, traduzida no número de visitantes (segundo museu mais visitado dos museus do Ministério da Cultura).

2008

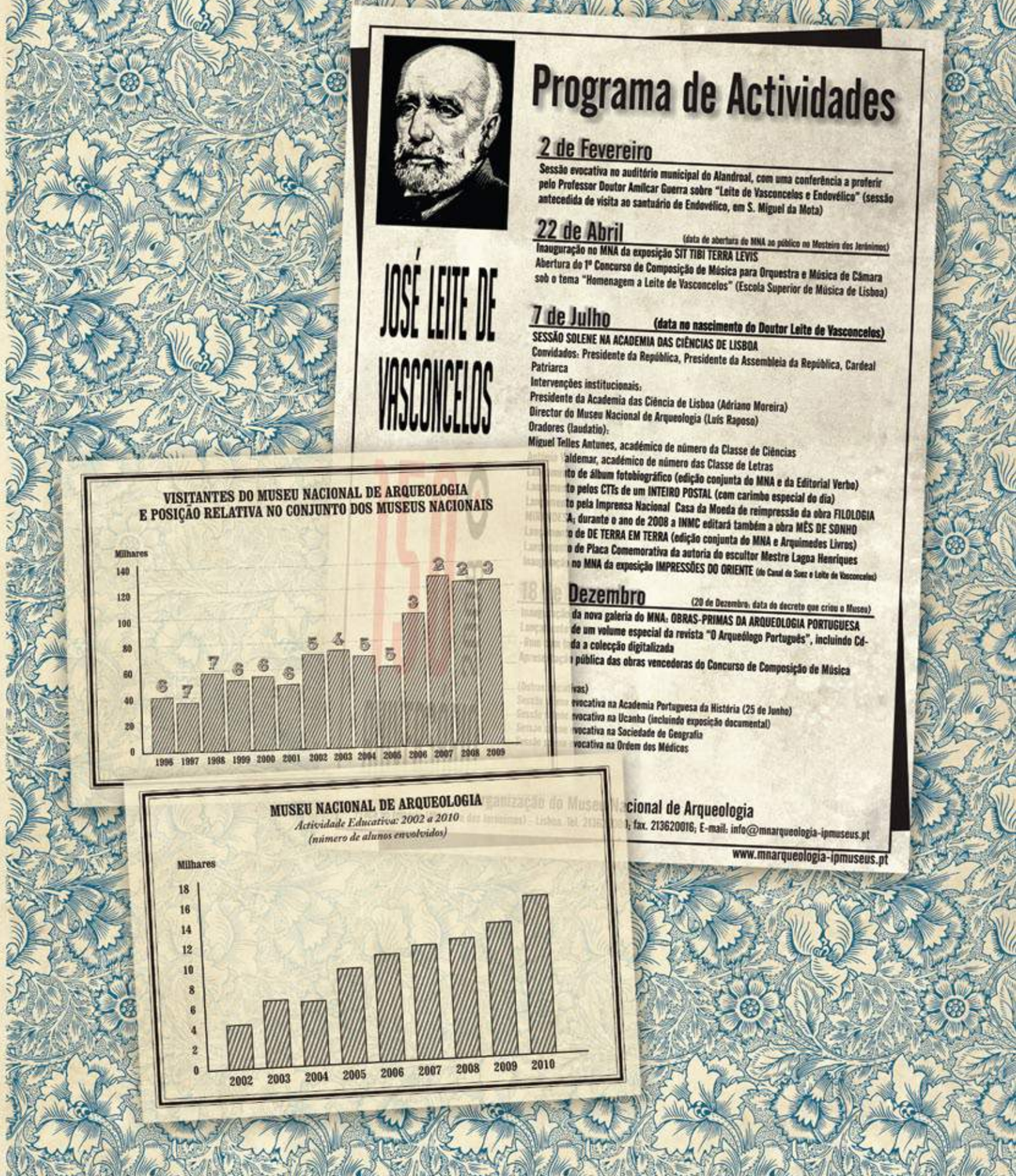
Abril

Primeiras notícias da ocorrência de contactos entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Defesa Nacional, para permuta entre uma parte da área da Cordoaria Nacional e os espaços do MNA nos Jerónimos; o director do MNA foi mantido afastado do processo.

2008

14 de Novembro

Regulamento Interno do Museu Nacional de Arqueologia, dando conta da natureza e orgânica da instituição em finais do século XX / inícios do século XXI. A missão do MNA é aqui definida da seguinte forma: "O MNA constitui a instituição de referência portuguesa no domínio da museologia arqueológica, detendo as colecções a que o Estado atribua relevância para um discurso museológico nacional, bem como todas as demais que, circunstancialmente, seja entendido deverem ser nele depositadas. O MNA exerce as funções definidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, art. 7º), tendo presente o potencial do seu próprio acervo e ainda as suas responsabilidades de agente promotor, quer do desenvolvimento do estudo e do gosto pela arqueologia, quer do conhecimento da ocupação humana do território hoje português, inserido nos âmbitos geográficos mais amplos necessários à sua compreensão em cada época, desde as origens do povoamento até à época pré-industrial, com especial enfoque até à fundação da nacionalidade."



Reguengos de Monsaraz
territórios megalíticos

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS
festa dos Museus
12 a 20 de Maio
ENTRADA LIVRE
Debates
Visitas guiadas
Dramatizações
Artesanato
Gastronomia

Museus nacionais com mais visitantes em 2008

Público • Sábado 7 Fevereiro 2009 • 9

Alexandra Prado Coelho

O número de visitantes dos museus e palácios nacionais aumentou três por cento entre 2007 e 2008, atingindo no ano passado 2,35 milhões de pessoas. O Museu dos Coches continua a ser o mais visitado do país (228 mil pessoas), enquanto entre os palácios o Palácio Nacional de Sintra ocupa o primeiro lugar, com 408 mil visitantes, a uma confortável distância de todos os outros.

Um dos picos de afluência registou-se em Maio (280 mil pessoas passaram pelos museus nacionais), o que, segundo o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), está relacionado com as celebrações do Dia Internacional dos Museus e da Noite dos Museus.

O segundo pico foi no mês de Agosto (317 mil visitantes), e o IMC atribui-o não só às férias, mas a uma iniciativa lançada no ano passado, a *Quintas à Noite nos Museus*. Quatro museus de Lisboa aderiram, elaborando um programa especial e mantendo as portas abertas até às 23h.

Um dos museus que participaram nas *Quintas à Noite* foi a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, que conseguiu aumentar o número de visitantes de 9789 em 2007 para 12.235 em 2008. Mas, para os outros três participantes, o esforço de abrir à noite duas quintas-feiras e de preparar uma programação especial não compensou.

Mudança polémic

125.000

Total de visitantes do Museu de Arqueologia, que deverá agora mudar-se dos Jerónimos para a Cordoaria

mantém-se o segundo mais visitado do país – um dado que é particularmente relevante numa altura em que o Ministério da Cultura decidiu transferi-lo do Mosteiro dos Jerónimos, onde se encontra desde 1903, para a Fábrica Nacional da Cordoaria.

A decisão está a ser contestada e circula na Internet uma petição contra ela que já reuniu mais

RELIGIÕES DA LVSITÂNIA
CAMOENSIANA NOVA

O POVOADO DE LECEIA
sentinela do Tejo
no terceiro milénio antes de Cristo

18 E 19 DE JUNHO DE 2005
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS
FEIRA DE RÉPLICAS & MATERIAL DIDÁCTICO DE ARQUEOLOGIA
ARQA

CITÂNIA DE SANFINS
uma capital castreja

DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS
21 e 22 de MAIO de 2005
ANIMAÇÃO DE RUA
ARTES, DANÇA, MÚSICA, BATUCADAS, POESIA

Portugal Islâmico
Os últimos sinais do Mediterrâneo

ARQUEOLOGIA

O melhor site do mundo

O Museu Nacional de ...gia (Lisboa) foi ...ido com a me... e ouro, no festi... promovido pe... sco, em S. Paulo, ... dedicado a si... ...a Internet. Coube ... júri convocado ... Comité Inter... ...ional dos Mu... ...s para o Audio... ...ual e as Tecno... ...gias da Imagem ... do Som (AVI... COM), atribuir o prémio Web Arte 2002, a partir de uma lista de 20 sítios pré-seleccionados.

«Foi para nós um grande estímulo, dadas as dificuldades com que os museus se deparam no dia-a-dia», orgulha-se Adolfo Silveira Martins, o arqueólogo responsável pelo web-

site (www.mnar... ...gia-pmuseus.pt/... miado. Entre os ... que estiveram ... da escolha, Silv... tins menciona «a simplicidade e arrojo na apresentação dos conteúdos e o facto de ser um centro de informação funcional, com arquivo actualizado diariamente».

PREMIADO: Páginas do site português

com necessidad... ciais (através d... *browser* que co... escrita em voz ... ciência visual ... ser um entrav... Mas as visitar... não se substi... quência do e... Belém, onde... tentes ao p... sas exposiç... manentes ... rias. «Em ... inaugurar... uma sobe... tra alusiv... megalitis... e na Be... da Silv...

VISÃO 12 de Dezembro de ...

EM DEMOCRACIA...

O Estado Novo desenterrado… da surpresa às primeiras reacções

2008

12 de Dezembro

Comunicação formal ao Director do MNA da existência de acordo já negociado, devendo o MNA ser transferido para a Cordoaria Nacional a curto prazo, podendo no imediato serem despejados alguns espaços (Torre Oca), a título de compensação por igual procedimento do MD em relação à Cordoaria; elaboração pelo Director do MNA do memorando intitulado "Perspectivas para a transferência do Museu Nacional da Arqueologia do Mosteiro dos Jerónimos para o edifício da Cordoaria Nacional".

2009

Fevereiro

Audição Parlamentar com o Ministro António Pinto Ribeiro onde este assume a existência de um protocolo entre o MC e o MDN para permuta de espaços, envolvendo a transferência do MNA, admite que não existem ainda estudos ou projectos para a instalação na Cordoaria (deveria ser lançado concurso de ideias para aí implantar uma "Casa da Arqueologia", que envolveria o MNA e os serviços de arqueologia do IGESPAR), mas reduz a gravidade da situação porque quanto ao MNA se trataria de museu pequeno, com colecções que poderiam ser facilmente encaixotadas; divulgação do "Protocolo sobre a utilização de instalações entre o Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Cultura", pelo qual se estabelece a transferência do MNA para a Cordoaria Nacional, a ser executada "após 30 de Junho de 2010, devendo no entanto se entregue ao MDN até 31 de Maio de 2009 a torre oca actualmente a ocupada pelo MNA nos Jerónimos"; Declaração do GAMNA sobre a transferência do MNA para a Cordoaria Nacional; audiência concedida pelo Ministro da Cultura a uma delegação do GAMNA; pergunta ao Governo sobre o assunto, apresentada na AR pelo Deputado Manuel Alegre (PS); comunicado do GAMNA, "Em defesa do MNA: Mudar, só para melhor".

Reafirmamos o nosso compromisso para com o Museu de que nos tornámos Amigos. Continuaremos a frequentá-lo no espaço secular que ocupa e onde muitos de nós entrámos pela primeira vez pela mão dos nossos pais e avós. E se, antes de haver condições de mudança para qualquer outro local que seja, houver quem pense em retirar-lhe algumas as áreas actuais (como se diz ser o caso da chamada "torre oca", espaço que sempre esteve abandonado até que há cerca de 15 anos foi colocado sob alçada do MNA e onde, desde então, puderam centenas de milhar de pessoas ver exposições, assistir a espectáculos e conferências, etc.) desde já declaramos e nossa intenção de resistência cívica, através de todos os meios legais ao nosso alcance, inclusive o de acção popular.

Da Declaração do GAMNA sobre e transferência do MNA para a Fábrica da Cordoaria Nacional, em 16 de Fevereiro de 2009

(à direita)

Diário de Notícias | 21 de Fevereiro de 2008
Correio da Manhã | 09 de Abril de 2009
Diário de Notícias | 03 de Março de 2007
Jornal de Notícias | 08 de Abril de 2009
Jornal Público | 08 de Abril de 2009

Jornal Público | 19 de Fevereiro de 2009

Portugal

D. Nuno Álvares Pereira deverá ser canonizado em Roma a 26 de Abril ou em Outubro, pelo milagre da cura de uma úlcera na córnea (olho) de uma sexagenária. Já o pedido de beatificação da Irmã Lúcia, falecida há três anos, só será formalizado pela diocese de Coimbra dentro de dias.

Amigos do Museu de Arqueologia ameaçam com "resistência cívica" e "acção popular"

Alexandra Prado Coelho

Fórum Cidadania Lx lançou petição contra a mudança do MNA dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional

● O Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia (GAMNA) está disposto a avançar para a "resistência cívica, por todos os meios legais ao [seu] alcance, inclusive o de acção popular", se forem retiradas ao museu algumas das suas áreas actuais "antes de haver condições de mudança para qualquer outro local que seja".

Numa declaração sobre a eventual transferência do MNA dos Jerónimos para a Cordoaria anunciada pelo Ministério da Cultura, os amigos do museu referem-se especialmente à chamada Torre Oca, "abandonada [...] anos foi col[...] e onde, des[...] nas de mil[...] sições, assistir a espectáculos e conferências". Terá sido discutida a possibilidade de a Torre Oca ser entregue, já numa primeira fase, ao Museu da Marinha (ao qual estava afecta desde os anos 60).

Numa fase posterior, se se confirmar a saída do MNA, o espaço deixado livre seria também entregue ao Museu da Marinha que, por seu lado, cede a Cordoaria. Na origem destas mudanças está a necessidade de libertar as instalações das antigas Oficinas Gerais de Material do Exército, onde se encontram serviços ligados à arqueologia, para aí construir o novo Museu dos Coches.

O GAMNA diz repudiar "a ousadia de se pretender decidir o futuro de um dos mais importantes museus nacionais em função de uma urgência circunstancial" e acrescenta que "dos governantes se espera que sejam pes[...] de bem e que se informem com

Museu é o segundo mais visitado do país, a seguir aos Coches

Nacional de Cultura antes de uma decisão definitiva.

Também o Fórum Cidadania Lx lançou na terça-feira a petição *Salvem os Museus Nacionais dos Coches [...] e o Monumento da* projecto do novo Museu dos Coches "constitui um verdadeiro 'terramoto' de efeito de ricochete na museologia nacional".

A meio da tarde de ontem, a petição já tinha recolhido 246 assinaturas, sendo os primeiros signatários a professora de História da Arte Raquel Henriques da Silva (que pertence ao GAMNA), o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e o presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, José Morais Arnaud.

O Fórum Cidadania Lx insurge-se ainda contra a construção de um novo museu para os Coches. Tendo-se já concluído que o actual edifício dos Coches "está impossibilitado de acolher a Escola Portuguesa de Arte Equestre", os signatários temem que o antigo Picadeiro Real fique assim "subutilizado".

Quanto à Cordoaria, lembram que se trata de um monumento nacional e consideram que uma intervenção que fosse uma "mera adaptação" a um novo museu "prefiguraria uma atitude

Desenho do pintor Eduardo dos Santos Neves

L+ Arte | Março de 2009

OPINIÃO

Raquel Henriques da Silva Professora - Universidade Nova de Lisboa

Apelo aos amigos dos museus tutelados pelo Ministério da Cultura

O que está em causa não é tanto a saída do MNA dos Jerónimos mas o modo como ela é decidida: um ricochete da escandalosa decisão de consumir milhões de euros a edificar o novo Museu dos Coches que não é nenhuma prioridade

A gente dos museus fala pouco, é verdade. Subsistirão ainda "estadonovistas", justificadas pelas limitações do estatuto da função pública, cansaço, desistência, resignação de quem, apesar de tudo, tem emprego ou pequenos mandos. Mas, em casos graves, costumam fazer-se ouvir, como neste momento está a acontecer com o director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), Luís Raposo. Perante uma aliança espúria entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Cultura (certamente abençoada ou gerada pelo Ministro de Economia que não olha a meios para fazer erguer o "seu" Museu dos Coches) determinando que o MNA será transferido para a Cordoaria Nacional que acolhe também serviços do extinto Instituto Português de Arqueologia, sediados no lugar do desejado museu do Ministro da Economia, Luís Raposo agregou a sua volta um coro de protestos fundamentalíssimos, com expressão na internet, através de dois abaixo-assinados, inovidos por associações cívicas e um grupo informal de professores. Simultaneamente, a equipa do MNA elaborou um sólido dossiê de memória histórica, recuando a 1990, quando a Marinha resolveu instalar nos Jerónimos o seu museu (mais protegido que bem sucedido), exigindo o espaço que, desde 1900, José Leite de Vasconcelos alcançara para o projecto inovador do seu museu etnográfico e arqueológico. Sem lugar, o MNA deveria transitar [...] rdoaria. É conv[...]

os museus nacionais, jogando em curto-circuito ao serviço de poderes e influências de ocasião, que desprezam o prestígio intelectual e os saberes disciplinares. Mas a dramática história do MNA tem um lado positivo: mostra que a resistência é possível, através das atitudes corajosas de alguns e da sua capacidade para gerar e ampliar apoios esclarecidos. Por isso, eu que subscrevo os dois abaixo-assinados e colaborei na elaboração da Declaração do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia que vai ser entregue em mão ao Ministro da Cultura, tenho grande esperança que, mais uma vez, o oportunismo e o obscurantismo não ganhem esta batalha. Precisamos, para isso, que os Amigos do Museu sejam mais intervenientes, que o numeroso público e utentes habituais do MNA se manifestem, que os jornais nos dêem espaço, que os cidadãos compreendam que esta é uma causa justa ao serviço do património nacional.

O que está em causa não é tanto a saída do MNA dos Jerónimos mas o modo como ela é decidida: um ricochete da escandalosa decisão de consumir milhões de euros a edificar o novo Museu dos Coches que não é nenhuma prioridade.

Quase concluído um governo de legislatura com maioria na AR, os resultados são trágicos para os museus do Ministério da Cultura. Convém recordar, aliás, que no programa deste governo consta, expressamente, que o MNA será ampliado no espaço dos Jerónimos, executando um projecto de arquitectura de maior qualidade, elaborado ao longo dos últimos dez anos e pago pelo orçamento do Instituto de Museus. Consta também a ampliação do Museu do Chiado, sobre uma reorganização dos espaços do ex-convento de S. Francisco, anunciada desde 1993 e formalmente acordada em 2002.

No dia em que escrevo este texto, Catarina Portas, também numa crónica de jornal, manifesta-se contra o assassinato do Museu de Arte Popular, tema que já me ocupou por diversas vezes, aqui na L+arte. Se mais vezes se erguessem, se os grupos de amigos se consolidassem, se os cidadãos existissem, os museus

Jornal Expresso | 21 de Fevereiro de 2009

Museu de Arqueologia: assim, não

Os Amigos do MNA criticam o modo como a ida para a Cordoaria decorre; na Web, uma petição fala em "vandalismo de Estado"

As águas continuam agitadas com a transferência, anunciada pelo ministro da Cultura, do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) do Mosteiro dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional. Na última quinta-feira foi divulgada uma declaração do Grupo de Amigos do MNA (GAMNA), onde se contesta a decisão de José António Pinto Ribeiro, concretizada após um acordo com o Ministério da Defesa (MD), sublinhando que o motivo "radica na urgência de iniciar a construção do Museu Nacional dos Coches" no terreno onde deverão ser desmanteladas as Oficinas Gerais de Material do Exército, passando os serviços do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), que aí funcionam, também para a Cordoaria (pertencente à Marinha). Na declaração do GAMNA lê-se que o MD "obteve uma extraordinária contrapartida", pelo facto de o Museu de Marinha vir a ocupar todo o espaço dos Jerónimos destinado, até agora, ao MNA. Ou seja, não se baseou numa reflexão estratégica para os museus.

Na declaração do GAMNA critica-se, ainda, o facto de a medida não ser sustentada por estudos e pareceres técnicos e exige-se que o Ministério da Cultura (MC) oiça o Conselho Nacional de Cultura. Entretanto, circula na Internet uma petição promovida pelo Fórum Lisboa, na qual se afirma que a decisão ministerial, sem acautelar a preservação quer dos museus e edifícios quer dos espólios envolvidos, arrisca-se a ser um acto de "vandalismo de Estado".

De facto, se for para a Cordoaria, o MNA ficará ao lado do "novo" Museu dos Coches. Em 2008, estes foram os museus do MC mais visitados, com um total de 354.164 pessoas. Receia-se que aquela área se transforme numa babel para veículos e peões, sobretudo se acrescentarmos o fluxo de turistas.

"A Cordoaria não tem condições logísticas", afirma Adília Alarcão, arqueóloga e ex-directora do Museu Machado de Castro

A falta de condições do edifício é outro problema. Para Alarcão, arqueóloga, ant[...] rectora de instituições [...] Museus Monográfico de [...] briga e Machado de Cas[...] tora de um dos parec[...] na década de 80, já r[...] esta hipótese, "a Cord[...] uma área menor que [...] nimos. Possui uma g[...] to estreita e um nível freático elevadíssimo. Há ausência total de condições logísticas". Outros estudos indicam que a adaptação daquele conjunto fabril às exigências necessárias do MNA e de um espólio sensível como o arqueológico custaria mais que um edifício de raiz e mais, ainda, do que obras de ampliação nos Jerónimos — para as quais foram traçados projectos.

Pela sua parte, a tutela afirma ao Expresso: "Serão feitos estudos de adaptação museológica (da Cordoaria) e todas as obras necessárias". Em audição parlamentar realizada no último dia 3, o minis[...] Cultura admitiu a necessida[...]

Ministro recebeu uma delegação do GAMNA

Pinto Ribeiro garante que a mudança do Museu de Arqueologia só acontecerá com "condições ideais"

27.02.2009 - 12h48 Alexandra Prado Coelho

O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, garantiu ontem ao Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia (GAMNA) que o museu só será transferido do Mosteiro dos Jerónimos, onde se encontra desde o início do século XX, para o edifício da Cordoaria, na Avenida da Índia, quando estiverem reunidas as "condições ideais" para essa mudança. Além disso, anunciou a abertura de um concurso público nacional de ideias para a adaptação da Cordoaria ao museu.

Pinto Ribeiro recebeu uma delegação do GAMNA (Luís Manuel de Araújo, Raquel Henriques da Silva, Adília Alarcão e António

Raquel Henriques da Silva, do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Público Online
27 de Fevereiro de 2009

EM DEMOCRACIA...

A Democracia em acção…

(à direita)
Jornal de Notícias | 19 de Março de 2009

Jornal de Notícias
19-03-2009
MUSEU DOS COCHES
Acção popular pode ser próxima iniciativa

2009
18 de Março
Concentração / manifestação de rua em frente às instalações do futuro Museu dos Coches, promovida pela Plataforma pelo Património Cultural (PPCult), sob a consigna de "Salvemos os Museus dos Coches e de Arqueologia e os acervos arqueológicos nacionais".

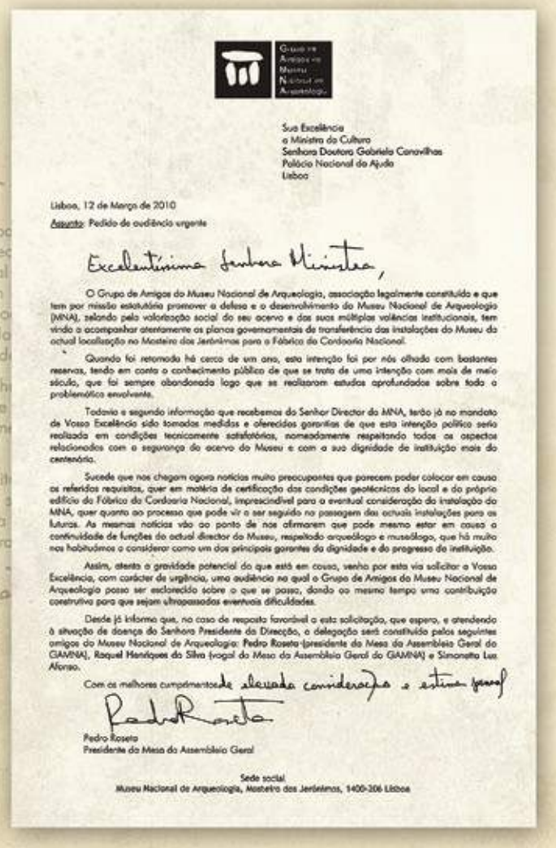
2009
2 de Junho
Visita ao MNA da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República, para observação *in loco* das instalações e de toda a problemática inerente à eventual transferência do MNA para a Cordoaria Nacional.

2009
20 de Novembro
Visita da recém-empossada Ministra da Cultura ao MNA, onde ficou acordada com o Director do Museu a realização de estudos geológicos e geotécnicos capazes de suportar a decisão da eventual transferência do MNA.

2009
23 de Dezembro
Parecer de António Gomes Coelho, encomendado pelo MC / SEC, "Sítio do Mosteiro dos Jerónimos versus sítio da Cordoaria Nacional. Análise comparativa das condições locais". Ideia-chave: os locais são equivalentes; o Director do MNA denuncia o carácter insuficiente deste parecer (e não estudo), não conforme à legislação e aos normativos inerentes a este tipo de avaliações prévias.

EM DEMOCRACIA...

A Democracia em acção…



Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Sua Excelência
o Ministro da Cultura
Senhora Doutora Gabriela Canavilhas
Palácio Nacional da Ajuda
Lisboa

Lisboa, 12 de Março de 2010

Assunto: Pedido de audiência urgente

Excelentíssima Senhora Ministra,

O Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia, associação legalmente constituída e que tem por missão estatutária promover a defesa e o desenvolvimento do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), zelando pela valorização social do seu acervo e das suas múltiplas valências institucionais, tem vindo a acompanhar atentamente os planos governamentais de transferência das instalações do Museu da actual localização no Mosteiro dos Jerónimos para a Fábrica da Cordoaria Nacional.

Quando foi retomada há cerca de um ano, esta intenção foi por nós olhada com bastantes reservas, tendo em conta o conhecimento público de que se trata de uma intenção com mais de meio século, que foi sempre abandonada logo que se realizaram estudos aprofundados sobre toda a problemática envolvente.

Todavia o segundo informação que recebemos do Senhor Director do MNA, terão já no mandato de Vossa Excelência sido tomadas medidas e oferecidas garantias de que esta intenção política seria realizada em condições tecnicamente satisfatórias, nomeadamente respeitando todos os aspectos relacionados com a segurança do acervo do Museu e com a sua dignidade de instituição mais do centenário.

Sucede que nos chegam agora notícias muito preocupantes que parecem poder colocar em causa os referidos requisitos, quer em matéria de certificação das condições geotécnicas do local e do próprio edifício da Fábrica da Cordoaria Nacional, imprescindível para a eventual consideração da instalação do MNA, quer quanto ao processo que pode vir a ser seguido na passagem das actuais instalações para as futuras. As mesmas notícias vão ao ponto de nos afirmarem que pode mesmo estar em causa a continuidade de funções do actual director do Museu, respeitado arqueólogo e museólogo, que há muito nos habituámos a considerar como um dos principais garantes da dignidade e do progresso de instituição.

Assim, atento a gravidade potencial do que está em causo, venho por esta via solicitar a Vossa Excelência, com carácter de urgência, uma audiência na qual o Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia possa ser esclarecido sobre o que se passa, dando ao mesmo tempo uma contribuição construtiva para que sejam ultrapassadas eventuais dificuldades.

Desde já informa que, no caso de resposta favorável a esta solicitação, que espero, e atendendo à situação de doença da Senhora Presidente da Direcção, o delegação será constituído pelos seguintes amigos do Museu Nacional de Arqueologia: Pedro Roseta (presidente da Mesa da Assembleia Geral do GAMNA), Raquel Henriques da Silva (vogal do Mesa da Assembleia Geral do GAMNA) e Simonetta Luz Afonso.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração e estima pessoal

Pedro Roseta
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Sede social
Museu Nacional de Arqueologia, Mosteiro dos Jerónimos, 1400-206 Lisboa

2010
Janeiro

Estudo de Carlos Nunes da Costa, encomendado pelo GAMNA, "Parecer sobre as condições geológico-geotécnicas dos terrenos da Cordoaria Nacional (Lisboa)". Ideia-chave: grande vulnerabilidade da localização da Cordoaria e necessidade absoluta de obtenção de mais elementos; Estudo de Aníbal Guimarães da Costa, encomendado pelo GAMNA, "Comparação de duas localizações possíveis do Museu de Arqueologia, Lisboa". Ideia-chave: o local da Cordoaria é mais vulnerável, mas é preciso recolher mais elementos.

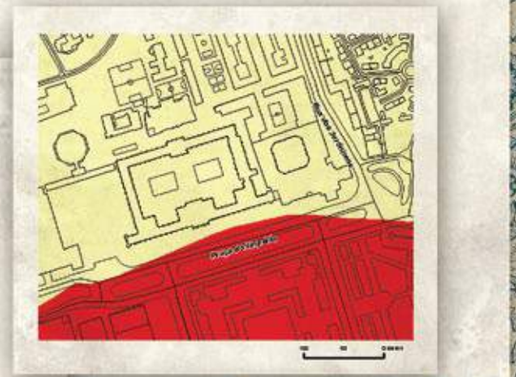
2010
Março

"Em Defesa do Museu Nacional de Arqueologia face ao perigo da transferência para a Cordoaria Nacional", declaração e abaixo-assinado adoptado pela Assembleia-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e entregue à Ministra da Cultura em audiência solicitada pelo GAMNA; "O futuro do Museu Nacional de Arqueologia exige ponderação e respeito", declaração conjunta da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Associação Profissional de Arqueólogos.

Aníbal Costa, Prof. Eng. Civil

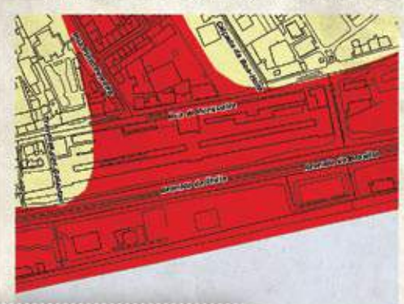
PARECER

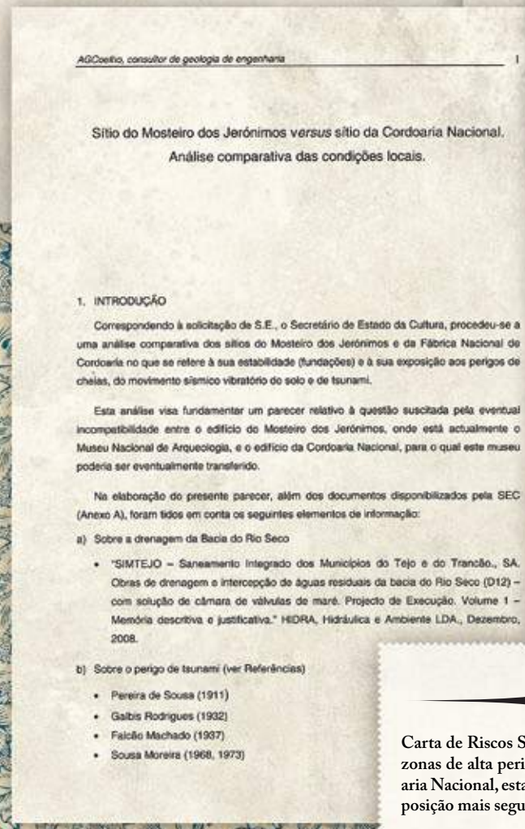
Comparação de duas localizações possíveis do Museu de Arqueologia
Lisboa



eGiamb
Estudos Geológicos
e de Impacte Ambiental, Consultores Lda.

PARECER SOBRE AS CONDIÇÕES GEOLÓGICO-GEOTÉCNICAS DOS TERRENOS DA CORDOARIA NACIONAL (LISBOA)





AGCoelho, consultor de geologia de engenharia

Sítio do Mosteiro dos Jerónimos *versus* sítio da Cordoaria Nacional.
Análise comparativa das condições locais.

1. INTRODUÇÃO

Correspondendo à solicitação de S.E., o Secretário de Estado da Cultura, procedeu-se a uma análise comparativa dos sítios do Mosteiro dos Jerónimos e da Fábrica Nacional de Cordoaria no que se refere à sua estabilidade (fundações) e à sua exposição aos perigos de cheias, do movimento sísmico vibratório do solo e de tsunami.

Esta análise visa fundamentar um parecer relativo à questão suscitada pela eventual incompatibilidade entre o edifício do Mosteiro dos Jerónimos, onde está actualmente o Museu Nacional de Arqueologia, e o edifício da Cordoaria Nacional, para o qual este museu poderia ser eventualmente transferido.

Na elaboração do presente parecer, além dos documentos disponibilizados pela SEC (Anexo A), foram tidos em conta os seguintes elementos de informação:

a) Sobre a drenagem da Bacia do Rio Seco

- "SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e do Trancão., SA. Obras de drenagem e intercepção de águas residuais da bacia do Rio Seco (D12) – com solução de câmara de válvulas de maré. Projecto de Execução. Volume 1 – Memória descritiva e justificativa." HIDRA, Hidráulica e Ambiente LDA., Dezembro, 2008.

b) Sobre o perigo de tsunami (ver Referências)

- Pereira de Sousa (1911)
- Galbis Rodrigues (1932)
- Falcão Machado (1937)
- Sousa Moreira (1968, 1973)

Carta de Riscos Sísmicos de Lisboa. A vermelho as zonas de alta perigosidade, onde se inclui a Cordoaria Nacional, estando o Mosteiro dos Jerónimos em posição mais segura.

Declaração e abaixo-assinado adoptado pela Assembleia-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (ICOM)

EM DEFESA DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Subscreva em: http://peticao.com.pt/mna
Mantenha-se informado e comente em: http://gamna.blogspot.com
Divulgue por todos os seus contactos

Quando há cerca de um ano o anterior Governo colocou a hipótese da transferência do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) para a Cordoaria nacional, o seu Grupo de Amigos (GAMNA) chamou logo a atenção para os riscos inerentes, dos quais o mais importante é o da segurança geotécnica do local e do próprio edificado da Cordoaria, para aí se poderem albergar as colecções do Museu Nacional português com colecções mais volumosas e com o maior número de peças classificadas como "tesouros nacionais".

Após as últimas eleições pareceu ser traçado um caminho que permitia encarar com seriedade esta intenção política. A ministra da Cultura afirmou à imprensa que fora pedido ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) um parecer acerca das referidas condições geotécnicas e que seria feito projecto de arquitectura coerente, respeitador tanto da Cordoaria Nacional como do programa do Museu. Ao mesmo tempo garantiu que esse complexo seria totalmente afecto ao MNA, sem a instalação antecipada de outros serviços no local. Sendo assim, deixaria também de ser necessário alienar espaços do MNA nos Jerónimos, a título de garantia da ocupação antecipada da Cordoaria.

Causa, pois, profunda estranheza a sucessão de acontecimentos das últimas semanas, os quais vão ao ponto de comprometer ou até inviabilizar a continuidade da gestão do Director do Museu, que nos cumpre elogiar pelo dinamismo que lhe conseguiu imprimir e de cujos interesses se constitui, perante todos nós, em legítimo garante.

O estudo tranquilizador que se dizia ter sido pedido ao LNEC, deu afinal lugar a parecer meramente pessoal do técnico convidado para o efeito. O GAMNA, encomendou estudo alternativo, que vai em sentido contrário. O Director do Museu recolheu, ele próprio, outros pareceres, dos mais reputados especialistas da área da engenharia sísmica, que igualmente corroboram e ampliam as preocupações existentes. É agora óbvia a necessidade da realização de um programa de sondagens e de verificações in loco, devidamente controlado por entidade idónea, de modo a poder definir com rigor a situação da Cordoaria em matéria de riscos sísmicos, maremoto, efeito de maré, inundação e infiltração de águas salgadas. A recente tragédia ocorrida na Madeira, onde se perdeu quase por completo o acervo do Museu do Açúcar, devido a inundação, aí está para nos lembrar como não pode haver facilidade e ligeireza neste tipo de decisões.

Enquanto não estiver garantida a segurança geotécnica da instalação do MNA na Cordoaria Nacional e enquanto não forem realizados os adequados estudos de planeamento urbano e circulação viária, importa manter todas as condições de operacionalidade do Museu nos Jerónimos. Neste sentido consideramos incompreensível a alienação pretendida da "torre oca" a curto prazo, até porque uma tal opção iria comprometer definitivamente qualquer hipótese futura de regressar a planos de remodelação e ampliação do MNA nos Jerónimos, conforme foi a opção consistente de sucessivos Governos, até há dois anos. O MNA merece todo o respeito e não pode ser considerado como mero estorvo num local onde aparentemente se quer fazer um novo Museu.

O poder político não pode actuar ignorando os pareceres técnicos qualificados e agindo contra o sentimento de todos os que amam o património e os museus. Apelamos ao bom senso do Governo, afirmando desde já a nossa disposição para apoiar o GAMNA na adopção de todas as medidas cívicas e legais necessárias para que seja defendida, como merece, a instituição mais do que centenária fundada pelo Doutor Leite de Vasconcelos, o antigo "museu do homem português" e actual Museu Nacional de Arqueologia.

Lisboa, em 29 de Março de 2010.

O FUTURO DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA EXIGE PONDERAÇÃO E RESPEITO.

Ao tomar conhecimento das actuais intenções políticas de transferência do Museu Nacional de Arqueologia das instalações onde se situa há mais de um século, no sector oitocentista do Mosteiro dos Jerónimos, para a Fábrica da Cordoaria Nacional, a assembleia de arqueólogos e outros técnicos na área do património cultural, reunida em 20 de Março de 2010 no referido Museu, por iniciativa conjunta das Associação dos Arqueólogos Portugueses e Associação Profissional de Arqueólogos, entende exprimir, perante o País, a sua profunda inquietação pelos eventuais danos que possam vir a ser causados em tão respeitada instituição, verdadeira "casa da arqueologia" portuguesa e um dos mais prestigiados e visitados museus da rede de Museus Nacionais do Ministério da Cultura.

Pela sua história, pelo seu acervo, pelas suas estreitas ligações com as comunidades científicas e com o sistema de ensino, pela sua ampla actividade cultural, o Museu Nacional de Arqueologia exige a maior ponderação e respeito, sobretudo quando pode estar em causa o seu futuro a longo prazo.

A necessidade de ampliação de instalações, sentida desde há muito, deveria ser considerada pelo Governo como uma prioridade nacional, dando origem à construção de raiz de um novo complexo museológico, bem localizado e capaz de corresponder as múltiplas valências do Museu, incluindo as que pudessem decorrer de uma reconfiguração dos serviços de arqueologia dentro do Ministério da Cultura. A transferência para edifício pré-existente deveria sempre ser entendia como mero recurso, não podendo nunca redundar em prejuízo do Museu.

É neste contexto que a transferência do Museu Nacional de Arqueologia para a Fábrica da Cordoaria Nacional causa a maior apreensão, podendo revestir a condição de erro grave ou até de crime de lesa património. Tratando-se de um projecto com mais de meio século, iniciado no contexto da ideologia e do programa político do Estado Novo, é conhecido que nunca foi levado à prática devido aos sucessivos e sistemáticos pareceres negativos, que foi recolhendo a nível técnico. Está em causa a própria Cordoaria Nacional, classificada pelo Estado Português como monumento nacional e, como tal, merecedora de toda a consideração. Estão em causa os custos de todo o pesado projecto de transformação daquele conjunto monumental, para nele Instalar o Museu – custos que a generalidade dos especialistas consideram poderem ser superiores à construção de raiz e que não se compreende como podem ser acomodados às orientações de política económico-financeira estabelecidas pelo PEC, que obviamente os desaconselha ou até os impede serem assumidos. Estão ainda em causa as condições geológicas e geotécnicas do referido local, que devem ser estudadas aprofundadamente. Está finalmente em causa a manutenção das capacidades operacionais do Museu nas suas actuais instalações e o não comprometimento de possíveis projectos futuros de remodelação, como vinha sendo a opção de sucessivos Governos até há dois anos atrás, caso se verifique a impossibilidade de transferência para outra localização.

Ou seja, está causa algo de demasiado sério para que a decisão seja tomada por mera intenção política circunstancial. Os responsáveis políticos não dispõem de legitimidade democrática para decidirem contra o sentimento comum dos cidadãos e sem o adequado suporte técnico.

Os arqueólogos e outros especialistas reunidos nesta data, solicitam às duas Associações promotoras que transmitam esta tomada de posição ao País e aos responsáveis do Ministério da Cultura e declaram que continuarão a acompanhar atentamente toda esta problemática, não se inibindo de apoiar e participar activamente no movimento de resistência cívica que as circunstâncias porventura venham a exigir.

Lisboa, 20 de Março e 2010.

(declaração aprovada por unanimidade na assembleia de arqueólogos e técnicos de arqueologia promovida conjuntamente pela Associação dos Arqueólogos Portugueses e pela Associação Profissional de Arqueólogos, em 20 de Março de 2010, no Museu Nacional de Arqueologia)

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS

(NOVA) CARTA ABERTA AO MINISTRO DA CULTURA
(a propósito da transferência do MNA)

Quando lhe escrevemos em Dezembro do ano passado estávamos preocupados.
Em Fevereiro estamos desiludidos.
É certo que em Janeiro, depois de algum eco na comunicação social dessa carta que lhe escrevemos, tivemos um telefonema a dizer que iríamos ser recebidos pelo seu Chefe de Gabinete. Como a audiência tinha sido solicitada em Abril, toda a documentação e as questões que queríamos discutir estavam bem preparadas. No próprio dia em que estava agendada a audiência, recebemos outro telefonema a desmarcá-la. Ainda aguardamos que nos seja comunicada uma nova data para a reunião.
Não vamos, outra vez, colocar-lhe todas as perguntas que têm ficado sem resposta. Esquecendo por agora a reorganização do Ministério da Cultura (MC) no âmbito do PRACE ou a regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural, escrevemos-lhe sobre uma das perguntas que iríamos colocar no dia 13 de Janeiro e cuja resposta conhecemos desde a sua audição no Parlamento no início de Fevereiro e desde a entrevista que deu ao jornal Público no dia seguinte: a transferência do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) para o edifício da Cordoaria.
Não somos, por princípio, contrários à ideia de transferência do MNA da sua actual localização. Mas, igualmente por princípio, estamos em profundo desacordo com a forma como esta ideia parece estar a ser concretizada. Ao arrepio de todas as opiniões tecnicamente fundamentadas, com a amarga sensação de uma das mais importantes instituições da arqueologia portuguesa estar a ser usada como moeda de troca nas negociações entre o MC e a Marinha a propósito da construção do novo Museu dos Coches.
O MNA não é só o segundo museu mais visitado dos que se encontram sob sua tutela. O MNA são as suas colecções e todo o conhecimento sobre a ocupação humana do território hoje português que foi construído a partir delas. O MNA é também a sua biblioteca e arquivo, os seus laboratórios e as suas edições. O MNA é a casa onde diferentes gerações de profissionais aprenderam a ser arqueólogos, onde ainda muito mais se pode ficar a saber sobre como vivemos ao longo do tempo, através da investigação e estudos ainda por fazer.
Falar da transferência do MNA devia ser falar sobre a grande oportunidade que este grande museu merece. Nunca o que nos parece ser um processo atamancado, politicamente decidido sem a necessária informação técnica, um remendo que se põe a tapar um buraco deixando a descoberto muitos outros.
Já percebemos que o MC não quer ouvir a Associação Profissional de Arqueólogos (APA). Não podemos dizer que "está no seu direito", porque ainda acreditamos que é dever dos governantes ouvir os cidadãos e as suas estruturas representativas.
Mas, não querendo ouvir a APA, ouça ao menos o MNA e aqueles que lá trabalham. Visite as reservas, consulte a biblioteca, fale com os investigadores e estudantes que por lá encontrar, entre no laboratório de conservação e restauro, conheça o trabalho dos serviços educativos. Terá certamente muito a aprender e a ganhar. O mais importante, sem dúvida, será o respeito por uma instituição que merece ser valorizada e tratada com dignidade.

Maria José de Almeida
Presidente da Direcção da APA
16.2.2010

A Democracia em acção…

Visita ao MNA da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República, em 7 de Abril de 2010.

2010

Abril

Visita ao MNA da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República; audição na mesma Comissão da Ministra e Secretário de Estado da Cultura, tendo este afirmado que o MNA possui reservas mal organizadas, com as peças embrulhadas em jornais dos anos 30 e 40; propostas de Resolução apresentadas pelo Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, ambas reclamando a suspensão do processo de transferência do MNA; início do ciclo de conferências/debates promovido pelo GAMNA sob a epígrafe "Património Cultural: Memória Comum"; "Programa Museológico Preliminar do MNA", elaborado pelo Director do Museu.

CICLO DE CONFERÊNCIAS DO GAMNA

MEMÓRIA COMUM

CONVERSAS DE FIM DE TARDE

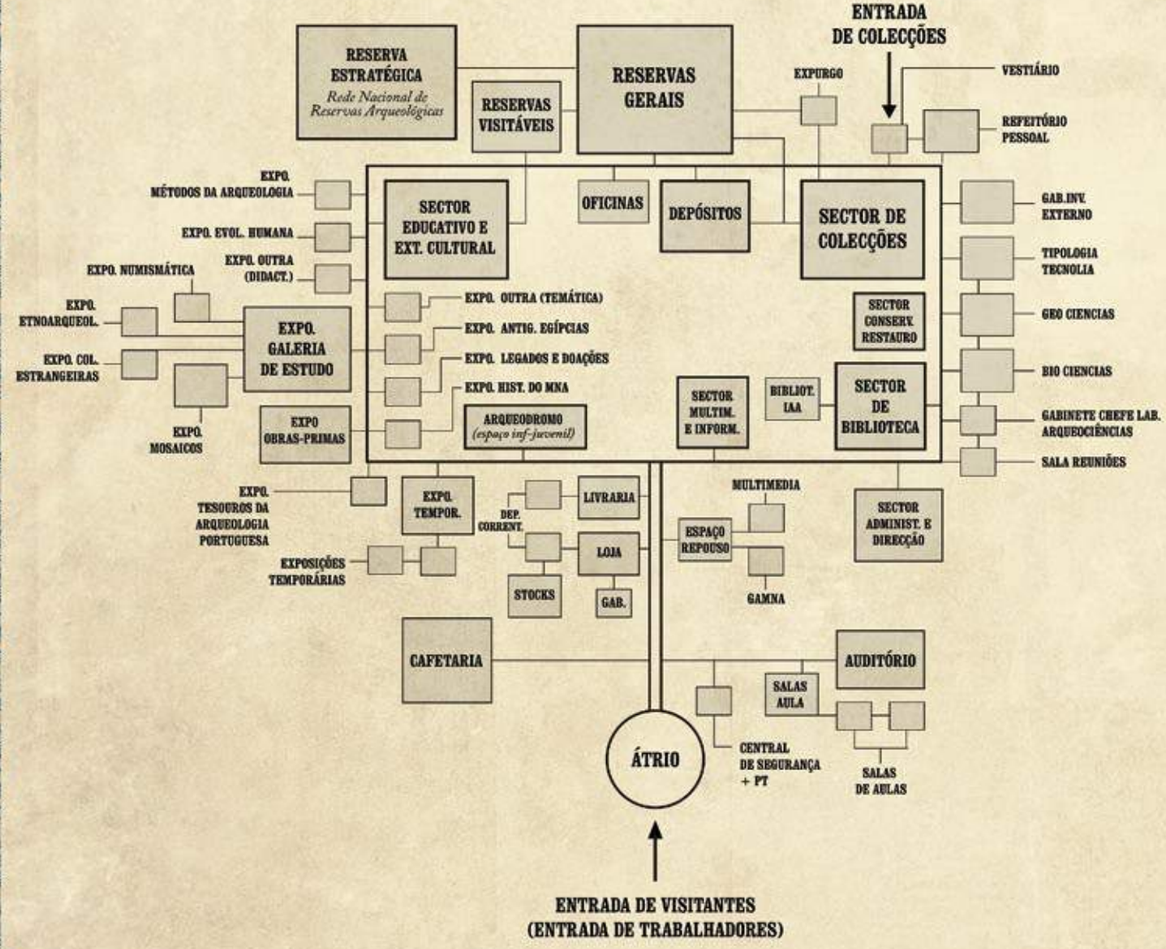
PATRIMÓNIO CULTURAL

Museu Nacional De Arqueologia

ORGANOGRAMA ESQUEMÁTICO

(enumeração de valências e serviços)

ABRIL DE 2010



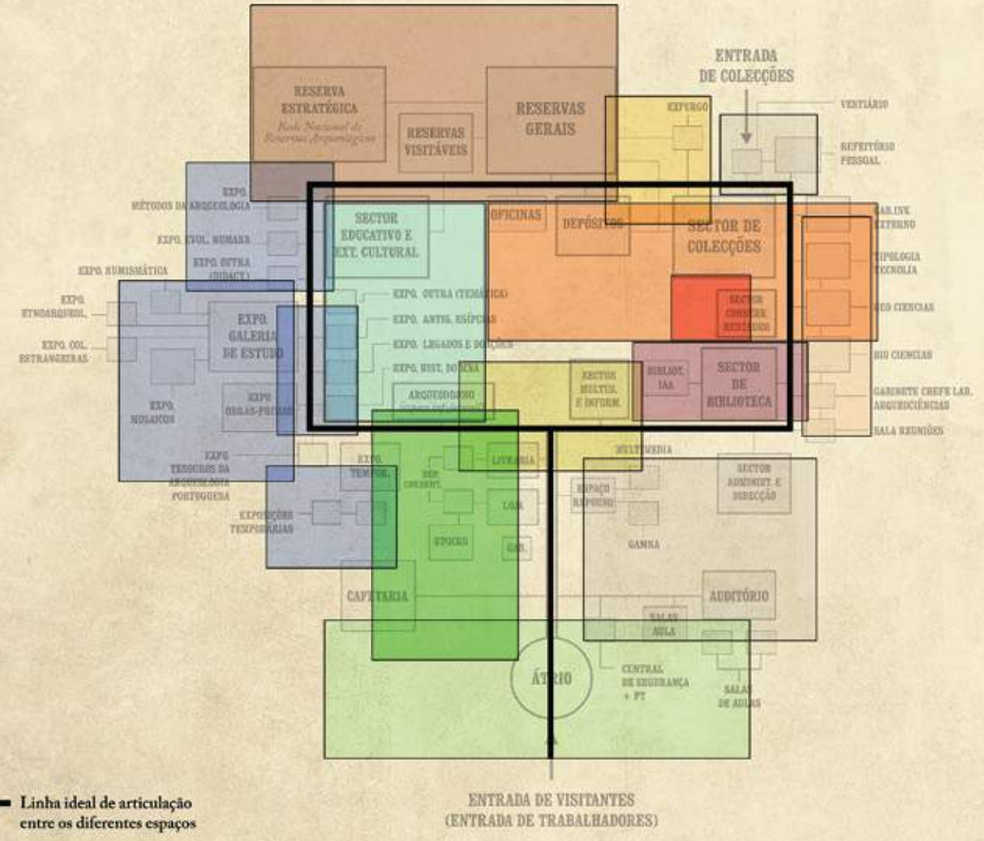
Seg. Luís Raposo, *Programa Museológico Preliminar do MNA*. Abril de 2010.

Museu Nacional De Arqueologia

ORGANOGRAMA ESQUEMÁTICO

(principais áreas funcionais)

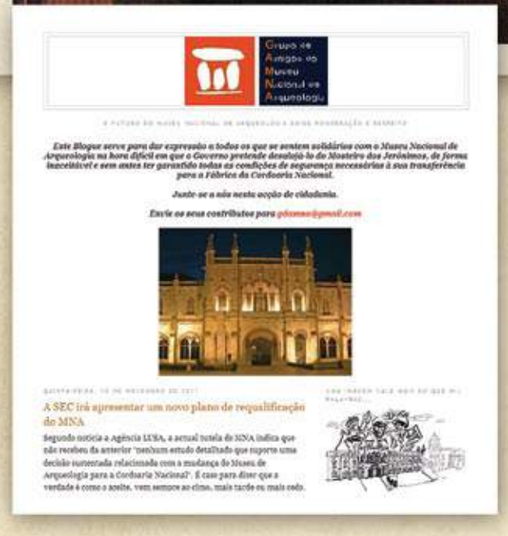
ABRIL DE 2010



Linha ideal de articulação entre os diferentes espaços

ESPAÇOS PÚBLICOS	ESPAÇOS SEMI-PÚBLICOS		ESPAÇOS RESERVADOS
Zonas de acolhimento	Serv. Administ. e de Apoio	Serv. Administ. e de Apoio	Reservas
Zonas de serviços gerais	Serv. Educ. e de Ext. Cultural	Serv. Educ. e de Ext. Cultural	Laboratórios cons. restauro
Zonas expositivas	Biblioteca e arquivo document.	Biblioteca e arquivo document.	Multimedia e informática
			Incorporação colecções

A Democracia em acção…


Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

Este Blogue serve para dar expressão a todos os que se sentem solidários com o Museu Nacional de Arqueologia na hora difícil em que o Governo pretende desalojá-lo do Mosteiro dos Jerónimos, de forma inaceitável e sem antes ter garantido todas as condições de segurança necessárias à sua transferência para a Fábrica da Cordoaria Nacional.

Junte-se a nós nesta acção de cidadania.

Envie os seus contributos para gdamna@gmail.com

A SEC irá apresentar um novo plano de requalificação do MNA

Segundo notícia a agência LUSA, a actual tutela do MNA indica que não recebeu da anterior "nenhum estudo detalhado que suporte uma decisão sustentada relacionada com a mudança do Museu de Arqueologia para a Cordoaria Nacional". É caso para dizer que a verdade é como o azeite, vem sempre ao cima, mais tarde ou mais cedo.

Conferência de imprensa do GAMNA (na mesa, da esquerda para a direita, Maria do Sameiro Barroso, Mário Moreira Félix, Fernando Contumélias, Raquel Henriques da Silva e Pedro Roseta), seguida de visita às reservas do MNA.

2010
6 de Maio
Conferência de imprensa do GAMNA, com visita guiada às reservas do MNA; criação do blogue do GAMNA: http://gamna.blogspot.com/

2010,
8 de Maio
"Jornadas de Solidariedade / Vigília pela Memória" promovida pelo GAMNA na torre oca do MNA, no último dia de utilização da mesma pelo MNA; o respectivo auto de entrega seria assinado pelo Director do IMC.

2010
12 de Maio
Reunião da Secção de Museus e Conservação do Conselho Nacional de Cultura para discussão da transferência do MNA.

Jornal Sol
09 de Julho de 2010

Museus

A grande cruzada de Luís Raposo

Gabriela Canavilhas estará na AR na próxima semana. Um dos temas quentes será o eixo de museus Belém-Ajuda. Quem é o homem que fez deste um debate nacional?

Rita Silva Freire
rfreire@jornalsol.pt

Luís Raposo numa sala de trabalho do Museu Nacional de Arqueologia, nos Jerónimos: "Um museu é propriedade do povo"

«SOU, acima de tudo, um arqueólogo». Assim se define Luís Raposo, director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA). «**É essa a minha natureza e o que fiz quase toda a vida**». *Mas é* fácil esquecê-lo. Há 14 anos que Luís Raposo está à frente da direcção do MNA. Agora é também presidente da secção portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus). E tem estado no centro da polémica que se gerou em torno da transferência do MNA dos Jerónimos para a Cordoaria: num braço-de-ferro com a tutela, recusou entregar a Torre Oca à Marinha e iniciar a transferência. Depois cedeu. Mas continua a lutar enquanto presidente do ICOM.

Este organismo apresentou recentemente um documento em que apela ao Governo para que suspenda o processo de transferência e criação de museus no eixo Belém-Ajuda. O mesmo fizeram o BE e PCP, que apresentaram no Parlamento resoluções com igual objectivo, as quais foram aprovadas por toda a oposição. Sendo apenas uma recomendação, a ministra da Cultura, que ainda não se pronunciou, poderá ignorá-la.

Gabriela Canavilhas estará presente na Assembleia da República na próxima quarta-feira, na Comissão de Ética, onde responderá a questões colocadas pelos deputados. Será que a grande cruzada de Luís Raposo pela suspensão da transferência terá recompensa?

Um passado arqueológico

Nascido em 1955, em Lisboa, Luís Raposo descobriu a arqueologia pela mão de João Salvado, jornalista do *Diário de Notícias* e seu professor de História no Liceu D. João de Castro. Este criou um núcleo de Arqueologia no liceu, ligado ao Secretariado para a Juventude. Raposo aderiu. «**Guardo boas lembranças dessa altura. Fizemos viagens pelo país e pelo estrangeiro para visitar sítios arqueológicos**», conta. Descobriu uma paixão mas, ao ganhar consciência política, decidiu afastar-se do grupo.

A Arqueologia ficou-lhe, porém, no sangue, e optou pelo curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa, já com intenção de se especializar nessa disciplina. Começou, então, a frequentar o MNA, onde, juntamente com outros estudantes, criou o GEP - Grupo para o Estudo do Paleolítico Português, liderado por Vítor Oliveira [illegible] uns com os outros tinha tradição [illegible] sores interessa[illegible] riodo romano, [illegible] tória pelas suas estruturas de enterramento. A Pré-História é o terreno de eleição para isso. A escala é o milénio». Nesse período, passava dias inteiros no museu a ver as colecções. E nas férias participou em escavações arqueológicas em França. Queria aprender. «**Fiz a minha prática arqueológica paralelamente à formação em História, por fora da faculdade**».

> **Sou um homem de esquerda, amante da liberdade de pensamento e da acção solidária**

Ao acabar o curso não conseguiu emprego como arqueólogo e deu aulas no ensino secundário. Foi orientador de estágios, delegado sindical e membro de conselhos directivos e candidato aos corpos gerentes do sindicato de professores. E continuou a participar em escavações e a relacionar-se com o MNA.

Esta proximidade fez com que, em 1980, fosse convidado para integrar uma nova equipa do MNA, liderada por Francisco Alves. Foi arqueólogo de museu durante 16 anos. Até que, em 1996, Francisco Alves abandonou a direcção e Luís Raposo foi convidado para assumir o seu lugar. É director há 14 anos mas continua a ver-se como arqueólogo. Até porque, diz, não quer concorrer à direcção de outro museu. «**Depois de me reformar não me importaria de colaborar com um m[illegible] seu de província, mas agora só faz s[illegible] tido ser director do MNA**».

Além dos fósseis

Nem só de arqueologia se fez a vida [illegible] fissional de Luís Raposo. Leccionou [illegible] Universidade Lusíada, no Instituto [illegible] litécnico de Tomar e na Universi[illegible] Aberta. Agora dá aulas de Arqueol[illegible] e Pré-História na Faculdade de L[illegible] de Lisboa. É, a par disto, acredita s[illegible] portante a participação politic[illegible] lou-se no PCP após o 25 de Nove[illegible] de 1975 e militou até [illegible] 1990, altura em que o[illegible] ram o golpe contra [illegible] donou, então, o part[illegible] é, para mim, um v[illegible] isso afastei-me do[illegible] mantém-se indepe[illegible] outro partido surg[illegible] melhor. Continu[illegible] de esquerda, am[illegible] pensamento e [illegible] Mas sem compr[illegible]

Mantém-se, po[illegible] versas causas, se[illegible] de actividade. Po[illegible] cargos na Associ[illegible] queólogos (de q[illegible] é dirigente ass[illegible] seus (ICOM). [illegible] sar as suas op[illegible] que esta seja [illegible] mente pessoa[illegible] geração do 2[illegible]

4 perguntas ao director do MNA

Foi acusado de não querer ir para a Cordoaria para não perder visitantes. É verdade?
Não. Já disse que não me importava de sair dos Jerónimos, mas para um espaço construído de raiz propositadamente para a Arqueologia. Estar nos Jerónimos ajuda, mas não chega. Está na arte do museu conquistar públicos.

Como vê a tomada de posição do Parlamento?
A resolução aprovada reclama do Governo algo absolutamente sensato: que se faça um plano estratégico para os museus de Belém e Ajuda antes de se tomarem medidas. E que seja discutido entre todos os intervenientes. Um museu é propriedade do povo. Estas questões têm de ser discutidas com a sociedade.

No seu opinião, qual seria o desfecho ideal para o Arqueologia?
Um edifício de raiz numa zona de Lisboa de fácil acesso. A segunda opção seria um edifício histórico, mas a Cordoaria é uma má opção por questões de volumetria e dignidade do espaço. Se não, ampliar o museu aqui nos Jerónimos.

Jornal Público
22 de Março de 2010

Director do MNA admite evolução para "situação de ruptura"

Luís Raposo, director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), disse ontem ao PÚBLICO que as divergências com o Ministério da Cultura (MC) quanto à transferência do museu para o edifício da Cordoaria Nacional, na zona ribeirinha de Lisboa, "entraram numa nova fase que pode conduzir a uma situação de ruptura".

Depois de há algumas semanas terem surgido sinais positivos, "a situação precipitou-se", segundo Luís Raposo, porque o MC lhe pediu que devolvesse a Torre Oca, um espaço que considera essencial para o museu, à Marinha, que a cedeu no passado ao MNA. A torre serviria como garantia à Marinha, que por seu lado irá ceder a Cordoaria.

Para Luís Raposo, essa entrega da torre até ao início de Maio, como lhe foi pedido, "é totalmente inaceitável", porque ainda não foram apresentados estudos que provem que a Cordoaria é um local seguro para instalar as colecções do MNA. O director do museu cita estudos a que teve acesso e que indicam elevados riscos sísmicos e de inundações.

[illegible] as duas associações do [illegible] cionamento", argumentou José Morais Arnaud.

Com esta deslocalização, o presidente da AAP considera que os visitantes do MNA "vão, decerto, diminuir" e defende que "faria mais sentido e seria mais barato a criação de um edifício de raiz" para o museu.

A anterior tutela, liderada por José António Pinto Ribeiro, tinha anunciado, no início deste ano, a saída do MNA para permitir a expansão do Museu de Marinha, situado pelo Ministério da Defesa, decisão que veio gerar polémica e foi até alvo de uma manifestação em Lisboa, também contra o novo museu dos Coches. ■

Jornal de Notícias
03 de Dezembro de 2010

POLÉMICA

Transferir Museu de Arqueologia é "erro grave"

A Associação de Arqueólogos Portugueses (AAP) considera "um erro grave" que a nova tutela do Ministério da Cultura mantenha a decisão de transferir o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) do Mosteiro dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional, em Lisboa.

A direcção da AAP foi recebida, anteontem, pela ministra, Gabriela Canavilhas, a quem apresentou diversas questões relacionadas com a salvaguarda e investigação do património arqueológico e com a situação profissional dos especialistas do sector.

Em declarações, ontem, à agência Lusa, o presidente da direcção da AAP, José Morais Arnaud, saudou a "postura de diálogo aberto e franco" da nova ministra da Cultura, que gerou "grande expectativa" para o futuro.

Porém, a direcção foi confrontada com a intenção da nova tutela de manter a decisão "injustificada, despesista e, do ponto de vista técnico, muito negativos" de deslocar o MNA do Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, "onde está há mais de 100 anos", para a Cordoaria Nacional, na Junqueira, um erro grave porque implicará uma despesa enorme. Além disso, o edifício da Cordoaria encontra-se numa zona de elevado risco sísmico, é um local de difícil acesso e tem dificuldades de estacionamento, [illegible]

Museu está situado nos Jerónimos

Jornal Sol | 08 de Abril de 2010

Transferência de Arqueologia pode custar 15 milhões

Alexandra Prado Coelho

Arx custos avançados pela tutela, o director do Museu de Arqueologia contrapõe outros: 25 a 30 milhões

Fotografia da primeira metade do século passado mostra a fachada da Torre Oca

Diário de Notícias | 28 de Abril de 2010

Especialista em arqueologia contra museu na Cordoaria

POLÉMICA Adília Alarcão considera mudança para a Cordoaria Nacional um exílio que impedirá rever a situação por mais 50 anos

O actual Museu de Arq[illegible]

Mais uma acha na fogueira da transferência do Museu de Nacional de Arqueologia (MNA) para a Cordoaria Nacional, deixando o espaço junto ao Mosteiro dos Jerónimos. A especialista em museologia arqueológica escreve uma carta aberta à ministra da cultura, Gabriela Canavilhas, criticando a decisão, por condenar o MNA "a uma espécie de exílio *ad aeternum*, pois dificilmente se disponibilizarão vontade política e meios financeiros para rever a situação, por mais meio século".

A museóloga admite que o MNA está mal instalado há mais de meio século, mas considera [illegible] rios detractores da sa[illegible] do Mosteiro dos Jerón[illegible] vez que também esta[illegible] senta riscos.

A especialista ass[illegible] que o espólio do MNA [illegible] Cordoaria Nacional, [illegible]

Jornal Sol | 16 de Abril de 2010

Volta aos Jerónimos

Viagem substitui Arqueologia

INSTALAR um Museu da Viagem e dos Descobrimentos onde agora está o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) é o objectivo do Ministério da Cultura (MC), revelou Gabriela Canavilhas, quarta-feira, na edição periódica na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura. O que pode explicar a pressa de transferir o MNA para a Cordoaria e a guerrilha pública das últimas semanas com sair dos Jerónimos.

O novo museu vai «contar a expansão portuguesa no mundo», anunciou Canavilhas aos deputados. E o Mosteiro dos Jerónimos «é o edifício onde essa narrativa melhor se enquadra». Entretanto, as desconfianças relativas à mudança do MNA para a [illegible] geológico apresentado do LNEC, que concluiu que as condições dos dois espaços são semelhantes, e que a Cordoaria, num edifício com mais de 200 anos, está impedida assim a mostrar de a melhor prova de que tem um excelente desempenho.

Já o engenheiro Aníbal Costa, autor de um parecer pedido pelo MNA, alerta para a necessidade de fazer sondagens no edifício, sobre o qual, diz, pouco se conhece. E que «parece ser mais vulnerável em caso de inundações». Os pareceres têm sido favoráveis aos encomendadores. Um eventual estudo realizado pelo LNEC, como foi pedido pelo director do MNA, custaria, de acordo com Aníbal Costa, de 40 a 50 mil euros. A tutela considera o desnecessário.

[illegible] de instalações nos Jerónimos, se vier a provar-se que a Cordoaria não tem condições.

Mas a torre não é da Marinha?
De modo algum. O espaço do [illegible] mos pertence- [illegible] de desde 1900. [illegible] porada há 17 [illegible] por interven- [illegible] Luz Afonso, [illegible] do Instituto [illegible] seus.

Diário de Notícias | 06 de Abril de 2010

Museu de Arqueologia preocupa deputados

Polémica. Ministra será interpelada na Comissão de Ética no dia 14

ANTÓNIO PEDRO PEREIRA

Mudança do Museu de Arqueologia está a gerar polémica

O plano de Gabriela Canavilhas de mudar o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) dos Jerónimos para a Cordoaria tem sido polémico. Os deputados da Comissão de Ética e Cultura visitam amanhã o museu para recolher mais dados com os quais possam interpelar a ministra da Cultura no dia 14, quando a tiverem à sua frente no Parlamento.

"Queremos saber por que razão há pressa em fechar a Torre Oca, espaço do MNA? e apurar no terreno as preocupações em relação a [illegible] problemas estruturais que têm sido apontados à Cordoaria para receber o espólio do MNA", explica Celeste Pereira, do PSD, uma das mais acérrimas em conhecer pela linha museológica de Belém um expediente previsto nas competências da comissão.

Em causa estão, segundo Catarina Martins (Bloco de Esquerda), "as fundações da Cordoaria". "A ministra disse que ia fazer um estudo, mas não foi, ilmitou-se a fazer um parecer. Mas há outros pareceres que falam do perigo de all depositar alguns dos tesouros nacionais", acrescenta.

Luís Raposo, director do MNA, também aponta a intenção inicial da ministra em pedir um estudo a mudança de vocitade, e explica melhor: "O parecer que a minis[illegible] pediu a um ex-técnico do Labo[illegible] tório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) não fala em per[illegible] mas o parecer pedido pelo G[illegible]

de Amigos do MNA e um outro so[illegible] licitado por mim apontam al[illegible] gum."

"O presi[illegible] desde Se[illegible] da Sismica[illegible] rigos de [illegible] MNA – e[illegible] peças co[illegible] nacion[illegible] dos de[illegible] de Sous[illegible] Lisboa[illegible] dade."

At[illegible] pena[illegible] fund[illegible] dep[illegible] ju[illegible] so[illegible]

Visão
01 de Abril de 2010

Radar
Entrevista

Luís Raposo

'Sem haver condições, não acato decisão da tutela'

Dirige há 14 anos o Museu Nacional de Arqueologia, onde trabalha há trinta. Agora, o Governo exige-lhe que inicie a transferência do museu, dos Jerónimos para a Cordoaria, entregando parte das actuais instalações à Marinha. Luís Raposo, 55 anos, explica porque não o fará.

POR EMÍLIA CAETANO

O Governo dá-lhe até 8 de Maio para entregar a Torre Oca à Marinha. Acatará a ordem?
Já disse à tutela que não me sinto em condições disso. Teria consequências muito danosas para o Museu Nacional de Arqueologi[illegible] ainda por decisão da Monarquia, que deu o espaço ao fundador, Leite de Vasconcelos, para fazer o Museu do Homem Português. Mas o museu foi sobretudo acarinhado pela I República. Com esta decisão de mudar o museu sem condições está-se, ainda que sem saber, a ofender também a República. Só surgiu a ideia de precariedade quando, em 1960, o Museu de Marinha veio também para os Jerónimos. Isso teve que ver com a Exposição do Mundo Português e sobretudo com a eleição para a Presidência, em 1958, de Américo Tomás, ex-ministro da Marinha. Pensou-se então em levar o MNA para a Cordoaria.

Foi um projecto do Estado Novo, que não conseguiu executá-lo. Rebelaram-se as universidades e houve até primeiras páginas do jornal humorístico *Sempre Fixe* sobre isso. Além disso, foi pedido parecer a uma comissão, que considerou a transferência inviável, entre outras razões pelos danos à própria Cordoaria. E, mesmo em ditadura, respeitou-se o parecer da comissão. Pensou-se então num edifício de raiz, o que acho ainda a melhor solução.

Mas onde?
A zona de Belém seria a preferível: na parte do CCB ainda por construir, no Restelo, junto ao Museu de Etnologia, ou ao pé do futuro Museu dos Coches. Talvez a Expo também fosse uma hipótese. Admito até irmos para um edifício já construído, incluindo a Cordoaria. Não contesto a decisão política de o mudar para lá. Tem é de ser em condições técnicas aceitáveis.

E não o são em qual?
Em termos de espaço até ganharíamos. Mas as colecções terão de ficar a salvo de riscos sísmicos, maremoto, efeito de [illegible] que foi agora por água abaixo. A Cordoaria fica por cima do rio Seco. Ainda em 1997 houve uma inundação e a água entrou lá por todo o lado. O novo Museu dos Coches, que é ao lado, ficará a cinco metros de altura. Como podem dizer, sem estudos nenhuns, que as colecções estão seguras num edifício que está só a um metro do nível da água? O único estudo que me apresentaram foi feito por uma só pessoa.

Mas não concordou com a ministra da Cultura na mudança para a Cordoaria?
É verdade que a ministra (Gabriela Canavilhas) teve a simpatia de vir ao museu e tivemos várias reuniões. Definimos uma linha para a mudança, que consecução pela realização de estudos geotécnicos por uma entidade credível (falou-se no LNEC). Todo o espaço da Cordoaria seria para o MNA, e não para outros serviços do Ministério. E encomendar-se-ia um projecto de arquitectura para acolher as alterações resultantes do estudo. Só depois das obras se mudaria o museu.

O anterior ministro (Pinto Ribeiro) queria mudar para lá o MNA em seis meses e depois se veria. Foi esse encabeçamento do museu até às obras que não aceitámos. Este é o museu com mais peças classificadas como tesouros nacionais. Acho totalmente indigno vê-lo tratado como empecilho nos Jerónimos.

Então o que fará?
Não quero antecipar cenários. Mas vim para aqui por concurso público e não por vinculação política. Assim, só há duas maneiras de acabar a minha comissão: ou eu demitindo-me ou a tutela abrindo um processo disciplinar com vista à minha exoneração. Desde o início do conceito de Museu Nacional, em 1965, isto nunca aconteceu. Seria inédito

Jornal Público | 30 de Maio de 2010

Oposição recomenda ao Governo suspensão de projectos para museus no eixo Ajuda-Belém

Maria José Oliveira

Projecto de resolução do Bloco de Esquerda foi aprovado por toda a oposição. PS diz que o Ministério da Cultura já deu todas as explicações

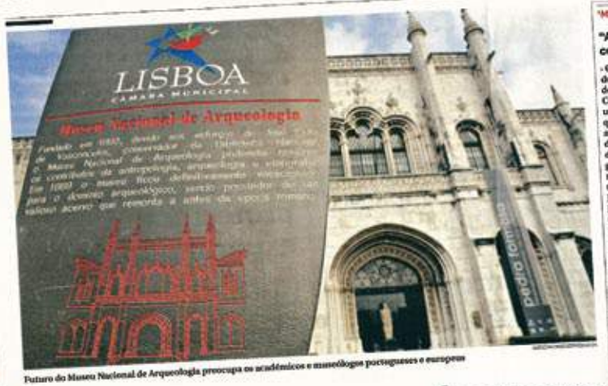
MP quer avaliação da Cordoaria

A oposição aprovou ontem uma recomendação ao Governo para que se suspendam todos os projectos sobre a transferência de museus e a criação de novos espaços museológicos no eixo Ajuda-Belém, incluindo ainda a elaboração de um projecto-piloto para a requalificação do conjunto [illegible] zinho área de Lisboa.

As propostas, que recomendam o veto [illegible] do Pá, foram-se ao [illegible] to central do PS, foram-se assim juntando [illegible] as alterações previstas para a zona Ajuda-Belém. E recomenda, a criação de um plano estratégico para a requalificação do conjunto referido, [illegible] gião daquela área – esta última [illegible] dente no Bloquistas devem incluir [illegible] avaliação dos infra-estruturas e dos [illegible] dos públicos e dos acessibilidades, e [illegible] das instituições, custos, fontes de financiamento e calendarização.

O PS votou também contra o projecto, [illegible] ter sido que, afirmar a deputada [illegible] Inês de Medeiros, a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, "já deu todas as explicações necessárias sobre a matéria". Além disso, o projecto "é [illegible] está a entrar em vigor quer a tutela [illegible] de não ultrapassar todos os valores [illegible] da Cultura".

DN VIDA
Diário de Notícias
13 de Abril de 2010



Futuro do Museu Nacional de Arqueologia preocupa os académicos e museólogos portugueses e europeus

Museus europeus chamam Luís Raposo a Cambridge

Museu de Arqueologia. Preocupação com planos do ministério salta as fronteiras

ANTÓNIO PEDRO PEREIRA

Um grupo de museus europeus solicitou a presença do director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) em Cambridge, local simbólico para esta área (é lá o Museu de Arqueologia Clássica e um grande centro universitário da área), para esclarecer o processo de mudança de instalações que tem preocupado os arqueólogos e universitários em Portugal. E, agora, também lá fora.

"Foi convidado para me deslocar a Cambridge, onde se vão realizar os museus de arqueologia de vários países, da Inglaterra à Espanha. Itália ou França, para explicar este plano do Ministério da Cultura para o MNAC, confirmou ao DN Luís Raposo. "Há all muitos portugueses, de professores a arqueólogos ou estudantes que foram pensando as preocupações e gerado-se um movimento europeu de solidariedade que pretende salvaguardar os interesses da arqueologia", justificou.

O Ministério da Cultura (MC) quer colocar o MNA na Cordoaria, mas as dúvidas quanto à capacidade daquele edifício para albergar todo o espólio do museu, que tem mais de 800 mil peças, levaram a uma contestação generalizada. Ainda ontem, o Conselho Nacional de Cultura (CNC) pediu "ponderação" ao ministério, depois de ter dado um parecer negativo à mudança.

Raposo, que é também presidente da comissão nacional portuguesa no Conselho Internacional de Museus da UNESCO, diz que "não há nenhuma razão para que o MNA não vá para a Cordoaria". Mas, "se não for possível, há outras soluções". Uma delas é a Torre Oca, no Jardim Botânico, que o director do MNA diz ser "um espaço fantástico". Mas "não chega para todo o museu".

"Foi com alguma perplexidade que vi o director do MNA falar numa 'precipitação' da situação", declara Brigola, "a ordem de serviço que Teresa Patrício assinou a 8 de março dá luz verde à mudança". A ordem resulta de um protocolo que conduz à previsão transferência do MNA do Ministério das Finanças para a Cordoaria.

O director do IMC admite que "existe uma incompatibilidade entre a posição política, e até de voto, de um ou outro director do MNA e a tutela", mas que "a posição pode pôr em causa uma questão de razoabilidade". Acrescenta, contudo, que tem "grande consideração pessoal" pelo dr. Luís Raposo" e que "não é nada pessoal".

Raposo, que é também presidente da comissão nacional portuguesa no Conselho Internacional de Museus da UNESCO e membro do Conselho Nacional de Cultura, diz que se realizou na quarta-feira, revelaram ontem ao PÚBLICO a historiadora de arte Raquel Henriques da Silva, membro daquela secção, e o director do IMC, João Brigola.

Este entendimento surge na sequência da polémica causada pela decisão de transferência do MNA e que levou o grupo de amigos do museu (GAMNA) a anunciar, na semana passada, que vai avançar com uma acção judicial popular contra o Ministério da Cultura. Esta intenção mantém-se, confirmou Raquel Henriques da Silva, que faz também parte do GAMNA.

O IMC vai criar um grupo de trabalho pluridisciplinar cuja função será realizar todos os estudos necessários, e que integrará o director do MNA, Luís Raposo, e técnicos de diferentes áreas. Uma das questões levantadas desde o início pelos opositores da transferência do museu tem a ver com os riscos de inundações e de sismos na zona da Cordoaria.

Por seu lado, o IMC disse sempre que, uma vez entregue a Torre Oca (uma zona do MNA que tinha sido cedida pela Marinha e cuja posse progressa a esta, em troca da Cordoaria, o que já aconteceu, avançaria para os estudos técnicos, que Brigola espera ver concluídos até ao final do ano.

Na reunião, o director do IMC também questionado sobre o futuro do Museu da Viagem (ou dos Descobrimentos) que a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, anunciou recentemente e que será instalado no dos Jerónimos a libertar pelo MNA. Brigola esclareceu – e repetiu ao PÚBLICO – que este "não é um museu de iniciativa do IMC", mas que trata de "um processo que está a ser coordenado pela senhora ministra e que passa pela revisão de todo o protocolo com a Marinha, que deverá ser assinado em breve. "Esse museu dos Jerónimos passará a ser tutelado pela Marinha", esclareceu.

Jornal Público | 15 de Abril de 2010

Audiência parlamentar Gabriela Canavilhas fala dos dossiers polémico

Há um museu dos Descobrimentos para o espaço da Arqueologia

Ministério da Cultura faz acordo com a Marinha, que tem "um espólio muito rico". PCP junta-se a BE contra a transferência dos Coches e MNA

Jornal Público | 23 de Março de 2010

Director do IMC diz que torre oca do MNA tem que ser devolvida até 8 de Maio

Alexandra Prado Coelho

Jornal Público | 04 de Maio de 2010

Especialista diz que falta informação

Há mais riscos sísmicos na Cordoaria?

São necessários estudos mais aprofundados do que os até agora reunidos pelo Ministério da Cultura (MC) para saber se a Cordoaria Nacional é ou não um local seguro para instalar o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), diz um perito independente consultado pelo PÚBLICO.

O engenheiro António Mineiro, um dos responsáveis pela obra de reforço do Torreão Poente no Terreiro do Paço, que se estava a afundar, dá razão ao principal argumento dos opositores à transferência do museu para lá: os riscos sísmicos e de inundações.

Por entre a polémica dos últimos meses ficam apresentados pareceres tanto pelo MC como pelo grupo de opositores – em que se tem incluído Luís Raposo, o director do MNA. As conclusões são contraditórias: há um estudo (do geólogo Carlos Nunes da Costa) a indicar risco e a levar os opositores a pedir o parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC); o parecer do Instituto dos Museus e da Conservação (de António Gomes Coelho, antigo responsável do LNEC) diz que o risco é equivalente ao que existe nos Jerónimos, onde está actualmente o MNA.

Lendo o conjunto dos pareceres, o especialista ouvido pelo PÚBLICO concluí que são necessários inzis elementos. "Uma decisão só pode ser acomselhada e tomada em face dos resultados de um adequado estudo geotécnico dos terrenos de fundação da Cordoaria e de avaliação dos custos dos eventuais tratamentos desses terrenos e reforços do próprio edifício", diz Mineiro.

Luís Raposo, uma biografia que se entrelaça com a história do museu que vai ser transferido para a Cordoaria do Terreiro do Paço

Explica ainda que há um colector de águas sob o edifício da Cordoaria cuja capacidade de escoamento é preciso avaliar, determinando se terá que ser reforçado. O especialista sublinha a necessidade de um estudo hidrológico.

O MC diz que os estudos geotécnicos aprofundados vão existir, mas numa próxima fase, já depois da entrega da Torre Oca à Marinha. O director do MNA tem alegado que só entregaria a torre quando lhesse garantias de que a Cordoaria é de facto segura.

Segundo Mineiro, "há sempre meios de tratamento e reforço da estrutura" da antiga fábrica de cordas, "para a habilitar a resistir a efeitos sísmicos". Quando ao risco de inundação, é necessário estudo no terreno, mas a Cordoaria poderá dar "maior segurança à penetração da onda" do que os Jerónimos.

O especialista conclui que a Cordoaria pode ser preparada para ter maior resistência. Diz que esta é uma questão económica, com custos que têm que ser comparados com os de outras alternativas. A.P.C.

Jornal Público | 04 de Maio de 2010

Portugal

Polémica Indignação e pedidos de demissão do ministro da Cultura no director do MNA

Director de Arqueologia e tutela querem evitar ruptura

Diário de Notícias
13 de Abril de 2010

Amigos de Arqueologia questionam IMC

Alexandra Prado Coelho

O Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia (GAMNA) suspendeu durante dez dias a acção judicial popular contra a transferência do museu dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional, dando esse prazo (iniciado no dia 20) ao director do Instituto dos Museus e da Conservação, João Brigola, para que este responda a uma série de perguntas. O GAMNA quer saber por que é que não foram feitos estudos geotécnicos na Cordoaria antes da decisão da transferência e quando serão feitos, e ainda o que sucederá, se se concluir que a Cordoaria não tem as condições necessárias, "tendo em consideração a eventual instalação do Museu da Viagem" no local de onde sairá a Arqueologia. O GMNA pergunta, por fim, se o Estado tem capacidade financeira para...

Jornal Público | 14 de Maio de 2010

Mudança de Arqueologia só se não houver riscos

Alexandra Prado Coelho

O Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) admite não transferir o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) dos Jerónimos para o edifício da Cordoaria, na Avenida da Índia, em Belém, se estudos técnicos mostrarem que a Cordoaria não tem condições de segurança. Esta posição ficou registada na acta da reunião da Secção de Museus e Conservação do Conselho Nacional de Cultura, que se realizou na quarta-feira, revelaram ontem ao PÚBLICO a historiadora de arte Raquel Henriques da Silva, membro daquela secção, e o director do IMC, João Brigola.

Este entendimento surge na sequência da polémica causada pela decisão de transferência do MNA e que levou o grupo de amigos do museu (GAMNA) a anunciar, na semana passada, que vai avançar com uma acção judicial popular contra o Ministério da Cultura. Esta intenção mantém-se, confirmou Raquel Henriques da Silva, que faz também parte do GAMNA.

O IMC vai criar um grupo de trabalho pluridisciplinar cuja função será realizar todos os estudos necessários, e que integrará o director do MNA, Luís Raposo, e técnicos de diferentes áreas. Uma das questões levantadas desde o início pelos opositores da transferência do museu tem a ver com os riscos de inundações e de sismos na zona da Cordoaria.

Por seu lado, o IMC disse sempre que, uma vez entregue a Torre Oca (uma zona do MNA que tinha sido cedida pela Marinha e cuja posse progressa a esta, em troca da Cordoaria, o que já aconteceu, avançaria para os estudos técnicos, que Brigola espera ver concluídos até ao final do ano.

Na reunião, o director do IMC também questionado sobre o futuro do Museu da Viagem (ou dos Descobrimentos) que a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, anunciou recentemente e que será instalado no dos Jerónimos a libertar pelo MNA. Brigola esclareceu – e repetiu ao PÚBLICO – que este "não é um museu de iniciativa do IMC", mas que trata de "um processo que está a ser coordenado pela senhora ministra e que passa pela revisão de todo o protocolo com a Marinha, que deverá ser assinado em breve. "Esse museu dos Jerónimos passará a ser tutelado pela Marinha", esclareceu.

IMC vai criar grupo de trabalho

DN VIDA
Diário de Notícias
13 de Abril de 2010

Mudança do Museu de Arqueologia dos Jerónimos para a Coedoaria está a causar polémica

Ministério diz que Luís Raposo arrisca processo

Polémica. Director do Museu de Arqueologia diz que seria a primeira exoneração disciplinar

ANTÓNIO PEDRO PEREIRA

O MdC responde: "Há já vários estudos e o secretário de Estado está satisfeito com as conclusões [que não apontam qualquer perigo] e segurança à Cordoaria para albergar o Museu de Arqueologia. O ministério não quer empolar [a] questão, que está na esfera do sector do Instituto dos Museus e [da] Conservação (IMC) com um director [de um dos museus]", usage através de fonte oficial. "A ideia é fazer [da] a Coedoaria a casa da arqueologia, juntando várias valências que estão [a] fora dos Jerónimos. Sim, será garantida a segurança do edifício, mas é um processo que levará uns três anos. Mas está completamente fora de hipótese o encerramento [do MNA] para obras. Não faz sentido", defende-se o MdC. "Isso então está numa fase ainda mais embrionária", explica ao ministério. "A entrega da Torre Oca é meramente simbólica: só com esse gesto, ao abrigo de um protocolo, o Ministério da Defesa entregará ao MdC a Cordoaria para se começarem os trabalhos."

Luís Raposo mantém-se com dúvidas. "A entrega da Torre Oca só faria sentido no plano do anterior ministro, Pinto Ribeiro, de esvaziar o museu rapidamente. Uma questão simbólica não ase convence."

Ainda assim, o MdC diz, no entanto, que não se sabe se na audiência com a Comissão de Cultura no Parlamento, quarta-feira, Gabriela Canavilhas e Elísio Summavielle (secretário de Estado) podem avançar com um compromisso político de fazer estudos complementares. Certo é que a corda está a esticar.

PERFIL

LUÍS RAPOSO
» Director do Museu Nacional de Arqueologia há 14 anos
» É presidente da comissão nacional no Conselho Internacional de Museus da UNESCO
» É membro do Conselho Nacional de Cultura
» **Luís Raposo sublinha: "Sou director por competência técnica, por concurso público, e não por confiança política." E lista os cargos que ocupa "por eleição" na UNESCO e no Conselho Nacional de Cultura. Ou seja, separa-se de qualquer contaminação política. Neste braço-de-ferro com o Ministério da Cultura, fia-se pouco em palavras: "De intenções está o inferno cheio." "Eu tenho de dar o exemplo deontológico." Depois, orgulha-se do Museu de Arqueologia e do trabalho que desenvolveu desde que entrou para a direcção: "Quando entrei, estávamos em 8.º lugar entre os mais visitados. Agora, só somos menos visitados do que o Museu dos Coches."**

Jornal Público | 11 de Agosto de 2010

Museus e colecções sem rede

A falta de acção e as consequências da acção pública governamental nunca pareceram tão alegóricas

Carlos Vargas

VIGÍLIA NA TORRE OCA

EM DEFESA DO MNA

PAREDES VAZIAS

Vi hoje e não quis acreditar. A chamada «Torre Oca» do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) está vazia. Paredes nuas, apenas em baixo, painéis pretos, com palavras de ordem a lembrarem a coisa mais lógica e básica de qualquer sociedade civilizada, mas que os responsáveis deste País parecem não entender: o património é um bem de todos, faz parte da memória colectiva de um país. E o MNA não é um sítio qualquer. É uma instituição centenária, fundada por alguém que quis fazer dele uma espécie de «Museu do Homem», alguém como Leite de Vasconcelos, a quem a arqueologia portuguesa tanto deve, a quem a cultura portuguesa tanto deve. O Museu é «só» a «Casa da Arqueologia» em Portugal, com um espólio riquíssimo, que guarda a passagem humana de tantos que viveram no território que é hoje português (e não só) e que continuam a viver em nós através de lucernas, ampolas de vidro, colares, estátuas, mosaicos e outras peças que as mãos desses homens e mulheres produziram. O Museu guarda múmias egípcias, escaravelhos da velha civilização do Nilo, estátuas romanas, peças incontáveis, de um valor dificilmente calculável, adquiridas pelo próprio Leite de Vasconcelos e pelos seus sucessores ao longo da sua história já tão cheia.

E no entanto, quando se resolveu fazer um novo museu de raiz para os coches, ali ao pé, de uma penada decidiu-se que a «arqueologia» - dito assim, de uma maneira vaga – iria ocupar o espaço da Cordoaria Nacional. E por «arqueologia» iria de arrasto o MNA, como se este fosse uma qualquer secção onde se engavetam fragmentos empoeirados de uma escavação arqueológica. E a decisão manteve pé firme, contra relatórios que desaconselham a transferência do Museu para uma unidade fabril setecentista única na Europa, mas entretanto com fragilidades porque sob as suas paredes passa o Tejo, porque os solos ali são particularmente sensíveis a tremores de terra… E muito provavelmente (embora o ministério da Cultura não tenha, até agora, apresentado contas) porque a transferência do MNA para a Cordoaria poderá custar muito mais do que um museu de raiz. E entendamo-nos aqui. Ninguém está «amarrado» à ideia da localização eterna do MNA na área reconstruída do século XIX que ele ocupa. Simplesmente quando se decide transferir um museu é do mais elementar bom senso fazer estudos, contas, cálculos, ouvir pareceres, decidir tomando em atenção as opiniões de quem sabe, perante os dados na mesa.

Mas não. O bom senso não interessa o que quer que seja para aqui. E como a falta dele, e, pelos vistos, a ignorância, costumam andar de mãos dadas com a arrogância, vá de esvaziar um dos espaços expositivos mais importantes do Museu sem demoras. Já e agora, que o ministério da Cultura tem pressa. Sem consideração pela instituição e por quem ali trabalha. E que merecia mais respeito. A própria memória de Leite de Vasconcelos merecia mais respeito.

Eu sabia o que andava a passar-se. Tenho acompanhado o que muito nesta casa se tem feito, às vezes lutando contra ventos e marés, contra as dificuldades que minam a vida dos museus portugueses. Mas quando hoje, dia que o Grupo de Amigos do MNA marcou para uma jornada de defesa do Museu, eu entrei na Torre Oca, não queria acreditar. Durante anos vi ali mosaicos bizantinos, vitrinas exibindo peças maravilhosas, de países diferentes, maquetas de embarcações egípcias, máscaras romanas, marfins delicadamente trabalhados, projecções de filmes como «Ben-Hur», a mostrarem certos olhares contemporâneos sobre o passado.

Hoje as paredes daquela sala estavam nuas. E eu continuo a não querer acreditar. Porque tanta falta de cuidado parece irreal. Parece impossível.

Nair Alexandra (8 de Maio de 2010)

A anunciada transferência do MNA para a Cordoaria afigura-se-me, assim, completamente inaceitável pelas seguintes razões:

1. Constituiria mais um rude golpe na Arqueologia portuguesa, já muito fragilizada pela extinção e desmantelamento do IPA;

2. Implicaria uma enorme perda de visibilidade do segundo mais visitado museu nacional, que passaria do lugar mais nobre da cidade, visitado por milhares de portugueses e estrangeiros, para um local de passagem, desprovido de acessibilidades e de estacionamento;

3. Seria um grave atentado à memória de Leite de Vasconcelos, o mais importante sábio português do século XIX e XX, no domínio das ciências arqueológicas, etnográficas, e linguísticas, cujos 150 anos do nascimento acabam de ser assinalados a nível nacional por uma notável série de iniciativas do MNA, da Sociedade de Geografia, da Academia das Ciências, e de outras prestigiadas instituições.

4. Poria em causa a segurança e a conservação das colecções do MNA, a não ser que se realizassem morosas e dispendiosas obras de adaptação, pois a Cordoaria é um edifício de telha vã, concebido para fins industriais, sem o mínimo de condições para exposição museológica permanente, como ficou bem patente em recentes exposições, como a evocativa do 5º Centenário de S. Francisco Xavier.

5. Não faz qualquer sentido transferir, nos tempos que correm, um museu para instalações que não foram concebidas especificamente para esse fim.

6. O edifício da Cordoaria, embora vasto, dificilmente albergaria a totalidade das colecções do MNA, bem como espaços para a exposição permanente e para exposições temporárias, e ainda a totalidade dos serviços e laboratórios do extinto IPA.

7. A eventual transferência para a Cordoaria, além de inútil e dispendiosa, implicaria o encerramento do MNA por um período de tempo bastante longo, e a inevitável perda de um público e de uma dinâmica que levou anos a construir.

8. O Museu de Marinha, embora inclua no seu acervo algumas peças com interes
naval, não dispõe nem de dinamismo, nem de infra-estruturas, serviços e
adequado ao pleno cumprimento das suas funções museológicas, sendo duvido
alargamento do espaço disponível pudesse ser devidamente aproveitado.

9. Se o governo entender que o MNA não se encontra devidamente instala
deverá constituir um grupo de trabalho encarregue de estudar o problema da
ção, num edifício de raiz, a construir em local próximo, quando a crise pass
programa rigoroso, elaborado por especialistas em arqueologia e museologia,
óbvio, anteceder e servir de base ao projecto de arquitectura, ao contrário do q
futuro museu do Côa.

Como cidadão, dirigente associativo, arqueólogo profissional e museólogo
mais de 40 anos de vida ao estudo, salvaguarda, e valorização do património,
os colegas e amigos no sentido de se mobilizarem, mais uma vez, em torno d
avizinha dura, mas não impossível de vencer.

José Morais Arnaud
Archport, 14.2.2010

...do posso deixar de expressar a minha total solidariedade com a posição aqui expressa, e assumida
...forma corajosa e responsável pelo Dr. Luís Raposo no cumprimento da obrigação de defender o
...seu Nacional de Arqueologia.

...mos uma profunda crise de regime, em que decisões politiqueiras e oportunistas têm ultrapas-
...decisões técnicas e fundamentadas, sem respeito por ideias, pessoas ou pelo próprio futuro do
...país. A alienação e destruição das instituições tem sido rápida e constante. Infelizmente
...-se num ápice o que levou anos a construir, muitas vezes perdendo-se irremediavelmente um
...ónio que é de todos.

...no futuro bem identificados os autores dessa destruição, que por oportunismo ou com-
...a encabeçam ou apoiam decisões infundadas.

...também identificados aqueles que desassombrada e corajosamente levantam a sua voz e
...posições para defender o que é de todos nós, como o faz o Director do MNA.

...nsei que o Museu não necessitava de defesa, tendo em conta o seu património e a sua
...ua enorme e profícua actividade, a elevada qualidade dos seus funcionários, desde o seu
...o seu actual Director, a excelente imagem que tem, nacional e internacional. Afinal
...a melhor!

...esperança que o bom senso prevaleça.

Victor Machado Borges
Archport, 1.4.2010

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Chegam-me notícias de que se pretende mudar o Museu Nacional de Arqueologia, património de todos os portugueses e portanto meu também (ali fui com o meu pai quando tinha quatro anos, pela primeira vez, e agora tenho 61... e desde então aquele sítio representa muito para mim, é o núcleo de Lisboa em que ainda mais me reconheço) para outra instalação, que parece imprópria.

Não estou dentro do "dossier", aliás é difícil a um cidadão que trabalha adentrar-se nos assuntos suficientemente para poder intervir no espaço público como é seu dever e direito, sem cair no ridículo de falar de cor. Mas habita-me a convicção profunda de que neste caso tais intenções se não concretizarão, porque tal acto é simplesmente impossível. Há coisas que não se podem fazer, e não há aqui relativismos nem discussões possíveis. Tirarem-nos o Museu Nacional de Arqueologia dali não é possível. Não se ...símbolos, não se pode empacotar certos arquivos, não se pode ...caso, vem de Leite de Vasconcelos, que é a nossa memória, o ...de apreço por Portugal.

...eno que ouço falar no espaço definitivo do Museu, dantes ...Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e do ...alar mais ou menos onde hoje está a Torre do Tombo, além ...isti à modificação do Museu, após o 25 de Abril, num ...Saint Germain-en-Laye, e depois numa galeria de ...muitas delas extremamente importantes (não há espaço ...carismática, pelo seu acervo, pela dinâmica que o direc- ...é uma referência importantíssima do nosso país.

...é serena, não se dirige contra ninguém, até porque não ...por detrás de tal intenção, estou *off*, o que é perfeita- ...a coisa em que estou in, e não posso deixar de me ...idente da República outorgou-me uma medalha que ...e defender o MNA assim como defendemos o Côa, ...r, em prol do bem público, de valores absolutamente

...es. Mas firmes não por causa de questões políticas ...de momento, vontade de realce, ou de interesses ...tatão de dignidade. Os cidadãos são quem faz o ...uma matéria (neste caso a arqueologia) têm de ter ...speitada. Há limites.

...Oliveira Jorge
...stagem de sexta-feira 14 de Fevereiro de 2009

Meu Prezado Director:

Há momentos na vida, de carácter pessoal ou profissional, que nos pedem para provarmos a fibra de que somos feitos. Creio que está a atravessar um momento desses. Como sempre acontece, quando nós - Cidadãos anónimos e bem intencionados - nos medimos com a arrogância bruta e fera do Poder, chega o momento em que ou fazemos vingar contra a força a demonstração da nossa Razão, ou a força se abate, sem o mínimo de razão, sobre a nossa convicção fundada. É no decurso desses momentos que provamos se temos ou não Carácter. O meu Amigo Director já provou que o tem - e por isso é acompanhado, na sua atitude, por um conjunto de Homens-Bons. Era assim que funcionavam as estruturas representativas do Bom Povo, no decurso da Idade Média. Eram eles os REPUBLICANOS do tempo, embora o não soubessem. Renovo-lhe a minha total e desassombrada solidariedade. Perca ou ganhe, o meu Caro Director já fez vingar o seu ponto de vista, junto dos que prezam verdadeiramente a Cultura Portuguesa. Os que mandam devem ter dela a mais pálida das imagens...

Cordiais saudações do

Amadeu Carvalho Homem
1.4.2010

"Ainda a mudança do MNA"

E, tirando partido do sítio magnífico em que se localiza, tornar-se-ia rapidamente num dos mais visitados Museus Nacionais.

Quem esteja, pois, minimamente a par da história das últimas três décadas do Museu Nacional de Arqueologia, compreenderá melhor do que ninguém a "angústia" do seu Director, perante as "perspectivas" que se lhe deparam e os extraordinários "exemplos" dos recentes processos de "decisão" e "planeamento" associados ao projecto do Museu dos Coches e dos danos colaterais provocados. Irresponsavelmente, na Arqueologia portuguesa. Apesar da decisão estar tomada há vários anos pelo Ministério da Economia (?) foi preciso a empresa construtora começar a derrubar os muros dos edifícios onde o IPA funcionara durante uma década, para o Ministério da Cultura "acordar" e começar a procurar "instalações" para os serviços que ali continuavam "teimosamente" a funcionar. A utilíssima "Biblioteca do Instituto Arqueológico Alemão", oferecida ao Estado Português, foi entretanto encaixotada, os arquivos da Arqueologia Portuguesa, foram para os corredores da Ajuda, os laboratórios (já praticamente sem pessoal) foram para uma vivenda da calçada da Ajuda e o valioso espólio e complexo equipamento da Arqueologia Subaquática, mudou-se há poucas semanas para o MARL (Mercado Abastecedor da Região de Lisboa ?) para os lados do Camarate.

Penso que é hoje claro para toda a gente que o Luís Raposo não se opõe, bem pelo contrário, à ideia da mudança para outro espaço com melhores condições (pese embora a natural frustração de quem há uma década investe em sucessivos projectos de requalificação de espaço actual), julgo que nem lhe repugnará até a solução da Cordoaria Nacional, uma vez comprovado que a sua localização não oferece maiores perigos de que os comuns à zona Ribeirinha em geral e elaborados os indispensáveis estudos e projectos...

Tal solução, poderia até relocalizar no próprio Museu as estruturas que neste foram fundadas há três décadas e que hoje se encontram dispersas e moribundas. O que certamente o assusta e o obriga a tomar, em consciência, a presente posição, são as decisões precipitadas, tomadas sob o "síndroma" da carambola, ao arrepio de qualquer arremedo de planeamento. E se no caso das estruturas do exIPA, as consequências estão já à vista, imagine-se o que aconteceria à Arqueologia Portuguesa com o desmantelamento precipitado de uma instituição centenária como o MNA, guardiã de vastas e complexas reservas arqueológicas, cuja exemplar reorganização e funcionamento, são talvez uma das heranças mais ...do trabalho da equipa do ...Museu.

arqueólogos que, pela mão de Vasco Pulido Valente (imagine-se) entreu

António Carlos Silva
Abril de 2010

Porque quer a Ministra da Cultura demitir o Director do Museu Nacional de Arqueologia?

Como agravante surge agora a ideia de colocar nos Jerónimos um outro museu, o museu da viagem. Isto é uma praga! Já tivemos um Secretário de Estado que queria o museu da imaginação, uma ministra que queria o museu da língua, agora é o da viagem. Deixem-se de divagações megalómanas! Os nossos fantásticos museus estão à míngua, à beira da ruptura de funcionamento, e a ministra da cultura está focada num objectivo de vaidade pessoal, em deixar o seu pequeno legado?

A Ministra da Cultura quer demitir o Director do MNA porque o Estado e o Governo não perceberam ainda que o nosso maior recurso nacional é a nossa "paisagem cultural" e que por isso, o Património Cultural é um importante factor de desenvolvimento económico, como aliás crescentemente vem sendo afirmado por economistas idóneos e de quadrantes variados. Porque, tragicamente, não há política museológica neste país e isso é uma vergonha. Porque os nossos governantes por vezes parecem crianças a brincar no recreio, mas infelizmente brincam como o interesse público. Porque o Ministério da Cultura não tem uma política séria de gestão de espaços e avaliação de necessidades dos seus serviços. Porque, há interesses económicos fortes e bem relacionados que interferem com a esfera governamental com a maior das facilidades. Porque parece que caiu uma maldição sobre a Arqueologia Nacional; é muita coincidência, para não ser deliberado: existem interesses fortes dentro do Estado e fora do Estado, mas agindo por intermédio dele que querem anular os avanços conseguidos nos últimos 15 anos na salvaguarda do Património Arqueológico.

A Ministra da Cultura quer demitir o Director do MNA, porque é uma má ministra. A Ministra da Cultura quer demitir o Director do MNA porque ele é um excelente director de museu.

Jacinta Bugalhão
Arqueóloga
Archport, 7.4.2010

...sa do Museu Nacional de Arqueologia é também uma questão de cidadania

...do Museu Nacional de Arqueologia tendo como objectivo primário tornar ...uas centenárias instalações, mesmo tendo como pano de fundo uma gemina ...elhorar as condições actualmente existentes, levantou dúvidas quanto ao futuro

...de um grande museu português como o MNA, casa mãe da arqueologia ...de ser encarada como um importante desígnio cultural nacional.

...já cerca de dezasseis anos que a também instalação de uma exposição ...levou à desmontagem da sua exposição permanente e, desde então, deixou ...entação museográfica do património arqueológico português num único

...ia assim encontrar-se fundamentada em estudos, ser objecto de uma ...grasse os respectivos programas e projecto museológico, dotados de ...os financeiros.

...sclarecer as questões agora levantadas e conseguir garantias quanto à ...MNA deverá ser encarado como um acto de cidadania.

João Marques
...ão de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses
Archport, 5.4.2010

Não me lembro quando terei entrado no Museu Nacional de Arqueologia (*MNA*) pela primeira vez. Cresci em Lisboa e a minha mãe sempre teve nos museus da cidade poderosos aliados contra o tédio de quatro crianças – mais ...mos e amigos de visita – nos longos verões escolares dos anos 70. Devo ter ido ...ao *MNA* pel... ...z em criança e não me lembro.

...do entrei pela primeira vez na reserva do MNA. Estava na faculdade e um dos ...isita de estudo" ao *MNA*. Recebeu-nos o então director, Francisco Alves, ...lorida e pitoresca, da qual recordo comentários dramáticos proferidos ...ológicos provenientes do naufrágio do navio S. Pedro de Alcântara. Mas o ...lo para o fim. Concentrou todos os estudantes junto da modesta porta da ...eles olhinhos pequenos, disse: "Lembrem-se da cena final do filme Salt- ...ancarou a porta.

...MNA depois disso, mas nunca vou esquecer a imagem que vi nesse dia. ...épica digna de Hollywood mas para mim foi a primeira imagem, real, ...tranhas, pela alma. Pelos serviços técnicos, portanto.

...lizar, o MNA é urgente. Urgência com décadas de atraso, mas nem ...A já se disse que era o maior sítio arqueológico português mas só ...noção do que isso quer dizer: cem anos de erros insignificantes ...a encontrar alguma coisa, se tenha que recorrer a métodos e técni- ...l de informação que o MNA contém é brutal e o que se encontra ...de areia, senão no deserto do Saara, pelo menos na praia da ...refactos, utensílios e ecofactos recolhidos em sítios arqueológi- ...os mais variados suportes – incluindo naturalmente os "objec- ...ação essencial para a construção da nossa memória colectiva. ...rada a reforma deste museu deve ser proporcional à informa- ...sar que a anunciada transferência do MNA para o edifício da ...uma manobra política sem a necessária fundamentação ...u o MNA recentemente e acredito que o actual director a ...mesmo que eu? Terá ela noção de que tirar aquilo dali não ...s "Unidos da Transportadora" para fazer uma mudança

...de fantástica. O oportunidade de reformular o museu ...de organizar todo aquele mundo de informação de uma ...sar do MNA depois de nós. A pergunta que qualquer ...Cultura tem consciência das implicações técnicas – e, ...oi oportunidade em realidade. Ou se prefere ignorá-las e decidir ...que o Ministério da Cultura vai tratar o MNA de uma forma responsável esta cidadã, pelo ...enos, não vai ficar descansada.

Maria José de Almeida (arqueóloga)
31-3-2010

EM DEMOCRACIA...

A Democracia em acção…

Oposição recomenda ao Governo suspensão de projectos para museus no eixo Ajuda-Belém

Jornal Público
29 de Maio de 2010

PROTOCOLO ■ CANAVILHAS CONTRA RECOMENDAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Ministra ignora conselho

■ Ministérios da Cultura, Defesa e Finanças juntam-se a bem dos museus

Correio da Manhã
10 de Julho de 2010

2010
28 de Maio
Aprovação em plenário da Assembleia da República de Resolução (resultando da fusão das duas propostas existentes) que "Recomenda ao Governo a imediata suspensão de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém…", com votos favoráveis de todos os partidos da oposição (PSD, CDS-PP, PCP, BE, Os Verdes) e contra do partido do Governo (PS).

2010
24 de Junho
Criação por despacho do Director do IMC de um Grupo Técnico que "coordene as tarefas de elaboração de um Programa de Base de acordo com todos requisitos técnicos, patrimoniais e museológicos previstos na legislação nacional e nas cartas e recomendações internacionais". Composição: Manuel Bairrão (museólogo), Rui Parreira (arqueólogo), Henrique Cayatte (designer), Marinha das Neves (engenheiro civil geotécnico).

2010
19 de Julho
Protocolo adicional sobre utilização de instalações, permuta de espaços entre os Jerónimos e a Cordoaria Nacional, celebrado entre os Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional e da Cultura; na mesma data, publicação em DR da Resolução da AR (nº 69/2010).

Diário da República, 1.ª série—N.º 138—19 de Julho de 2010

Resolução da Assembleia da República n.º 69/2010

Recomenda ao Governo a imediata suspensão de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém, designadamente da construção do novo Museu dos Coches, até à elaboração de um plano estratégico para a reconfiguração do seu conjunto.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

a) Suspenda imediatamente todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém, incluindo o processo de construção do novo Museu dos Coches nas instalações das antigas Oficinas Gerais do Exército, até à elaboração de um plano estratégico que inclua avaliação de infra-estruturas, projectos museológicos, estudo de públicos e acessibilidades, previsão de custos, fontes de financiamento e calendarização;

b) Promova um amplo debate público sobre as alterações aos museus do eixo Ajuda/Belém, incluindo o projecto de construção do novo Museu dos Coches e suas consequências para outros museus e serviços do Ministério da Cultura, envolvendo nomeadamente as associações dos sectores da Museologia e da Conservação e Restauro, a Câmara Municipal de Lisboa, a Associação de Turismo de Lisboa e especialistas nacionais e internacionais das áreas do património, da museologia e da arquitectura;

c) Proceda à divulgação pública de todos os estudos e avaliações técnicas existentes relativamente às opções entretanto assumidas pelo Ministério da Cultura e promova a sondagem às fundações do Edifício da Fábrica Nacional de Cordoaria, a ser executada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para averiguar as condições de estabilidade e de segurança daquele património, tendo em conta as características do edifício e do local onde está implantado;

d) Avalie os vários projectos museológicos e sua relação com os edifícios existentes, bem como com novos edifícios a construir, face às necessidades dos museus que já existem e à eventual criação de novos museus ou unidades museológicas;

e) Elabore um plano estratégico para a reconfiguração do conjunto de museus no eixo Ajuda/Belém, que inclua avaliação de infra-estruturas, projectos museológicos, estudo de públicos e de acessibilidades, bem como de sustentabilidade das instituições, previsão dos custos, fontes de financiamento e calendarização de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém.

Aprovada em 28 de Maio de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Festa dos Museus 2008
O MNA em primeiro lugar a nível nacional
BOLETIM informativo
Manifesto
Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia ?
BOLETIM informativo
Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia
Lisboa - Portugal
O futuro do MNA
MUDAR, SÓ PARA MELHOR
A mudança do Museu Etnológico
Doação
ANÉIS DE OURO ROMANOS
Para quando as obras de ampliação do MNA ?
Para quando as obras de ampliação do Museu Nacional de Arqueologia ?
Arqueologia parado
Portugal
Amigos do Museu de Arqueologia ameaçam com "resistência cívica" e "acção popular"
O MNA está de parabéns...
FNAM
Menção honrosa melhor exposição 2007
APOM
Prémio melhor exposição 2008
FESTA dos MUSEUS
1º lugar em 2008
BOLETIM informativo
O Futuro do MNA
Mudar, só para melhor
BOLETIM informativo
Parecer do Doutor Carlos Nunes da Costa
CONDIÇÕES GEOLÓGICO-GEOTÉCNICAS DOS TERRENOS DA CORDOARIA NACIONAL
BOLETIM informativo
Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia
Novo ciclo político para o MNA ?
GAMNA

L+ Arte
Verão de 2010

RPA solidário com MNA

Ricardo Araújo Pereira refere as razões afectivas que o levaram a escolher o Museu Nacional de Arqueologia como um dos seu espaços museológicos. Preocupa-o a decisão tomada há cerca de dois anos pelo então ministro da Cultura, António Pinto Ribeiro, ao voltar à questão da transferência do MNA para o edifício da Cordoaria Nacional. "Essa hipótese surgiu nos anos oitenta. Já na altura foram feitos estudos, indicando a total desadequação da Cordoaria e concluiu-se que seria mais caro adaptar este espaço do que fazer um edifício de raiz", refere RAP. "A Cordoaria, antiga fábrica de indústria naval, foi edificada em rio seco e numa zona sísmica. Por razões de segurança torna-se completamente desadequada a construção de um museu permanente neste espaço ", afirma Luis Raposo, director do MNA. "Existem apenas dois edifícios como este na Europa. Pelo seu interesse patrimonial seria uma pena alterar a planta original de forma a poder adaptá-la às necessidades do Museu de Arqueologia. A retirada do museu do Mosteiro dos Jerónimos é uma questão antiga e tem a ver com a dimensão do espaço ser insuficiente para albergar o espólio do MNA. O edifício da Cordoaria Nacional foi sempre indicado como alternativa por questões logísticas, abrange uma área de 15 mil metros quadrados e está integrado na zona de Belém. Recentemente, a intenção da mudança do MNA para a Cordoaria suscitou contestação pública e, no mês passado, foi apresentado na Assembleia da República um documento conjunto do PCP e BE, apelando à suspensão da reinstalação e criação dos novos museus da zona de Belém. Os projectos foram aprovados por todos os partidos da oposição, com votos contra dos deputados do PS. Neste momento, aguarda-se.

(fotografia de cima)
Conferência do Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Carlos Azevedo durante sessão da Plataforma Global Contra a Fome, sediada no MNA.

(fotografia de baixo)
Criação do Grupo de Amigos dos Guerreiros Castrejos. Na foto alguns dos promotores: Luís Raposo, director do MNA; António Dias Farinha, Professor Universitário; Rocha Vieira, General; Fátima Campos Ferreira, jornalista; Fernando Campos, Presidente da Câmara Municipal de Boticas; Loureiro dos Santos, General.

EM DEMOCRACIA...

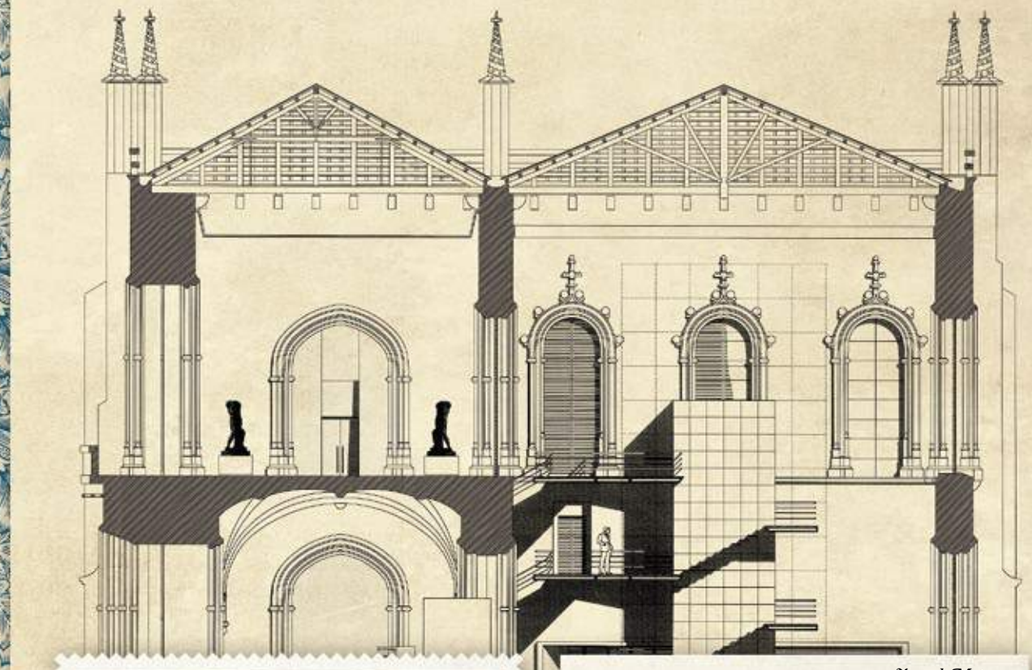
Memória histórica: condição de cidadania

2011
22 de Março
Relatório da Actividade do Grupo Técnico criado pelo Despacho nº 23/DIR/2010, de 14 de Junho, do Director do IMC, que concluiu os seus trabalhos sem ter podido reunir todos os pareceres solicitados, recomendando a realização de estudos mais aprofundados.

2011
4 de Abril
Construção, por ordem do director do IMC, de parede precária para simular a separação física entre a torre oca e o átrio de entrada do MNA. Desde que formalmente desanexada (em 8 de Maio de 2010) esta torre manteve o acesso pelo MNA e até ao presente (Março de 2012) permanece vazia, agora sem acesso útil.

2011
5 de Junho
Eleições legislativas, com mudança de maioria governativa.

2011
Novembro
Notícias de jornal referem que fontes da SEC afirmam não existir "nenhum estudo detalhado que suporte uma decisão sustentada relacionada com a mudança do Museu de Arqueologia para a Cordoaria Nacional", acrescentando ainda que será proposto um plano de requalificação do MNA, considerando todas as hipóteses.



Jornal Metro
10 de Novembro de 2011

Lisboa

MNA está instalado no Mosteiro dos Jerónimos

Arqueologia sem espaço

Transferência do Museu Nacional de Arqueologia para a Cordoaria Nacional suspensa • Exposições da instituição postas em causa

O Museu Nacional de Arqueologia (MNA), em Lisboa, debate-se com falta de espaço para exposições desde que desocupou a Torre Oca, há mais de um ano, no âmbito de um projecto de transferência para a Cordoaria Nacional entretanto suspenso. "A perda da Torre Oca penalizou bastante a actividade do museu porque era um espaço muito importante para mostrar as exposições" do MNA, instalado no Mosteiro dos Jerónimos, disse à agência Lusa o director da entidade, Luís Raposo.

O anterior Ministério da Cultura tinha em curso um projecto de transferência do MNA e do seu espólio para a Cordoaria Nacional, colocando as instalações ao Museu da Marinha, mas foi suspenso após a mudança de Governo – um dos últimos passos dessa transferência foi a entrega da Torre Oca, em Maio de 2010. Segundo o Luís Raposo, "a falta de espaço é de vontas para exposições está já a ser um impacto que se teria decidido do mínimo de visitantes do Museu Nacional de Arqueologia".

Da tutela

Contactada pela Lusa, a Secretaria de Estado da Cultura recebeu que o Governo, do anterior executivo "vai fazer actualizado-Pedro que suspende para a Cordoaria Nacional", esclarecendo ainda que está proposto um plano de requalificação do MNA, considerando todas as hipóteses.

EM DEMOCRACIA...

Memória histórica: condição de cidadania

Diário da República, 2.ª série — N.º 16 — 23 de janeiro de 2012

Despacho n.º 832/2012

Por meu despacho de 04.01.2012 e nos termos das alíneas *iii*) e *iv*) do n.º 1 do artigo 25.º, sem prejuízo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011 de 22/12, pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, não é renovada a comissão de serviço do licenciado Luís Filipe de Matos Raposo, cessando a sua comissão de serviço no cargo de direção intermédia de 1.º grau, designado de diretor do Museu Nacional de Arqueologia, com efeitos a 1 de março de 2012.

4 de janeiro de 2012. — O Diretor, *João Brigola*.

205603331

2012

23 de Janeiro

Despacho de não recondução do director do MNA, sem fundamentação, suscitando reacções do visado, em artigo de opinião - "Como se faz (e desfaz) um Director de Museu" – e uma declaração da direcção do GAMNA, "Carta Aberta à República Portuguesa", publicada em vários jornais de circulação nacional.

(à direita)

Jornal Público | 21 de Janeiro de 2012

Tribuna **Museu Nacional de Arqueologia**

Como se faz (e desfaz) um director de museu

Luís Raposo
Director do Museu Nacional de Arqueologia

Frequento o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) há mais de quatro décadas, sou nele arqueólogo há mais de três décadas e director há mais de década e meia, tendo ficado agora a saber da não-renovação do meu mandato directivo, por carta, fora de prazo e sem indicação de fundamentos. Após alguns dias de reflexão, entendo que é chegada a hora de tomar a palavra.

Estranhará porventura a muitos a grandeza dos números dados acima. E mais surpreenderia se dissesse que depois de ter passado alguns anos pelo ensino secundário, não tive nem faço planos para ter outra morada profissional de base. As circunstâncias da vida fizeram-me um dia ingressar numa instituição que já respeitava e depois vir a ser dela director. Nunca me propus para outro lugar directivo e, sendo caso disso, regressarei com alegria ao meu posto de sempre, à minha carreira de arqueólogo no dito museu.

Como disse, reconheço que devem ser estranhas as durações contadas em décadas. E fora da casuística do "tiro ao alvo", serei até dos primeiros a defender a obrigatoriedade de submissão a concurso das chefias de museus, bibliotecas, arquivos e repartições públicas em geral entre ciclos de dois ou três mandatos consecutivos (eu já me submeti a concurso por duas vezes ao longo dos anos que levo de direcção). O problema não está aí. O problema está no País do respeitinho e da demissão cidadã que estamos a (re)construir. Está na promoção que os autocratas e os medíocres, quando no Poder, fazem de um novo perfil de dirigentes dependentes e amestrados, sem reconhecimento nem prestígio social, que procuram avidamente lugares de chefia, saltitando de um posto para outro, vendendo o corpo e a alma em cada curva da estrada. Ora, eu situo-me nas antípodas desse modo de estar na vida. Valorizo a humildade dos que sabem que as verdadeiras carreiras são as que nos realizam como aprendizes e depois mestres, reunindo profissão e valores, com entrega a causas que nos engrandecem também como pessoas. E reconforto-me por saber que, se existem instituições em que o sentido da perenidade constitui ainda hoje cimento aglutinador, elas são os museus, mormente os museus nacionais, onde se guarda a memória da Nação. O MNA teve, desde a sua criação em 1893, sete directores (ou cinco, se descontarmos dois que o foram apenas por meses, no pós-25 de Abril de 1974), contando comigo. Isto deveria dizer tudo quanto ao posicionamento que tem quem serve a casa centenária fundada por José Leite de Vasconcelos.

Os autocratas e os medíocres, quando no Poder, fazem de um novo perfil de dirigentes dependentes e amestrados. Ora, eu situo-me nas antípodas desse modo de estar na vida

Mas tudo isto parece antiquado. Qualquer testa-de-ferro de turno pensa estar investido do direito de fazer e desfazer sem prestar contas, aproveitando os meses em que consegue ter algum poder. E é bem o que se passa quando se toma uma decisão que qualifica muito mais quem a adopta – assim como as circunstâncias de opacidade que a envolvem – do que quem lhe sofre o efeito.

Não me cabe ser juiz em causa própria. Mas tenho a consciência tranquila e creio que haverá grande consenso em reconhecer o carácter positivo da minha direcção à frente do MNA, aliás traduzida em avaliações anuais de desempenho e – o que para mim conta muito mais – na opinião dos visitantes e amigos do museu e no exame dos meus pares, arqueólogos e museólogos.

Diz-se nos jornais que saio por motivo de "eventuais alterações de políticas", assumidas por quem vem da anterior governação, está de saída e aparentemente procedeu à revelia de quem teria legitimidade para invocar esse argumento, aliás improcedente. Ora, o que é publicamente sabido é que discordei da opção do anterior Governo, conduzida especialmente pelo então SEC, Elísio Summavielle, quanto à transferência do MNA para a Fábrica da Cordoaria Nacional, nos termos em que foi dada por adquirida. Discordei eu e numerosos especialistas, assim como todos os partidos da oposição na AR, incluindo portanto os que suportam o actual Governo, que fizeram aprovar recomendação para suspensão e até abandono desse processo.

Não é sabido, mas aconteceu que discordei também de outras orientações na passada legislatura. Uma delas consubstanciou-se na minha firme oposição à ordem de entrega a uma fundação privada, dirigida pelo eng.º Carlos Melancia, de uma colecção integrada no acervo do museu, processo no âmbito do qual me chegou a ser comunicada formalmente, em Fevereiro de 2011, a intenção de cessação da minha comissão de serviço.

Discordei ainda, já não na qualidade de director do MNA, mas de eleito por profissionais de museus que em mim depositaram a sua confiança, de diversos aspectos das políticas de património e de museus dos anteriores e do actual Governo. Também elogiei outras, com a independência a que obrigam os cargos em referência. Não quero crer que a não-renovação da minha comissão de serviço directiva no MNA se deva a qualquer tipo de represália pelas posições públicas que tenho tomado sobre políticas patrimoniais e de museus, por força das minhas atribuições representativas. E tão-pouco o deveria ser por causa das discordâncias quanto aos planos de transferência do MNA – especialmente agora, quando as forças políticas que formam Governo tinham mostrado, do antecedente, grande sintonia com as minhas preocupações.

Resta apenas admitir que ou há razões do foro estritamente pessoal (e podem revestir ilícitos susceptíveis de demanda judicial por abuso de poder) ou então existem redes ocultas de formação de opinião e controlo do aparelho de Estado que atravessam governos e maiorias e permanecem fora do alcance do escrutínio democrático.

Em tempos, a propósito do centenário da República, tive oportunidade de escrever neste jornal que "o livre-pensamento que fez a República está doente. Está mesmo quase morto no caso de grandes instituições cívicas que outrora se orientaram por valores e hoje mais não fazem do que constituir redes subterrâneas de promoção de amigos e familiares, não raro incompetentes" (PÚBLICO, 6.10.2010). Mais tarde, afirmei num outro texto escrito em jeito de balanço da anterior governação na área dos museus: "Ao que parece, havia a intenção de alienar a tutela directa de cerca de um terço dos museus e seria realizada uma reconfiguração dos serviços centrais, fazendo cair todas as chefias (directores de museus incluídos), podendo ainda vir a diminuir a autonomia dos museus, retirando-lhes a capacidade de gestão de receitas próprias. Ou seja, a pretexto das imposições do PEC e de novos conceitos administrativos, visava-se um reforço do centralismo, mascaradamente descentralizado, com a vantagem de 'pôr na ordem' instituições e pessoas julgadas incómodas" (PÚBLICO, 8.4.2011).

O que disse, e mantenho, parece-me suficientemente claro. Mas, se ainda houver dúvidas, arriscarei vaticinar que se dissiparão nos próximos tempos. É só esperar para ver.

Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia

CARTA ABERTA à República Portuguesa

Cidadãos,

Foi com surpresa e indignação que recebemos a notícia de que Luís Raposo não havia sido reconduzido na direcção do Museu Nacional de Arqueologia. Com surpresa porque o Estado não invocou uma só razão que pudesse servir ao menos para tentar fundamentar o facto. Com indignação porque também não lhe negou o mérito profissional enquanto director.

Que futuro queremos para os museus nacionais? Que futuro para as instituições em que se guarda a memória histórica da nação?

Olhamos para trás e recordamos os nomes de Possidónio da Silva, Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Vergílio Correia, Reynaldo dos Santos, José de Figueiredo, João Couto e muitos mais, entre toda uma plêiade de precursores e de directores de museus de notável mérito. Mas alguém se lembra quem eram os directores-gerais, secretários de Estado ou até ministros dessas alturas? Certamente ninguém.

A não recondução de Luís Raposo como director ultrapassa em muito a pessoa e o acontecimento em si. É certo que estamos perante alguém que fez tanto pelo nosso museu, pelo património e pela cultura portuguesa em geral que ganhou o direito a figurar em honrosa lista,

O que perguntamos é que País queremos, e que País estamos a construir. Quais são as novas orientações políticas que justificam o afastamento de quem tem atrás de si obra tão meritória e sempre se pautou por uma frontalidade e uma verticalidade que o honram e nos engrandecem colectivamente? Quem é o pequeno deus caseiro que decide a duração dos mandatos directivos em instituições onde se deveria prezar a estabilidade e deveriam estar ao abrigo de flutuações de governação corrente?

O que aconteceu a Luís Raposo aconteceu a todos nós e leva-nos a questionar a transparência de processos de decisão do Estado e a ética dos seus actores, ofendendo o nosso sentido de justiça e de reconhecimento do mérito.

Caso o iníquo despacho de não recondução de que Luís Raposo foi alvo não seja administrativa ou judicialmente revogado, pedimos-lhe então que ele não desista e que concorra novamente ao mesmo lugar para o qual está mais do que habilitado.

A Direcção do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia.

16 de Janeiro de 2012

Todos os contributos, reflexões ou comentários sobre estas matérias podem ser enviados para o e-mail

gamna@gmail.com

ou para a página do GAMNA no Facebook

Para se manter informado, consulte também o Blogue do GAMNA:

http://gamna.blogspot.com/

Diário de Notícias | 24 de Janeiro de 2012

Amigos do museu apoiam Luís Raposo

ARQUEOLOGIA Grupo de Amigos do MNA questiona transparência da decisão de despedir o diretor. Raposo pediu anulação do despaco

"Que futuro queremos para os museus nacionais? Que futuro para as instituições em que se guarda a memória histórica da nação?" São estas as perguntas que o Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia coloca perante a não revogação do contrato de Luís Raposo, até aqui diretor daquele museu nacional, em Lisboa.

Numa "carta aberta à república portuguesa", a direção deste gru- [...] que justificam o afastamento de quem tem atrás de si obra tão meritória?"

Recorde-se que Luís Raposo, que trabalha no MNA há 30 anos, 16 dos quais como diretor, teve conhecimento do despacho da tutela de não recondução no cargo há cerca de uma semana. O atual mandato termina no final de janeiro e o responsável deverá manter-se em funções até março.

Não se conformando com a decisão do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), organismo da Secretaria de Estado da Cultura que tutela os 28 museus e cinco palácios nacionais, Luís Raposo anunciou no sábado que irá [...]

Jornal I
13 de Janeiro de 2012

Arqueologia. Luís Raposo despedido "sem justificação"

LISBOA O director do Museu Nacional de Arqueologia, Luís Raposo, disse ontem à Lusa que não foi reconduzido no cargo "por despacho da tutela" e "sem invocação de quaisquer razões". Luís Raposo, que estava há um ano à frente do museu, terá recebido o despacho do governo na quinta-feira, apesar de o seu mandato só terminar no dia 28 de Janeiro. "Vou reflectir sobre os fundamentos que motivaram esta decisão", prometeu o arqueólogo.

Jornal Sol
20 de Janeiro de 2012

Política Cultural

Museu de Arqueologia: a luta continua

Luís Raposo de novo em guerra com a tutela. Não foi reconduzido e vai contestar

Rita Silva Freire

LUÍS RAPOSO poderá cair, mas não sem dar luta. O combativo director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) – que ficou conhecido por recusar transferir o museu que dirige do Mosteiro dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional, numa luta que ganhou à então ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas – foi agora 'despedido' pelo Governo do PSD.

Uma semana após ter recebido o despacho de não recondução do cargo que ocupa há 16 anos, Raposo disse ao *SOL* estar a pensar impugnar a decisão por **«não estar fundamentada»**. A par disso, reconheceu que está **«a estudar o assunto com os advogados»** [...]

[...] tituto dos Museus e da Conservação (IMC), João Brigola, com quem, aliás, Raposo se defrontou directamente no caso da devolução da Torre Oca dos Jerónimos (e ocupada para exposições do MNA) ao Museu da Marinha. É que Brigola, neste momento em 'gestão corrente', vem da equipa de Canavilhas.

Ao *SOL*, João Brigola confirmou que a decisão foi sua e ressalvou que os motivos não têm que ser divulgados publicamente. Avançou apenas que, de acordo com a lei, as razões para a não recondução podem estar relacionadas com o desempenho, capacidade de liderança, relação com a tutela ou mudanças nas orientações políticas e estratégicas para o respectivo museu. No entanto, Brigola apontou, sobretudo, para a necessidade de renovação dos quadros. **«Toda a legislação aponta para a efemeridade destes cargos de chefia e para a renovação obrigatória e concurso público** [...] **de fundos»**, salien- [...] **nesta situação, que tem que passar a ser a norma. A excepção deverá ser a recondução»**.

Raposo declara-se «sensível» ao argumento da renovação. **«Sou o primeiro a defender que passe a haver uma legislação sobre essa matéria»**. No entanto, o director do MNA tem dúvidas de que o seu caso se prenda apenas com a necessidade de rejuvenescimento. **«Na mesma data em que, com esse argumento, não fui reconduzido, foi reconduzida, e muito bem, uma colega com 20 anos de direcção noutro museu»**, disse Raposo, referindo-se à directora do Museu dos Coches, Silvana Bessone.

Brigola, porém, salienta que cada caso é um caso. E que, num momento em que o Museu dos Coches está prestes a ser transferido para outro edifício, não faria sentido afastar a pessoa que acompanhou todo o processo. No entanto, salientou que este será o último man- [...]

Jornal Público | 17 de Fevereiro de 2012

Debate Património cultural

Um penoso silêncio

José Maria Amador
director do Dep. de Conservação e Restauro do IMC

Passados mais de seis meses da posse do actual Governo, continua por se saber quais são as linhas mestras ou os princípios orientadores dos responsáveis pela área da cultura para o património cultural.

Como afirma a historiadora Raquel Henriques da Silva, num recente artigo publicado neste jornal a propósito da não renovação da comissão do director do Museu Nacional de Arqueologia, "não houve discussões prévias, reflexão conjunta, consultas a especialistas". Tudo parece congeminado no secretismo dos gabinetes, eventualmente com juristas e gestores, "permitindo considerar que a razão de ser de tão grande reforma é apenas financeira" (cit.).

Como estamos em tempos de "vacas magras", o que importa é reduzir organismos e chefias, tudo indicando que voltamos ao tempo da Direcção-Geral do Património Cultural dos anos 70 ou do Instituto Português do Património Cultural dos anos 80, sem as áreas dos arquivos, das bibliotecas e do livro.

Em contrapo[...]

[...] da DRCLVT?

Que modelo de gestão será implementado para os museus que passarão para a tutela das DRC? Serão geridos com as autarquias, designadamente aqueles museus cujos acervos são de interesse regional ou lo[cal]? Ninguém garante, à partida, que esta medida des[...]centralizadora contará com o apoio das câmaras.

Como irá ser gerida a importante questão da recupe[...]ração de largas centenas de monumentos pertencent[es] ao Estado que não sendo tutelados pela SEC [Secretar[ia] de Estado da Cultura] não têm, hoje, nenhum or[ga]nismo público que garanta obras de manutenção e [...] valorização, depois da extinção da Direcção-Geral [dos] Edifícios e Monumentos Nacionais em 2007?

Que garantias dará o Estado para manter e refor[çar] um corpo técnico especializado composto por e[nge]nheiros, arquitectos, conservadores-restaurad[ores,] historiadores de arte que garanta o cumpriment[o das] suas responsabilidades, estabelecidas na Lei de [Bases] de Defesa do Património?

É sobre estas e muitas outras questões qu[e ...] um penoso silêncio.

Curiosamente, o Decreto-Lei n.º 59/1980 [...] ali criou, na altura, a Secretaria de Es[tado ...]

Diário de Notícias | 24 de Janeiro de 2012

Raposo estranha não ser reconduzido no Museu Nacional de Arqueologia

LISBOA Diretor do MNA termina mandato no dia 28 e para eventualmente voltar ao cargo terá de ir novamente a concurso

Luís Raposo, diretor do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), não foi reconduzido no cargo, tendo recebido um despacho do secretário de Estado da Cultura alegando, segundo o próprio, "profundas mudanças políticas". O arqueólogo encontra-se ligado ao MNA há 30 anos, desempenhando a função de diretor do museu há 15 anos. Contactada pelo DN, o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura não quis fazer quaisquer comentários, remetendo explicações para o presidente do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), João Brigola.

Luís Raposo confessou que esta decisão é "enigmática": "Estranho não ter sido feito primeiro um contacto mais informal."

Luís Raposo está ligado ao museu há já 30 anos

Segundo referiu João Brigola ao DN, "esta situação é perfeitamente normal e está prevista na lei". O caso de Luís Raposo não foi o único, não tendo sido também reconduzidos os diretores do Museu Dr. Francisco Manso, na Nazaré, do Museu de Aveiro e dos Museus da Cerâmica e José Malhoa. "Todos os cargos [...] pública devem ter um limite de tempo e devem ser atribuídos não por nomeação, mas por concurso. Além disso, não se pode reter desta decisão uma avaliação negativa do desempenho ou das capacidades técnicas do diretor-geral. Tanto se pode ter decidido que a pessoa está no mesmo cargo há demasiado tempo e é necessário trazer novas ideias, como pode ser uma questão de mudança de estratégia. Ainda assim, a pessoa que não foi reconduzida pode voltar a candidatar-se em concurso", disse o presidente do IMC.

Luís Raposo salientou que considera a questão temporal um "argumento válido", mas que não foi referido no despacho que recebeu. Acrescentou ainda que "foi submetido duas vezes a concurso" enquanto esteve ligado ao MNA.

O novo diretor do museu será escolhido através de um concurso, sendo que o IMC tem 90 dias a [...] março para abrir um [...] I.M.

Jornal Público | 13 de Janeiro de 2012

Luís Raposo deixa direcção do Museu de Arqueologia

Lucinda Canelas

Tutela garante que decisão não se deve a divergências pessoais. O ainda director diz que é cedo para falar

Raposo dirigia o museu há 16 anos

Jornal Público
27 de Janeiro de 2012

Debate Património e museus

A propósito da não-renovação da direcção de Luís Raposo no MNA

Raquel Henriques da Silva
Membro da Secção Museus do Conselho Nacional de Cultura, por escolha das universidades com ensino de Museologia

Desde a tomada de posse do Governo, o sector do património e dos museus vive entregue a si próprio, com chefias a prazo e ausência total de linhas direccionais de actuação. Aguarda-se a publicação da Lei Orgânica da nova Direcção-Geral do Património que reunirá amplíssimas funções, repondo, em grande medida, o quadro existente na década de 1980. Não houve discussões prévias, reflexão conjunta, consultas a especialistas. Antes um pesado silêncio, permitindo considerar que a razão de ser de tão grande reforma é apenas financeira.

No caso dos museus, ainda tutelados pelo fantasmático Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e com orçamentos zero, vive-se uma situação paradoxal: por um lado, o milagre de se manterem abertos com dignidade e, em alguns casos, com excelente programação; por outro, uma inquietação indagadora e ciciante sobre as mudanças anunciadas e quem as irá desempenhar, inscrita num clima de medo.

Peso o que acabei de dizer: na ausência de articulação produtiva com o director do IMC, os directores dos museus tutelados sentem-se ameaçados com o uso discricionário da não-renovação dos seus lugares. Já aconteceu a alguns, e não a outros, pode acontecer no próximo mês ou no seguinte... Fazem-se vaticínios, procura-se compreender a lógica... Por exemplo, será que os directores que assinaram uma carta para a tutela, com algum teor reivindicativo, são os que estão a ser despedidos?

Neste contexto deprimentíssimo, eis que salta para os jornais a notícia da não-renovação da comissão do Luís Raposo (L.R.), director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e presidente do ICOM-Portugal. Ao contrário de outros, L.R. não recebeu a notícia em silêncio, divulgando, com a sua habitual frontalidade, que não lhe foram apresentadas razões para o acto, comunicado por carta com atraso administrativo.

Quem acompanhou os acontecimentos dos últimos anos, sabe que L.R. confrontou duramente o IMC e o Ministério da Cultura pelas decisões anunciadas para o MNA que garantiam a sua reinstalação na Cordoaria, com a entrega do seu actual espaço ao Museu de Marinha. Além de confrontar, resistiu, o mais que pôde, à humilhação de ter que devolver àquele museu a chamada Torre Oca, sem razão de ser, senão a de executar uma decisão espúria da então ministra.

Mas, além do que diz respeito ao MNA, L.R. manifestou-se criticamente sobre outros aspectos da actuação do IMC e, no início desta legislatura, escreveu um artigo poderoso, levantando dúvidas sobre a orgânica anunciada para o Património.

Na maioria dos casos, concordei e continuo a concordar com as críticas de L.R. e admiro a sua militância, tão rara no meio dos museus em Portugal. Claro que sei que um director deve lealdade à tutela e o cumprimento das suas políticas. Mas esses pesados deveres só têm sentido quando a tutela é ela própria leal às suas equipas, coerente no enunciado das políticas e aberta à sua discussão entre especialistas. Senão, o mando é prepotência antidemocrática.

Na minha opinião, é o que acontece actualmente no IMC, autorizando a leitura, que é minha e de muita gente: a não-renovação da comissão de L.R. é acerto de contas mesquinho e exercício de falsa autoridade.

ICOMOS
COMISSÃO NACIONAL
PORTUGUESA

O Conselho de Administração da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS Portugal) manifesta publicamente o reconhecimento e o apreço pela acção do Dr. Luís Raposo ao longo do tempo em que desempenhou o cargo de Director do Museu Nacional de Arqueologia.

A comunicação social divulgou a não recondução do Dr. Luís Raposo à frente do mais importante museu de arqueologia português e um dos mais importantes e populares museus do país. Trata-se sem sombra de dúvida de uma notícia que interessa a todos os agentes e profissionais do património cultural português e também a todos os cidadãos que desenvolvem nas suas vidas preocupações culturais e se interessam pela "coisa pública" e pela participação nas discussões dos grandes temas que ela implica.

O Dr. Luís Raposo é um cidadão praticante e desempenhou o cargo de Director do Museu Nacional de Arqueologia obedecendo a esse princípio, conjugando de forma que podemos considerar exemplar o exercício da cidadania, da liberdade de pensamento, do espírito crítico com o respeito consequente que a lealdade hierárquica e institucional do cargo obriga. E isto não é coisa pouca nos tempos que vivemos, sobretudo na última década da nossa vida cultural pública.

Para além deste aspecto, o Dr. Luís Raposo foi também um competente e dinâmico director do Museu Nacional de Arqueologia, com os poucos recursos de que dispunha. Trata-se também de alguém que, na área da museologia e respectiva reflexão crítica e teórica, reúne qualidades publicamente demonstradas na participação informada em torno das grandes questões actuais. Ele é o Presidente do ICOM (Conselho Internacional dos Museus) em Portugal, organização congénere do ICOMOS, ambas filiadas na mesma matriz de cultura patrimonial, desenvolvida principalmente no período de paz e de desenvolvimento cultural que a Europa conheceu a seguir à segunda guerra e principalmente na segunda metade do século XX. Esta matriz é a dos valores de liberdade e espírito crítico, conhecimento e educação, cultura e diálogo, tolerância e respeito pelas várias visões do mundo, valorização do nosso património e da cultura como um direito, valores que foram de alguma forma institucionalizados e internacionalizados com a criação da UNESCO e do seu Acto Constitutivo, logo a seguir ao fim da segunda guerra mundial.

Estes são os nossos valores e em nome deles tentamos desempenhar a nossa missão de organização não governamental, internacional e independente para a conservação do património cultural construído. Em nome deles também assinalamos de forma distintiva a acção do Dr. Luís Raposo e o contributo que lhe devemos na promoção de uma cidadania activa para o património cultural, com a coragem do pensamento crítico e livre, bem precioso e raro que devemos estimar e publicamente apoiar.

Saudamos pois o Dr. Luís Raposo pelo seu limpo e luminoso desempenho público.

Pelo Conselho de Administração do ICOMOS Portugal

Ana Paula Amendoeira
(Presidente)
17.1.2012

A VERGONHA NA CARA É UM BEM CADA VEZ MAIS ESCASSO

Acho verdadeiramente inqualificável, em relação a quem, com tanta competência e paixão tem defendido causa da Cultura e da Arqueologia, em geral, e a do Museu, em particular, que tão brilhantemente dirigiu ao longo de 16 anos.

Se mais não fez, e fez muito, foi porque não lhe deram os meios pelos quais tanto reclamou. Talvez por isso tenha agora chegado a hora de afastar uma personalidade vertical e incómoda.

Adalberto Alves
(escritor)
12.1.2012

EX

Luís Raposo recebeu uma carta, informando-o que não vai continuar a ser o diretor do Museu Nacional de Arqueologia. Assim, sem mais.

Luís Raposo vai, assim, pagar os anos de excelente trabalho à frente do MNA, que projetou dentro e fora de portas. Vai, sobretudo, pagar a coerência das suas posições quanto ao futuro do MNA e dos museus em Portugal e vai pagar a frontalidade e coragem com que as assumiu e expressou publicamente.

Meu caro Luís, tudo isto se resume a uma palavra: INFÂMIA. A tua demissão, pois disso se trata, atinge quem a decidiu, não te atinge a ti.

Santiago Macias
http://avenidadasaluquia34.blogspot.com/
14.1.2012

Os museus necessitam de lideranças profissionalmente esclarecidas, pessoalmente empenhadas e deontologicamente lúcidas.
O Luís Raposo reunia todas elas e provavelmente mais algumas!
Um grande abraço solidário porque foi sempre um grande praze
diversos momentos em que nos cruzamos nos caminhos da mu
sempre proveitosos para mim.

José Gameiro
Museum, 16.1.2012

A arbitrariedade é preocupante. Tal como são preocupantes certas coincidências com ataques inqualificáveis.

Não preciso de defender o Luís Raposo (que é notório que se defende perfeitamente sozinho). O que penso do seu mandato, escrevi-o num texto publicado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses nos "Materiais para um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa" (Arqueologia & História nº 60-61, está disponível em: http://conimbriga.academia.edu/VirgilioHipolitoCorreia/Papers/1267411/20_anos_de_arqueologia_e_museus).

Mas a cobardia do anonimato (ou de pseudonimato) incomoda-me e, tal como a arbitrariedade, preocupa-me.

Virgílio Hipólito Correia
Archport, 17.1.2012

Não se muda uma equipa que funciona bem e quanto mais tempo está, mais sábia se torna porque a gestão de Luís Raposo reenviava-nos permanentemente para um novo olhar sobre as coisas, nunca nos reduziu a visitantes ou espectadores, éramos parte integrante daquela história e de todos os objectos, elementos vivos, agentes de mudança, respeitados inteiramente na nossa idiossincrasia

Keneth Hudson, fundador do European Museum Forum sustentava que após visitarmos um Museu, se nos sentíssemos mais altos, maiores, podíamos estar certos que o Museu era bom.

Sempre me senti maior quando visitava o Museu Nacional de Arqueologia ou assistia às inúmeras actividades que o Luís Raposo desenvolvia. Agradeço-lhe penhoradamente por tudo quanto fez pela Inteligentzia Portuguesa e por ter convocado o melhor de nós. Sei que como Presidente do ICOM Portugal continuará a ser arauto do Bem e do Belo.

E todos estaremos atentos, não vá o Museu de Arqueologia ser transferido para dar lugar a um hotel ou a esplanadas de charme.

Margarida Ruas Gil Costa
Museum, 18.1.2012

Felicito, pela sua frontalidade e clareza, o Luís Ra
O texto publicado no Público evidencia que as p
política de ex-governantes e dirigentes do governo
logo que essas personalidades tiveram oportunida
O que é mirabolante é o poder que conservam esse
formado um novo Governo com os partidos que
República o responsável pelo MNA na sua luta co
Levanta-se assim a hipótese macabra da Democr
tos.
Não se deve brincar com o fogo. Veja-se o exemp
cansa-se. E nesse caso a União Europeia ter
domínios da sociedade portuguesa.
Apelo pois a que se intervenha, sem medo, exigin
e inacção são maus conselheiros e a crise que
portugueses.

Saudações,
Francisco Sande Lemos
Archport, 22.1.2012

Os 16 anos de LR como director do Museu Nacional de Arqueologia foram repletos de iniciativas e de sucessos, desde logo com o reforço do papel social do MNA e o aumento da quota de visitantes. Em condições normais (que não são as actuais) poderia considerar-se a não-recondução como o fechar de um ciclo e o atingimento maturado de um mandato.

Contudo, LR não tem sido apenas um bom funcionário e dirigente da administração pública, neste caso um director marcante do MNA, tão variadas são as suas qualificações, demonstradas ao longo dos últimos 40 anos, na investigação científica, na museologia, na divulgação, no associativismo, no ensino e no debate público sobre a coisa política. Diríamos que uma personalidade tão multifacetada com esta, com capacidade de liderança, faz falta a Portugal.

Ora o que aguardamos com vivo interesse são os próximos desenvolvimentos das decisões político-administrativas na área a Cultura. Porque acreditamos que, para decisores minimamente informados (algo muito fácil na sociedade aberta de hoje, em que o segredo só existe nas questões de defesa nacional e pouco mais…), fácil será concluir e de modo inteligente, que uma pessoa como LR faz falta na liderança da coisa pública. Alguém disse recentemente que tendo nós menos dinheiro teremos de ser mais inteligentes.

Se tal não acontecer teremos mais um sinal muito preocupante quanto ao nosso futuro como sociedade, talvez concluindo, tristemente, que o Estado português (não a comunidade nacional, o conjunto dos seus cidadãos eleitores) não parece merecer Luís Raposo. E, talvez concluir, com a legitimidade que nos é dada pelas declarações de vários responsáveis do actual Governo, ser este mais um convite para sair(mes) de Portugal.

Associação de Estudos do Alto Tejo
Archport 24.1.2012

MNA: A MEMÓRIA
Quem somos?

Quem somos radica sempre naquilo que fomos.

Os Museus de Arqueologia são, nesta perspectiva, os mais importantes Museus do Homem porque através deles, somos informados do processo de construção que culmina na contemporaneidade.

Enquanto todos os outros preciosos museus do mundo, nos apresentam manifestações e conquistas parcelares criteriosamente sectorizadas da actividade humana, os museus de Arqueologia dão-nos a panorâmica de quem é, na verdade, espécie humana. Revelam como nos temos modificado física e mentalmente através da dualidade corpo e artefacto.

O conhecimento de que somos feitos a partir de outros povos, permite-nos entender como, partindo, os portugueses se misturaram com outros à volta do planeta tornando o português um povo mundialista.

O reconhecimento internacional do valor do nosso MNA, confirma a acção meritória do seu director dos últimos dezasseis anos. Trabalho com mais caminho, ainda por fazer.

Quando se esperaria ver reforçado, o carinho merecido pela equipa responsável por esta instituição de referência, no espaço dos museus portugueses, constata-se que está a ser alvo de actos agressivos por agentes do poder político. Nos bastidores desse plano, estão sensibilidades que valorizam outra expressão de Portugalidade corporizada pela aventura dos mares, e que pretendem despejar o mais antigo inquilino dos Jerónimos, para expandir nas suas instalações o Museu de Marinha.

Contra estas tentativas de aniquilar o MNA, não importando o enquadramento partidário de quem estivesse no Poder, esteve sempre na clara defesa do Museu e daquilo que ele representa para a nossa identidade cultural e nacional, o seu Director, Dr. Luís Raposo. Com a segurança e convicção dos competentes, com a frontalidade dos homens de coragem e com a elegância do homem de cultura.

Não admira portanto, que perante tão combativa defesa, o "mandatário" para a cultura do governo Passos Coelho, em acto significativo da importância que os actuais governantes atribuem à Cultura, informou que não vai reconduzir nas funções, o Director. Personalidade que é uma referência, para quem conhece a sua obra.

Bem vistas as coisas, tudo se conjuga com o que os "feitores" de Portugal estão a levar a cabo, a propósito da Dívida Soberana. O nesso país está desde há muito, com a soberania comprometida.

Que nos restará então, senão a nossa identidade? Histórica, linguística, cultural?

Dar-nos-á a memória de quem somos, a consciência e a força para impor a nossa soberania, que mais não seja em termos culturais?

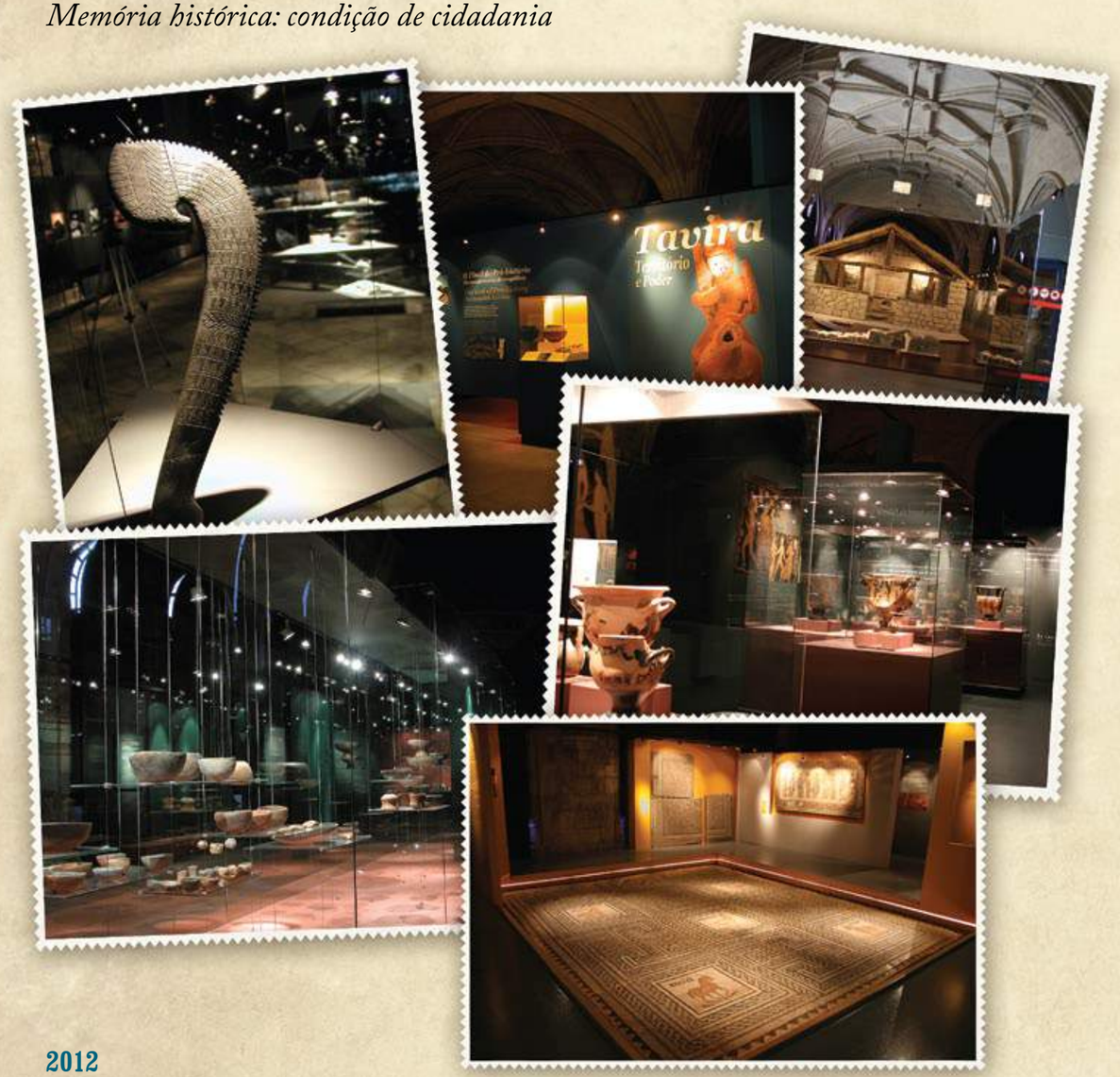
Aqui chegados, dará muito jeito aos vendilhões de Portugal, que se apague a consciência de quem somos. Facilita isso, apagar ou pelo menos encaixotar a memória como coisa inútil, para não dizer impeditiva, do arresto de Portugal por alemães, árabes ou chineses.

É urgente reforçar a denúncia de incompetência, de quem domina o poder político em Portugal. Ou, mais grave ainda se não for incompetência, uma estratégia conducente, ao leilão de Portugal politicamente soberano, no contexto das nações.

Fernando Fonseca - Escultor

EM DEMOCRACIA...

Memória histórica: condição de cidadania



2012

29 de Fevereiro

Fim do mandato directivo do actual director, iniciado em 1 de Março de 2009, por nomeação precedida de concurso público.

(à direita)

Cartaz da exposição "LUSA - A Matriz Portuguesa", apresentada em 2008 no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, com mais de um milhão de visitantes e onde a principal instituição participante e o maior número de peças pertenceram ao acervo do MNA.

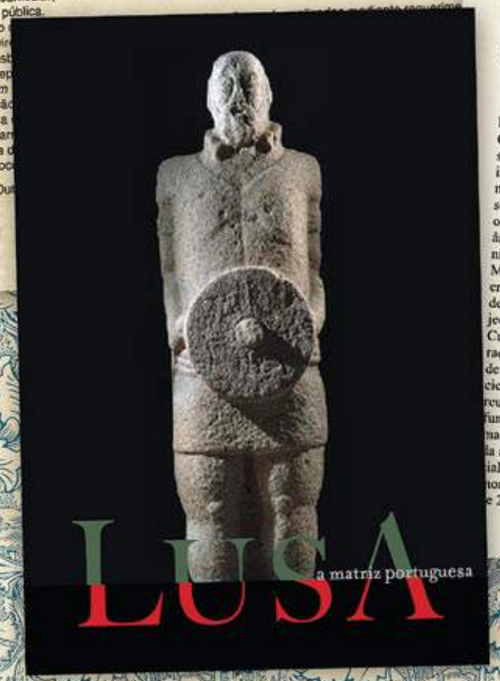
imc
INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO

MC
MINISTÉRIO DA CULTURA

ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIRECÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU - DIRECTOR DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

1. Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República* e da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal para o provimento do cargo de Director (equiparado a Director de Serviços) do **Museu Nacional de Arqueologia,** no quadro de pessoal do referido museu, aprovado pela Portaria n.º 929/87, de 9 de Dezembro.
2. Áreas de actuação: Propor ao IMC a programação do conjunto de actividades do museu; gerir o museu, incluindo recursos humanos e orçamentais em articulação com o IMC; coordenar e desenvolver projectos nas áreas da conservação, investigação, gestão e divulgação das colecções do museu; promover acções de articulação com a comunidade e com outras instituições, tendo em vista a captação de públicos e o reforço do museu como instituição cultural de referência; liderar a equipa do museu, tendo em vista o cumprimento dos objectivos definidos.
3. Requisitos formais de provimento - Os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei supracitada, a saber:
   a) Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
   b) Ser detentor de 6 anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreira para cujo exercício de provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.
4. Perfil exigido:
   a) Licenciatura na área das Ciências Sociais e Humanas e das Artes;
   b) Experiência profissional comprovada no domínio do património cultural e/ou da museologia;
   c) Conhecimento da estrutura da administração pública na área da cultura e das políticas e problemáticas culturais contemporâneas;
   d) Capacidade de coordenação e de liderança de equipas.
5. Composição do júri:
   a) Dr. Manuel de Lemos Bairrão Oleiro, Director do Instituto dos Museus e da Conservação, que preside;
   b) Prof. Doutor João Pedro Ribeiro, Subdirector do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico;
   c) Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
6. Métodos de selecção - os métodos de selecção a aplicar são os seguintes:
   a) Avaliação curricular;
   b) Entrevista pública.
7. Formalização
   dirigido ao Di
   1349-021 Lisb
   aviso de recep
   a) *Curriculum*
   b) Declaraçã
   constem a
   viço na car
   c) Fotocópia d
   d) Outros doc

Lisboa, 17 de Ou



Diário da República, 2.ª série — N.º 201 — 16 de Outubro de 2009

Aviso n.º 18285/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, torna-se público o seguinte Despacho do Director do Instituto dos Museus e da Conservação de 1 de Março 2009:

Foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 17/10/2009, e na Bolsa de Emprego Público na mesma data, o processo de selecção do titular do cargo de Direcção Intermédia de 1.º grau (Director do Museu Nacional de Arqueologia).

Analisadas as candidaturas verificou-se que o Licenciado Luís Filipe de Matos Raposo reúne todos os requisitos do perfil pretendido, ou seja:

a) Licenciado em História, variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras de Lisboa (1977).
b) Bacharelato pela mesma Faculdade (1975).
c) Estágio de pós-graduação (pedagógico-didáctico) para professor efectivo do ensino preparatório (1.º grupo)

Visto estarmos perante uma candidatura que preenche as condições para exercer o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, é nomeado em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o licenciado Luís Filipe de Matos Raposo (cargo de direcção intermédia de 1.º grau).

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Março de 2009.

9 de Outubro de 2009. — A Directora de Serviços, *Cláudia Matos Silva*.

Síntese Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Luís Filipe de Matos Raposo
Categoria: Assessor Principal
Nacionalidade: Portuguesa

Formação Académica:

Licenciado em História, pela Faculdade de Letras de Lisboa (1977).
Bacharelato pela mesma Faculdade (1975).
Estágio de pós-graduação (pedagógico-didáctico) para professor efectivo do ensino preparatório (1.º grupo)

Perfil Profissional

Arqueólogo. Especialista em Pré-História Antiga (Paleolítico). Colaborador na instalação de alguns museus de arqueologia locais e regionais. Co-autor, assessor científico ou comissário executivo de diversas exposições de âmbito nacional e internacional. Responsável por projectos de intervenção arqueológica de campo nos vales dos rios Tejo e Guadiana, na Costa Sudoeste e nos arredores de Lisboa. Professor em diversos cursos de temática arqueológica e museológica, promovidos por entidades oficiais e grupos privados. Comissário de exposições arqueológicas de âmbito nacional e internacional. Representante de Portugal e ou do Ministério da Cultura em diversas comissões de nomeação governamental. Membro de júri de provas de pós-graduação (mestrado e doutoramento) em Portugal e no estrangeiro. Orientador dos estudos de pós-graduação de bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian. Responsável por projectos de investigação autorizados e ou financiados pelo Ministério da Cultura, pelo Ministério da Ciência e por diversos acordos de cooperação internacional bilateral. Membro do júri do Prémio Gulbenkian de Arqueologia. Membro do Conselhos Editoriais de diversas revistas científicas, em Portugal e no estrangeiro. Participante em numerosas reuniões científicas nacionais e estrangeiras, exercendo em algumas funções de coordenação científica de secções e mesas. Co-autor de manuais universitários e obras de síntese nos domínios da Museologia, da arqueologia e da História. Autor de numerosa bibliografia de especialidade sobre a Pré-História, Arqueologia e Museologia, publicada em monografias e revistas da especialidade nacionais e estrangeiras (cerca de 200 títulos entre 1972 e 2008).

202422015

EM DEMOCRACIA...

Memória histórica: condição de cidadania

"Decisão era uma ofensa profissional gratuita"

Museus. Diretor do Museu de Arqueologia diz que SEC "fez justiça" ao anular uma decisão anterior de não o reconduzir no cargo

SOFIA FONSECA

"O essencial é que a situação que nos penalizava e que eu considerava um agravo profissional e pessoal foi totalmente reparada." É assim que Luís Raposo, diretor do Museu Nacional de Arqueologia, resume ao DN o despacho da Secretaria de Estado da Cultura que anula a decisão de não o reconduzir no cargo, datada de fevereiro e assinada pelo então diretor do Instituto dos Museus e da Conservação, João Brigola.

João Brigola, que entretanto já foi substituído interinamente por Elísio Summavielle, entendeu nessa altura não reconduzir cinco diretores de museus. Três deles – Luís Raposo, Agostinho Ribeiro (Museu de Lamego) e Matilde Tomaz Couto (Museu das Caldas da Rainha) – recorreram da decisão.

"A decisão era uma ofensa profissional gratuita", justifica o diretor do Museu de Arqueologia, que entendia que o anterior diretor do Instituto dos Museus e da Conservação não cumprira a lei. Tudo porque a decisão de não recondução tinha sido tomada fora do prazo, não tinha ocorrido uma audição prévia e não houve uma avaliação do trabalho desempenhado. Fundamentos que constaram do seu recurso – analisado numa auditoria jurídica da responsabilidade da Procuradoria-Geral da República.

Por isso, Luís Raposo aplaude o facto de a decisão lhe ter sido "favorável em toda a amplitude e sem reservas". "Saúdo vivamente esta decisão. Revela alguma coragem, uma vez que vem desdizer um ato administrativo de um subordinado", diz Luís Raposo, acrescentando que se trata de um "sinal de respeito da SEC pelos museus e pelos diretores de museu, que são lugares de competência técnica e acima de posições partidárias".

Já na terça-feira, Agostinho Ribeiro, do Museu de Lamego, disse ter sido reposta "a verdade, a legalidade e a justiça". "Estou muito satisfeito, porque depois de tantos anos de experiência profissional, com resultados que não são de desprezar, não podia sair por causa de um ato de abuso de poder", disse à Lusa. Já João Brigola disse ao *Público* que, "se fosse hoje, tomaria a mesma decisão".

Por decidir ainda está o recurso de Matilde Tomaz do Couto, do Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha.

Luís Raposo está no Museu Nacional de Arqueologia há 16 anos

PARA CORDOARIA

Divergências por causa de transferência

› Luís Raposo teve várias divergências com João Brigola, diretor do Instituto dos Museus e da Conservação durante dois anos e meio. Uma delas teve a ver com a transferência do Museu de Arqueologia para a Cordoaria Nacional, questão que surgiu ainda no Governo PS, quando Elísio Summavielle (atualmente a dirigir o Instituto interinamente) era secretário de Estado da Cultura. Apesar disso, Luís Raposo não prevê dificuldades ao assumir de novo a gestão normal do museu. "Essa questão está ultrapassada", diz. "Nunca tive nenhum contencioso com o atual governo", garante. Luís Raposo é diretor do Museu de Arqueologia há 16 anos: inicialmente por convite de Manuel Maria Carrilho, depois por renovação e duas vezes por concurso.

Diário de Notícias
05 de Abril de 2012

2012

23 de Março

O Secretário de Estado da Cultura defere favoravelmente os recursos hierárquicos interpostos pelo director do MNA, reclamando a anulação dos despachos de não recondução e a confirmação da recondução nos termos normais dos mandatos dirigentes da Administração Pública; esta decisão torna-se publicamente conhecida através de notícias de imprensa em inícios de Abril, nas quais se afirma nomeadamente: "Viegas reconduz chefias afastadas" (*Correio de Manhã* de 5 de Abril de 2012).

24 | CULTURA | PÚBLICO, QUA 4 ABR 2012

Viegas anula decisão de ex-dirigente e reconduz mais dois directores

Director dos Museus não os reconduziu e Agostinho Ribeiro e Luís Raposo contestaram a decisão por falta de fundamento. O secretário de Estado da Cultura acaba de lhes dar razão

Museus
Lecanda Caminha

"O caminho que os museus portugueses fizeram nos últimos 20 anos está a ser desconstruído"
Agostinho Ribeiro, diretor do Museu de Lamego

PATRIMÓNIO ■ DIRECTORES DE MUSEUS RECUPERAM CARGOS

Viegas reconduz chefias afastadas

■ Secretaria de Estado da Cultura contraria decisões de João Brigola, que entretanto deixou de ser director do Instituto dos Museus e da Conservação

ANA MARIA RIBEIRO

MUSEUS

Diretores continuam nos cargos

› Os diretores do Museu Nacional de Arqueologia, Luís Raposo, e do Museu de Lamego, Agostinho Ribeiro, vão manter-se nos cargos depois de ter sido deferido o pedido de recurso de não recondução à Secretaria de Estado da Cultura (SEC). Fonte oficial declarou à Lusa que os dois diretores recorreram para instância de apelo da SEC, justificando-se em questões formais do despacho e de não recondução. "Segundo a auditoria, os recursos tinham fundamento, e os despachos [do Instituto de Museus de Conservação] tiveram que ser anulados, mantendo-se ambos os diretores no cargo", acrescentou a fonte oficial do gabinete do secretário de Estado da Cultura. Outra diretora também não reconduzida e que contestou a decisão foi Matilde Tomaz do Couto, do Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha. Questio-nada sobre este caso, a mesma fonte da SEC disse que o do Museu José Malhoa "ainda está em avaliação". Lusa

"Tenho o sentimento de ter sido feita justiça"
Luís Raposo

Francisco José Viegas mantém Luís Raposo (à dir.) no Museu Nacional de Arqueologia. Agostinho Ribeiro também fica no Museu de Lamego

(à direita)
Jornal Público | 04 de Abril de 2012
Correio da Manhã | 05 de Abril de 2012
Diário de Notícias | 04 de Abril de 2012

Palavras Finais

A história que se conta nas páginas anteriores, intencionalmente denotativa, suportada em datas e imagens, será suficientemente eloquente para que, como se pretende neste volume, cada leitor possa construir a sua reflexão autónoma, com base em evidência documental.

O actual Museu Nacional de Arqueologia constitui o centro de atenção, é certo, mas torna-se evidente que, no fundo, a verdadeira e necessária dimensão que subjaz é mais ampla e diz respeito ao País no seu todo. Os museus, *maxime* os que promovem narrativas nacionais, nunca são inocentes ou imunes às flutuações políticas e especialmente à necessidade de usar o passado para ancorar percepções cívicas, ideologias ou meros poderes do presente.

Não será por isso talvez ocioso neste contexto recordar algumas evidências básicas e depois retirar-lhes as consequências.

Portugal é um dos mais antigos Estados / Nação da Europa, com fronteiras sensivelmente iguais desde o século XII. É o único País europeu onde em anos recentes o povo votou contra a regionalização. Existe um forte sentimento de sedimentação nacional. Talvez por isso, nunca constituiu projecto cívico central a criação de um *Museu Nacional* de carácter histórico, contrariamente ao que por todo o Mundo e especialmente na Europa Central e Oriental aconteceu em países de consciência nacional muito frágil, onde "o" museu nacional histórico constitui alavanca de reforço da coesão.

Os únicos projectos algo similares aos de *Museu Nacional* (entidade museológica de aglutinação nacional, entenda-se) foram em Portugal dirigidos em dois sentidos, ambos atípicos:

- a narrativa das raízes etno-arqueológicas, o Museu do Homem Português : o projecto leiteano;
- a narrativa da expansão no Mundo, o Museu do Império e/ou dos Descobrimentos : projecto nunca concretizado, mas recorrente desde o Século XIX até agora e especialmente acarinhado pela ideologia do Estado Novo.

Não será porventura de estranhar que ambos os projectos disputassem (e disputem ainda hoje) o mesmo espaço: as construções oitocentistas do Mosteiro dos Jerónimos, o principal ícone monumental do País.

Em tempos de abundância (infelizmente sempre aparente no caso português, pelo menos no período em análise) sobrelevam as narrativas celebratórias, de cariz epopaico:

- a *Industrialização*, durante a Regeneração (alimentada por capitais ingleses);

- o *Império*, durante a Ditadura (alimentada por verbas americanas);

- os *Descobrimentos*, durante a (Euro)Democracia (alimentada por fundos europeus, principalmente alemães).

Em tempos de carência, ocorre uma espécie de "back to basics", ou seja, um regresso à narrativa das origens, à raiz profunda do "ser português". E talvez porque os períodos de abundância foram sempre curtos, e aparentes, a segunda narrativa acabou por nunca ter sido realizada e só a primeira foi concretizada, embora apenas parcialmente.

Acontece que também no plano prático, e não somente no político-ideológico, a narrativa museológica do Império / Descobrimentos se defrontou com problemas inultrapassáveis. A base que repetidamente lhe foi procurada dar, o Museu de Marinha, não apenas manteve até hoje a sua tutela militar como conservou no essencial o recorte do acervo, de embarcações e equipamentos navais, estando muitíssimo longe do que neste início do século XXI, numa Europa Democrática e Civilista, seria indispensável à montagem de um discurso sobre a relação de Portugal com o Mundo, onde se deveria porventura acentuar mais o contacto com *o outro*, ou seja, a diáspora geral portuguesa, nas suas dimensões antropológica e científica, e não tanto a celebração da raça ou do domínio colonial e imperial. Acresce que não se vê já como, no contexto da fixação do parque museológico português, poderão ser reunidas as colecções que sirvam à narrativa tradicional dos Descobrimentos. E por isso numerosos autores têm defendido em alternativa um Museu da Viagem, entendido na dimensão acima enunciada e cobrindo a totalidade do arco cronológico, desde pelo menos a fundação da nacionalidade até à actualidade. Só que, chegados aqui, uma vez encaminhados para esta última narrativa, não se vê porque deva a mesma ser necessariamente associada ao Mosteiro dos Jerónimos, até porque a natureza tecnológica avançada dos suportes que lhe seriam recomendáveis apontaria mais naturalmente para construção arquitectónica moderna.

Foram também estas as ideias que o signatário defendeu desde que, a partir de 2006, de novo se agigantaram as teses herdadas do Estado Novo. Sem grande êxito, aparentemente, porque até há pouco se pretendia ainda que vivíamos em tempo de "vacas gordas", bem alimentadas por fundos europeus.

Pode causar espanto como no dealbar do século XXI e em plena democracia civilista, haja quem queira reerguer o projecto de museu celebratório do Estado Novo. Estranha-se, de facto... ou talvez não, como deixámos expresso anteriormente, já que, com declarada afirmação ideológica (como no Estado Novo) ou sem ela (como se pretende agora, no que constitui uma mistificação bem pior), aquilo que verdadeiramente une tragicamente os sucessivos momentos de desvario político da História Nacional são os fumos de cebedais fáceis, que já foram de canela e hoje têm a forma de manufacturas e notas de banco europeias.

Todavia, depois de ter havido notícia que o Mundo tinha mudado desde 2007, parece que nos últimos tempos se reconhece que também mudou internamente. Portugal deixou de ser um caso de sucesso para estar à beira da bancarrota, tal como em 1892, um ano antes da criação do actual MNA.

E assim cresce novamente a possibilidade de ver reflectido o seu futuro, bem como o do espaço onde se encontra, com tempo, rigor histórico, participação cívica e consciência social.

Aos cidadãos cabe de novo a palavra, como aliás deveria ser sempre. Qualquer decisão, desde que civicamente ancorada, democraticamente decidida e inteligentemente executada, será sempre respeitável. Se a opção do Portugal do século XXI for retomar e executar nos espaços oitocentistas do Mosteiro dos Jerónimos o programa museológico do Estado Novo, muito bem, mesmo que com a manifestação de oposição por parte de muitos cidadãos, entre os quais o signatário. Num tal caso, "apenas" restará encontrar espaço alternativo adequado para instalar o Museu Nacional de Arqueologia, idealmente em construção arquitectónica de raiz – e não regressar a propostas que repetidamente foram rejeitadas no último meio século, pelos perigos que envolvem (porventura inultrapassáveis) e pelos custos (patrimoniais e financeiros) a que obrigam.

Mas se a opção, pelo contrário, pelo menos a médio prazo e nas circunstâncias a crise actual, for a de manter nos Jerónimos os dois museus, Marinha e Arqueologia, pois que se retomem os planos de ampliação e remodelação do segundo e talvez do primeiro que sabemos também ter projectos nesse sentido.

Como se vê, é fácil. Basta haver seriedade técnica, clarividência política, espírito e sobretudo prática democráticos.

Luís Raposo
Director do Museu Nacional de Arqueologia
29 de Fevereiro de 2012